

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
(UNESP)
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN (FAAC)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

José Augusto dos Santos Magalhães
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A COMUNICAÇÃO PARA INGRESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES
INDÍGENAS NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DO PROJETO ARARIBÁ DO
UNISAGRADO**

BAURU
2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” (UNESP)
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN (FAAC)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

José Augusto dos Santos Magalhães
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A COMUNICAÇÃO PARA INGRESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES
INDÍGENAS NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DO PROJETO ARARIBÁ DO
UNISAGRADO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob orientação da Professora Doutora Raquel Cabral.

BAURU
2024

M188c	Magalhães, José Augusto dos Santos A Comunicação para Ingresso e Permanência de Estudantes Indígenas no Ensino Superior: Estudo do Projeto Araribá do Unisagrado / José Augusto dos Santos Magalhães. -- Bauru, 2024 145 p. : il., tabs., fotos Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru Orientadora: Raquel Cabral 1. Comunicação. 2. Culturas Indígenas. 3. Ações Afirmativas. 4. Ensino Superior. 5. Ingresso e Permanência Estudantil Indígena. I. Título.
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Bauru



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS MAGALHÃES, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 30 dias do mês de setembro do ano de 2024, às 14h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS MAGALHÃES, intitulada **A Comunicação para Ingresso e Permanência de Estudantes Indígenas no Ensino Superior: Estudo do Projeto Araribá do Unisagrado**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professora Doutora RAQUEL CABRAL (Participação Presencial) do(a) Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design / Universidade Estadual Paulista, Professora Doutora MARIA APARECIDA FERRARI (Participação Virtual) do(a) Departamento de Ciências da Comunicação / UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Professor Associado NELSON RUSSO DE MORAES (Participação Presencial) do(a) Departamento de Comunicação Social / Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design - FAAC - UNESP - Bauru/SP. Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: aprovado. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Professora Doutora RAQUEL CABRAL

JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS MAGALHÃES

A COMUNICAÇÃO PARA INGRESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES
INDÍGENAS NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DO PROJETO ARARIBÁ DO
UNISAGRADO

Área de Concentração: COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA

Linha de Pesquisa 1: PROCESSOS MUDIÁTICOS E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Raquel Cabral (orientadora)
Faculdade de Arquitetura Artes Comunicação e Design (FAAC)
Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Ferrari
Escola de Comunicações e Artes (ECA)
Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes
Faculdade de Arquitetura Artes Comunicação e Design (FAAC)
Universidade Estadual Paulista (Unesp)

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA DE MESTRADO

Conforme estabelece a **Portaria Unesp 117/2022, de 21 de dezembro de 2022** e ainda pela **Instrução AT/PROPG nº 02, de 22 de dezembro de 2022**, apresenta-se aqui o Impacto esperado desta dissertação de mestrado.

Tendo em vista que esta pesquisa trata de reflexões a partir do ingresso e permanência de estudantes indígenas no ensino superior, infere-se que os resultados da análise realizada e suas conclusões demonstram aspectos que contribuem para a maior compreensão do fenômeno, podendo influenciar ações afirmativas e a prática profissional em comunicação voltada para uma perspectiva decolonial.

Cabe destacar que no documento GUIA AGENDA 2030: INTEGRANDO ODS, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE (www.guiaagenda2030.org), publicado em 2020, em parceria entre a Unesp e Universidade de Brasília (UnB), apresenta-se a proposta de territorialização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Isto é, trata-se de localizar diretrizes globais de uma agenda de desenvolvimento para nossa realidade local do Sul Global. Com isso, apresenta-se a proposta de 3 (três) novos ODS de acordo com nossa realidade, para além dos 17 ODS oficiais da ONU. Um deles é o ODS 20 – Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais, pelo qual se visibiliza e comunica com maior expressividade a necessidade de um ODS específico voltado para a valorização dos povos originários. Desse modo, entendemos que nossa pesquisa se articula diretamente com o ODS 20, à medida que pretende oferecer subsídios que podem influenciar a prática profissional em comunicação, que também influencie ações afirmativas de ingresso e permanência de estudantes indígenas no ensino superior.

POTENTIAL IMPACT OF THIS MASTER'S RESEARCH

As established by Unesp Ordinance 117/2022, of December 21, 2022 and also by Instruction AT/PROPG nº 02, of December 22, 2022, the expected Impact of this master's thesis is presented here.

Considering that this research deals with reflections based on the insertion and permanence of indigenous students in higher education, it is inferred that the results of the analysis carried out and its conclusions demonstrate aspects that contribute to a greater understanding of the phenomenon, being able to influence affirmative actions and professional practice in communication focused on a decolonial perspective.

It is worth highlighting that according to the document GUIA AGENDA 2030: INTEGRATING ODS, EDUCATION AND SOCIETY (www.guiaagenda2030.org), published in 2020, in partnership between Unesp and the University of Brasília (UnB), the proposal for territorialization of the Objectives of Sustainable Development (SDG) of the United Nations (UN) 2030 Agenda. That is, it is about locating global guidelines for a development agenda for our local reality in the Global South. With this, the proposal for 3 (three) new SDGs is presented in accordance with our reality, in addition to the 17 official UN SDGs. One of them is SDG 20 – Rights of Original Peoples and Traditional Communities, which makes visible and communicates more clearly the need for a specific SDG aimed at valuing indigenous peoples. In this way, we understand that our research is directly linked to SDG 20, as it aims to offer subsidies that can influence professional practice in communication, as well as communication actions that influence affirmative actions for the inclusion and retention of indigenous students in higher education.

AGRADECIMENTOS

Quando me formei, como Relações Públicas em 2019, existia um sonho em meu coração, o de ingressar no mestrado acadêmico pelo tão conhecido e respeitado Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design da Unesp no Câmpus de Bauru. Naquela época, não poderia imaginar quantos aprendizados e experiências eu teria a oportunidade de vivenciar e aprender, resultando no meu amadurecimento como pesquisador e ser humano.

Ingressei como aluno especial em 2020, cursando as disciplinas de “Comunicação, Sociedade e Política” e “Poéticas Fotográficas”. Nesse período, em que eu cursava essas disciplinas e conhecia o novo universo da pós-graduação, ao mesmo tempo, novos desafios profissionais me foram confiados pelo Centro Universitário Sagrado Coração, assumindo como colaborador, a coordenação da Extensão Universitária, em um período desafiador para a instituição, de nova gestão, na qual tive a oportunidade de conhecer diversos Projetos de Extensão por ela desenvolvidos. Entre eles, o Projeto Identidade Araribá, que tempos depois, me motivaria a ingressar com um projeto de pesquisa na pós-graduação.

No ano de 2021, incentivado por minhas professoras da graduação Prof^a Dra. Sonia Cabestré e Prof^a Dra. Fernanda de Almeida, fui acolhido pela Prof^a Dra. Raquel Cabral como aluno especial de sua disciplina “Violência e Comunicação para Paz”, na qual tive a oportunidade de conhecer novas perspectivas teóricas, fortalecendo meu interesse pelo desenvolvimento de uma pesquisa que abrangesse a comunicação, povos indígenas e o ensino superior. No ano seguinte, ao prestar o processo seletivo para início em 2022, tive o privilégio de saber que teria ela como minha orientadora. A você, Raquel, expresso a minha sincera gratidão, pela oportunidade de compartilhar tantos momentos especiais desse período, me ensinando em diversas ocasiões, que com mais leveza nos processos conseguimos seguir em frente. Sua paciência e generosidade em compreender meu ritmo fizeram toda a diferença. Obrigado por ter acreditado em mim!

A toda equipe do PPGCOM, especialmente ao Silvio e à Ana Paula, pelas inúmeras conversas que me ajudaram a compreender os processos do programa. Aos docentes que tive a oportunidade de conhecer e aprender, especialmente ao Prof^o Dr. Nelson Russo de Moraes e à Prof^a Dra. Maria Aparecida Ferrari, que gentilmente aceitaram contribuir com minha pesquisa na banca da minha qualificação e, agora, na defesa final do mestrado, por meio de seus

direcionamentos, possibilitou a conclusão desta dissertação com novos e importantes conhecimentos.

Durante o período do mestrado, segui conciliando o desafio da minha dupla jornada como pesquisador e colaborador. Nesse período, inúmeros amigos foram fundamentais para que eu seguisse em frente. Agradeço à Ir. Fabiana Bergamin e à Ir. Susana Fadel, por reavivarem-me sempre que “no caminho da excelência não existem atalhos”. Aos meus amigos do UNISAGRADO, às Prof^a Dra. Sandra de Oliveira Saes, Profa. Dra. Sara Nader Marta e à Elisete Azevedo por me incentivarem a buscar o melhor de mim e a lembrarem-me que, mesmo diante de desafios profissionais, minha pesquisa era sempre a minha maior prioridade.

Quando olho para trás e relembro minha trajetória no mestrado, vejo que esse caminho foi também fruto de muito amor, primeiramente de Deus, que me presenteou com o dom da vida, e em seguida de meus pais, que sempre com muito esforço me ajudaram a seguir nos meus estudos. Mesmo distantes a 200 km, em Araçatuba, torceram por cada nova conquista minha. A vocês, Marinaldo e Silvânia, minha eterna gratidão de filho.

Ao meu melhor amigo e meu irmão, José Henrique, por me mostrar que aqueles que amamos sempre estão ao nosso lado. Ao Diuan Feltrin, meu amigo do PPGCOM, pelos conselhos e aprendizados no decorrer da pesquisa.

Por fim, agradeço a tantas pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram com minha trajetória e, em especial nesta pesquisa, aos estudantes e egressos indígenas que tive a oportunidade de conhecer e entrevistar. Minha vida jamais será a mesma depois de nossas partilhas.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Entrevista com Nhandeva	79
Figura 2: Visita ate a UNICAMP	81
Figura 3: Entrevista com Representante da UFPR	85
Figura 4: Entrevista com representante da UFSC	90
Figura 5: Entrevista com representante da UFAM.....	93
Figura 6: Entrevista com Iberê	103
Figura 7: Entrevista com Ararê	121

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Instituições de Ensino Superior Seleccionadas para pesquisa Documental.....	39
Quadro 2: Roteiro do Percorso Metodológico.....	47
Quadro 3: Categorias Analíticas que serão empregadas na análise das entrevistas	49
Quadro 4: Participantes das Entrevistas	55
Quadro 5: Etapa 1 da Pesquisa: Entrevista com Docentes	56
Quadro 6: Etapa 2 da Pesquisa: Entrevista com Estudantes e Egressos Indígenas	57

RESUMO

Esta dissertação de mestrado analisa a comunicação por meio de ações de acolhimento para ingresso e permanência de estudantes indígenas mediante um estudo do Projeto Identidade Araribá, desenvolvido pelo Centro Universitário Sagrado Coração-Unisagrado. A perspectiva teórico-metodológica adotada tem como base uma abordagem decolonial e considera a universidade como uma possibilidade de superação das desigualdades históricas existentes em relação aos estudantes indígenas, uma vez que sua formação no ensino superior ainda encontra obstáculos em relação aos paradigmas culturais, barreiras socioeconômicas e políticas historicamente construídas ao longo do tempo. A comunicação, nesse contexto, é elemento essencial para o entendimento dos processos que influenciam as ações afirmativas nas instituições de ensino superior (IES), que garantam o ingresso e, principalmente, a permanência dos estudantes indígenas nas referidas IES. Desta forma, para garantir profundidade de análise, esta pesquisa realizou entrevistas com docentes universitários e com estudantes indígenas do Unisagrado, além de realizar uma sondagem e analisar a comunicação de outras 15 instituições brasileiras de ensino superior, em seus portais oficiais em relação às ações afirmativas desenvolvidas para estudantes indígenas e, também, entrevistas com os respectivos gestores acadêmicos dessas IES. Ao mesmo tempo, em relação ao estudo no Unisagrado, realizou-se observação participante, uma vez que o pesquisador integra a Instituição de Ensino Superior (IES) em questão como colaborador, o que permitiu identificar elementos estratégicos e fragilidades que influenciam o ingresso e a permanência dos/das estudantes indígenas no ensino superior, indicando pontos para melhoria que consideram a universidade como um território indígena.

Palavras-chave: Comunicação, Culturas Indígenas, Ações Afirmativas, Ensino Superior, Ingresso e Permanência Estudantil Indígena.

ABSTRACT:

This master's dissertation analyzes communication through actions of welcoming, for admission and retention, indigenous students through the case study conducted by Arariba Identity Project which was developed by the Centro Universitario Sagrado Coracao- Unisagrado. Theoretical-methodological adopted, based on a decolonial approach, this perspective considers the university as a possible method for overcoming historical inequalities that exist in relation to indigenous students in higher education, since their higher education still encounters obstacles in relation to cultural paradigms, socioeconomic and political barriers historically constructed over time. Communication, in this context, is an essential element for understanding the processes which affect affirmative actions within institutions of higher education that guarantee indigenous students' placement and, more importantly, their permanence in those institutions of higher education. Therefore, in addition to analyzing the communication others of 15 brazilian institutions of higher education's official portals, in relation to affirmative actions developed for indigenous students and also interviews with the respective academic managers of these this research, to guarantee an in-depth analysis, included interviews with managers, university professors, and indigenous students at Unisagrado. At the same time, participant observation was conducted by the researcher within the institution of higher education in question as a collaborator, which permitted the identification of strategic elements and weaknesses that influence the admission and retention of indigenous students in higher education, indicating points for improvement that consider the university as an indigenous territory.

Keywords: Communication, Higher Education, Indigenous Cultures, Affirmative Actions, Admission and Retention of Indigenous Students.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	CULTURAS E COMUNIDADES INDÍGENAS E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO SUPERIOR	23
2.1	Os desafios do ensino superior indígena	29
2.2	Por que o (a) indígena tem que ir para a Universidade?.....	33
3	COMUNICAÇÃO E O COMPROMISSO DAS IES COM O ENSINO SUPERIOR INDÍGENA.....	35
3.1	A comunicação como meio para mitigar violências.....	37
3.2	Sondagem com Universidades Públicas sobre Ações Afirmativas	38
4	PERCURSO METODOLÓGICO	45
4.1	Histórico do Unisagrado e do Projeto Identidade Araribá	50
4.2	Aplicação do Método.....	53
4.3	Categoria A - Grau de compromisso da IES com a permanência estudantil.....	58
4.4	Categoria B - Grau de compromisso da IES com a comunicação.....	61
4.5	Categoria C - Dificuldades dos estudantes em se relacionar com a IES	64
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
	REFERÊNCIAS	73
	APÊNDICE A – ENTREVISTAS COM ESTUDANTES INDÍGENAS	77
	APÊNDICE B- ENTREVISTAS COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.....	82
	APÊNDICE C – ENTREVISTAS COM DOCENTES DO UNISAGRADO	94
	APÊNDICE D - ENTREVISTA COM ESTUDANTES INDÍGENAS DO UNISAGRADO	100
	APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	122
	APÊNDICE F - CARTA COM AUTORIZAÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO – UNISAGRADO	150

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa analisa a comunicação e sua relação com as ações afirmativas para inserção e permanência dos estudantes indígenas no Projeto Araribá desenvolvido pelo Centro Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO, considerando que o projeto da instituição, desenvolvido há 28 anos, possibilita a formação de indígenas das terras de Araribá no município de Avaí-SP, realizando o acompanhamento desde a sensibilização para a inserção até a conclusão do curso superior. O desenvolvimento do estudo contou com a participação de docentes, estudantes e egressos. Essa participação foi possível devido à relação prévia deste pesquisador com o Projeto Araribá mediante o seu vínculo no Unisagrado, enquanto Coordenador da Extensão Universitária, o que possibilitou maior aprofundamento no estudo realizado por meio da observação participante.

Devido à característica do objeto analisado e sua interface com a comunicação, foi realizada ainda, uma sondagem com Instituições de Ensino Superior - IESs - públicas no que diz respeito às ações afirmativas de inserção e permanência dos povos indígenas no Ensino Superior, considerando os princípios da comunicação como fundamentais para garantir a excelência de um relacionamento assertivo entre universidades e povos indígenas.

Historicamente, no Brasil, os povos indígenas não ocupam lugar de destaque nos ambientes sociais. No entanto, esse cenário vem se transformando ao longo dos anos, por meio de sua tentativa de superar as desigualdades existentes e essencialmente proporcionadas pela cultura dominante imposta pelo ocidente. Com relação às universidades, sua presença intensifica-se a partir do ano de 2012, com a implantação da Lei de Cotas, que garante o ingresso do estudante indígena no Ensino Superior do país, por meio da reserva de vagas, o que, consequentemente, proporcionaria um aumento na presença profissional, política e social na sociedade. Dois anos depois, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) garante ainda, o atendimento as necessidades das populações indígenas e quilombolas mediante as políticas educacionais, sociais e culturais.

Vale destacar, entretanto, que considerar que apenas o surgimento da Lei de Cotas é responsável pela efetividade de uma política de inclusão por parte do governo seria um erro, uma vez que diversos fatores influenciam nesse processo, como a permanência desses estudantes até o final dos cursos. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apontam, por exemplo, que, em 2018 existiam 57.706 indígenas matriculados no Ensino Superior, porém, no ano de 2020, o número caiu para 47.267

estudantes. Assim, é importante entender as ações desenvolvidas por essas instituições a fim de garantir a eficácia dessa política de inclusão que busca maior igualdade e reparação histórica.

Diante desse contexto, é importante destacar que apesar da legislação que garante a existência de ações afirmativas para o desenvolvimento educacional indígena, o preconceito e a discriminação contra esses povos ainda resistem. Essa resistência ocorre porque é preciso compreender que existe um cenário mais amplo e complexo que envolve as culturas indígenas, reproduzidos pelo modo de vida capitalista e que se relacionam com as violências reproduzidas em sociedade.

O sociólogo Johan Galtung (2003) expõe em sua reflexão no contexto dos Estudos para a Paz (*Peace Research*), uma perspectiva teórico-metodológica crítica inter e transdisciplinar, que a violência é um fenômeno criado pela cultura humana, mas não está ligado à natureza humana. E que, portanto, devemos compreendê-la a partir de diferentes formas de manifestação ou tipologias. O autor caracteriza como a violência direta aquela em que é possível identificar autor e vítima, ou seja, é aquela que pode ser registrada. A violência estrutural seria aquela em que as vítimas são visíveis, porém, os agressores estão ocultos, escondidos por trás de estruturas dominantes como o poder político e financeiro. Já a violência cultural é como o autor denomina aquela em que não é possível identificar nem a vítima nem o agressor, uma vez que esse tipo de violência está presente na cultura, nos discursos sociais e em produtos culturais.

A universidade, segundo Paulo Freire (2022), é uma instituição fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade. Ela oferece formação acadêmica avançada e promove a pesquisa e a produção de conhecimento em diversas áreas do saber, possuindo mediante suas ações, uma "inquietação permanente", na qual o questionamento e a busca por um entendimento mais profundo da realidade são constantes. Assim, forma indivíduos críticos que possam contribuir para disseminação do conhecimento, e promover desenvolvimento econômico e cultural da sociedade.

Assim, é importante considerar que a universidade elitista e etnocêntrica, em virtude de sua origem ocidental e capitalista, está inserida nesse cenário de reprodução de violências, de discriminações, como a cultural, racial e socioeconômica. Nesse contexto, ao considerar o acesso indígena à universidade, é preciso conceber essa estrutura como legitimadora de violências, na qual o estudante indígena busca a superação do próprio epistemicídio, ou seja, a luta contra o apagamento de sua cultura mediante ferramentas e políticas institucionais para seu desenvolvimento educacional e bem-viver (Santos, 2022).

É nesse sentido que se destaca o papel da comunicação como elemento estratégico que busca contribuir com a efetividade das ações de ingresso e permanência de estudantes indígenas no Ensino Superior, visto que pode gerar maior democratização das interações construídas, de forma a estimular a participação igualitária dos públicos com os quais se relaciona.

Além disso, com o avanço da globalização, as organizações precisaram se adaptar de maneira a conseguir se relacionar com diferentes públicos, buscando compreender suas próprias características e linguagens com o intuito de garantir relacionamentos sólidos e eficazes, em que todos os públicos pudessem se sentir envolvidos com o objetivo da organização. Isso não significa, porém, que em órgãos governamentais, como as IES públicas, esse processo já ocorra de forma harmônica e efetiva.

No Ensino Superior, as desigualdades são expressivamente visíveis, considerando que os estudantes indígenas encontram dificuldades que surgem logo no início de sua trajetória acadêmica para o ingresso (realização do vestibular) e, posteriormente, na permanência e na conclusão de seus cursos. Tais dificuldades ocorrem porque as instituições realizam ações que, por diversas vezes, ignoram ou excluem as necessidades específicas desses estudantes, de forma que suas questões permanecem relegadas a um plano menos prioritário.

Contrariamente ao que, de fato, acontece, Duarte (2015) destaca o importante papel da comunicação pública, que assegura os temas de interesse coletivo para que sejam discutidos e pautados com o intuito de promover a participação cidadã em relação às políticas públicas existentes. Nesse sentido, a comunicação pública supera a visão de uma comunicação como apenas transmissão de informação, assumindo a garantia e o respeito ao interesse coletivo obtido pela maior participação democrática.

De fato, é importante considerar que a comunicação pública pode ser entendida por cinco diferentes concepções, tal como define Elizabeth Brandão (2009): organizacional; política; científica; governamental e sociedade civil organizada. Partindo desse entendimento, a comunicação pública entendida como comunicação organizacional contribui para a compreensão dos conteúdos que são publicados via portais institucionais de IES públicas, por exemplo, indicando uma comunicação que é de interesse público e que representa uma instituição/organização.

Ademais, é importante destacar a grande influência que essas instituições exercem sobre a sociedade e o contexto em que estão inseridas, o que torna sua comunicação estratégica para o desenvolvimento de suas ações. Especialmente quando, pautada em princípios de igualdade e alteridade, pode influenciar uma cultura organizacional que, por sua vez, poderá influenciar uma política de permanência dos estudantes indígenas no ensino superior. Por isso, questiona-

se: como se dá a comunicação atual das IES brasileiras em relação às temáticas relacionadas às ações afirmativas para os estudantes indígenas? Como desenvolver a comunicação das IES de modo que busquem entender e dialogar com as necessidades dos estudantes indígenas?

Ao propor essas questões, a pesquisa destaca o seu **objetivo geral que é o de analisar as ações afirmativas de acolhimento para ingresso e permanência de estudantes indígenas no ensino superior, por meio do estudo do Projeto Araribá do Unisagrado**. Já os **objetivos específicos** são: a) identificar as possíveis dificuldades dos estudantes em relação à permanência estudantil; b) compreender o impacto do Projeto Araribá para os indígenas, c) comparar a percepção de professores e estudantes em relação ao Projeto Araribá e d) identificar ações afirmativas em instituições de ensino superior.

Nesta dissertação de mestrado, apresentamos os capítulos teóricos, nos quais, o primeiro trata desta introdução. Na sequência, o capítulo 2 aborda uma discussão sobre as comunidades e culturas indígenas, enfatizando o debate em torno do questionamento sobre “*por que o indígena deve cursar uma universidade?*”. O terceiro capítulo evidencia os desafios do acesso ao Ensino Superior para os estudantes indígenas, destacando as problemáticas e as oportunidades relacionadas a esse contexto. No quarto capítulo é discutida e apresentada a comunicação em IES como meio para mitigar violências. Já o quinto capítulo é dedicado à categorização e análise das entrevistas realizadas com professores e estudantes do Unisagrado. Após a realização das entrevistas e a observação participante, foi possível identificar um tensionamento na visão dos próprios estudantes indígenas em relação às ações afirmativas e o grau de compromisso da instituição com o ingresso e a sua permanência no contexto universitário.

Nesse próximo capítulo será abordado um breve panorama da realidade dos povos indígenas no Brasil, conferindo destaque para a Educação Superior Indígena, principalmente no que diz respeito aos processos de ingresso e permanência.

2 CULTURAS E COMUNIDADES INDÍGENAS E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO SUPERIOR

Com o avanço da globalização desde a metade do século XX, fomentada pelo imperialismo europeu e suas revoluções industriais, é possível identificar que as culturas indígenas foram historicamente silenciadas, à medida que aumentava a valorização da cultura europeia, que implantou no cenário mundial o modo de vida capitalista, baseado nos dos países do norte global e sendo considerados melhores e mais capazes de proporcionar mais desenvolvimento econômico.

De acordo com Wagner (2009), os brasileiros, de modo geral, possuem uma percepção equivocada dos povos indígenas, segundo a qual se acredita que são preguiçosos e exploradores da terra, além de não promoverem qualquer benefício para a nação brasileira. Na verdade, no processo de colonização do território brasileiro, ela tem sido propagada, pois os colonizadores teriam percebido nosso país como um local de grande desenvolvimento e fartura, potencial berço de uma grande nação, mas habitado por seres, de acordo com sua percepção, sem quaisquer princípios morais ou religiosos. Assim, teriam colonizado e ensinado aos chamados “índios” seus próprios costumes, de modo a cristalizar gradativamente esse pensamento sobre eles ao longo das gerações, perpetuando-o até os dias atuais, inclusive formalmente por meio de livros escolares. (Barbero, 1997).

Tal desvalorização decorre do que Laraia (2001) argumenta sobre os diversos comportamentos sociais serem frutos da herança cultural, isto é, derivarem da influência de uma cultura específica. Apesar de todos os seres humanos compartilharem a mesma estrutura anatômica, a forma como essa estrutura é utilizada não é determinada geneticamente, mas sim aprendida. Esse processo de aprendizado implica a absorção de padrões presentes na herança cultural do grupo ao qual o indivíduo pertence, de modo que se manifesta, por consequência, uma tendência do ser humano de ver o mundo mediante a lente de sua própria cultura, o que pode levá-lo a considerar seu estilo de vida como o mais apropriado e natural.

Entretanto, conforme explicado por Laraia, embora nenhum indivíduo possa ter um conhecimento completo de seu sistema cultural, é crucial possuir um entendimento mínimo para se mover dentro dele. Além disso, esse conhecimento básico deve ser compartilhado por todos os membros da sociedade, a fim de facilitar a convivência entre eles. Porém, dado ao que cada sistema cultural está constantemente passando por essas mudanças, o autor destaca ainda que é vital entender que essa convivência é repleta de conflitos, “cada mudança, por menor que seja, representa o desenlace de numerosos conflitos. Isto porque, em cada momento

as sociedades humanas são palco do embate entre as tendências conservadoras e as inovadoras.” (LARAIA, 2001, p.99)

Assim como é importante para a humanidade compreender as diferenças entre pessoas de culturas distintas, é igualmente essencial entender as variações que ocorrem dentro de uma mesma cultura, sendo esse, para o autor, o único meio que permite ao ser humano encarar o mundo contemporâneo com serenidade.

Nessa perspectiva, é necessário compreender que as heranças culturais dos seres humanos são moldadas pelo espaço geográfico em que vivem, pelo conhecimento adquirido e pelas relações estabelecidas com seus pares - que deveriam se considerar o respeito pela ancestralidade e a preocupação com as futuras gerações -, aspectos em que a comunicação está presente.

A comunicação é uma forma de desenvolver relacionamentos e gerar interação social. Com o decorrer dos anos, foi se desenvolvendo e sofrendo constante influência da globalização e da tecnologia, entre todos os envolvidos no processo comunicacional. Essa influência pode ser interpretada como mudanças que atingem toda a sociedade, inclusive os indígenas, público que foi fortemente impactado por novas mudanças em relação a sua própria cultura (Lesly, 1995). Com o passar dos anos, os grupos indígenas foram assolados pelos meios midiáticos e tecnológicos, fato que os levou a refletir sobre suas formas de viver e de se apresentar diante da conjuntura social na qual estão inseridos, mas de modo a sempre reafirmarem suas raízes diante dessa globalização.

Segundo Wolton (2006, p. 12) “a comunicação humana é uma ação que busca a presença do outro. Não existe uma comunicação sem o outro, mesmo que esse não envie uma resposta, e o emissor emitiu para alguém no intuito de um retorno do receptor”. O ato de se comunicar promove, assim, partilha. Havendo trocas de experiências ou não, ocorre uma ação de passividade e entrega de mensagens, sendo ela falada, escrita ou gestual. Isso significa que não há “comunicação individual, não há comunicação sem trocas de experiências ou no isolamento” (*ibidem*, p. 13).

A comunicação se encontra nesse cenário com o objetivo de dar visibilidade, legitimidade e fortalecer a identidade, como com relação aos povos indígenas. De acordo com Nos Aldás (2010), o objetivo deve ser identificar as causas que influenciam essa realidade e buscar mudanças, por meio do discurso, fazendo com que os públicos possam refletir e adotar novas práticas: “[...] toda comunicação que aluda ao sofrimento humano deveria ter presentes as seguintes hipóteses como ponto de partida: procurar ativar a

compreensão e a memória e, além disso, fazê-lo através de um discurso verídico e honesto." (Nos Aldás, 2010, p. 118).

Outro importante aspecto trazido pela autora é o de repensar e reaprender a comunicação, para mostrar a forma como a mídia padroniza as diferentes culturas reduzindo-as a uma cultura não civilizada. Para isso, é fundamental a existência de uma liberdade discursiva nos ambientes midiáticos e organizacionais, relacionada diretamente com uma responsabilidade ética do narrador, tendo como base o interesse coletivo, e não o individual, formando os objetivos do discurso de forma a garantir a importância do protagonista presente em cada acontecimento e considerando os sentimentos e peculiaridades para melhor compreensão dos fatos de cada realidade (Nos Aldás, 2010).

Amartya Sen (2010) contrapõe o conceito de desenvolvimento defendido pelo capitalismo e afirma que, ao contrário de outras teorias que medem o desenvolvimento apenas pelo crescimento econômico ou pela renda *per capita*, o verdadeiro objetivo do desenvolvimento é a expansão das capacidades humanas e das oportunidades de escolha dos indivíduos na sociedade. Sen destaca ainda a importância das liberdades políticas para o desenvolvimento humano, argumentando que a democracia, a liberdade de expressão, a liberdade de associação e outros direitos políticos não são apenas valores em si mesmos, mas também são essenciais para promover outras dimensões do desenvolvimento, como a redução da pobreza, a promoção da igualdade e a garantia da justiça social.

Dessa forma, o desenvolvimento não deve ser apenas sobre aumentar a riqueza material, mas para que as pessoas tenham a liberdade de viver a vida que valorizam, de moldar suas próprias vidas e comunidades. Isso envolve acesso à educação, à saúde, a oportunidades econômicas e uma maior participação política. O autor afirma que, para isso, é necessário remover as barreiras que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas, o que inclui não apenas as privações econômicas, mas também as barreiras sociais, políticas e culturais. Assim, destaca a importância dos indivíduos para que experienciem vidas mais livres e realizadas.

É válido destacar que as situações de dominação atuais dos povos indígenas no Brasil estão diretamente ligadas à noção de colonialismo. Boaventura de Sousa Santos (2018) afirma que as sociedades são delineadas por estruturas discriminatórias originadas do capitalismo, do colonialismo e do heteropatriarcado. Segundo ele, existem controvérsias presentes nos meios acadêmicos e sociais em relação ao colonialismo, prevalecendo a ideia de que as lutas anticoloniais do século XX foram finalizadas. Entretanto, destaca que o colonialismo não foi totalmente erradicado, apenas passou por transformações. O que terminou foi a ocupação

territorial estrangeira, chamada de colonialismo histórico. Entretanto, as formas de dominação colonial evoluíram e se manifestaram de diversas outras maneiras até os dias atuais.

Santos (2022) desenvolve o conceito de epistemologias do Sul, buscando evidenciar os conhecimentos de grupos historicamente marginalizados e oprimidos em virtude do capitalismo radical e que, atualmente, são ignorados de alguma forma por culturas dominantes.

[...] As epistemologias do Sul ocupam o conceito de epistemologia para as ressignificarem enquanto instrumento de interrupção das políticas dominantes e dos conhecimentos que as sustentam [...] trata-se antes de identificar e valorizar aquilo que muitas vezes nem sequer figura como conhecimento à luz das epistemologias dominantes, que existem hoje para que deixem de ser necessárias no futuro (Santos, 2022, p.18).

O autor afirma que diante das atuais relações de poder dominantes, as epistemologias do Sul têm como objetivo tornar sujeitos ausentes onde são considerados incapazes de produzir conhecimento, em sujeitos presentes, de forma que sua participação intelectual seria capaz de despertar a busca por uma libertação social. Assim, baseia-se em uma constante busca pela descolonização, valorizando as diferenças e buscando maior diversidade.

Amaral (2021) reforça que não é possível pensar em modernidade sem a colonialidade, uma vez que a própria modernidade reproduz violências em relação a grupos minorizados. Nesse sentido, nesta pesquisa foi abordada uma perspectiva decolonial, que de forma crítica busca tensionar o conhecimento científico.

Fanon (1990) afirma que a pior consequência da colonização seria aquela que afeta os valores intelectuais e culturais de um povo, uma vez que ela convence o intelectual colonizado de que sua cultura e epistemologia são inferiores à do povo que a oprime, ou seja, mesmo que a emancipação gere uma independência política, ainda existem heranças culturais entre os colonizados, uma vez que estão tão enraizadas que não percebem as restrições impostas.

Nesse sentido, quando ocorre a colonização e a replicação do modo de vida ocidental aos colonizados, cria-se o propósito de iniciar uma nova forma de educação e cultura, fazendo com que esses possam se adaptar e se tornar iguais aos seus colonizadores, criando-se um padrão hegemônico. Fanon (1990) afirma que um determinado povo, ao desenvolver essa ação, acaba iniciando um processo de autodestruição de seus costumes, crenças e valores, fazendo com que se considere inferior ao seu colonizador em favor de um padrão imposto e determinado, ocasionando dessa forma a colonização completa.

Nesse sentido, Arcaro (2020) destaca que o objetivo da pesquisa na perspectiva de uma epistemologia decolonial é buscar contrapor-se à ótica ocidental, expondo discriminações, e

questionando os mecanismos que perpetuam as formas de silenciamentos e apagamento, relacionadas diretamente à imposição de uma hierarquia dominante de um povo sobre o outro. Para melhor compreender a situação dos povos indígenas no Brasil, é importante, em primeiro lugar, refletir sobre o ordenamento de seu modo de vida atual, considerando o conceito de determinadas ordens sociais.

O filósofo alemão Ferdinand Tönnies produziu a obra *Comunidade e Sociedade* (*Gemeinschaft und Gesellschaft*), em que possibilita a reflexão crítica sobre as desigualdades sociais que existem e a maneira como a vontade de cada indivíduo interfere nas interações humanas.

De acordo com Tönnies (1957), as relações societárias (*gesellschaft*) entre os indivíduos, influenciadas pelo modo de vida capitalista, seriam pautadas em vontades racionais, arbitrárias ou artificiais, o que construiria uma sociabilidade baseada em contratos, documentos e normativas. Nessa relação, portanto, existiria um constante estado de hostilidade e tensão gerado pelo individualismo das vontades autônomas, que se consideram autossuficientes. Em paralelo, Tönnies (1957) reflete sobre as relações sociais comunitárias (*gemeinschaft*), nas quais a sociabilidade se basearia na vida social em conjunto, de forma que afetividade, coabitação, espiritualidade e consanguinidade provocariam a construção de comunidades com maior unidade e igualdade entre seus membros, cenário esse onde a convivência dos indivíduos estaria sempre conectada por um mesmo plano de desenvolvimento coletivo e interesse mútuo.

Nesse sentido, é importante considerar, segundo o autor, a possibilidade de existir uma sociabilidade comunitária inserida na sociedade capitalista, que se daria por meio de uma constante busca pela articulação entre seus membros no território urbano para a construção de uma identidade que alterasse o padrão hegemônico da sociedade capitalista.

De acordo com Laraia (2001), a cultura seria o elemento essencial e articulador da sociedade moderna para a melhor integração dos indivíduos na sociedade. Entretanto, uma vez que cada sistema cultural está sempre passando por transformações, seria de extrema importância compreender esse dinamismo a fim de mitigar atritos entre as gerações e prevenir atitudes preconceituosas. Dessa forma, torna-se fundamental para a humanidade compreender as variações que ocorrem dentro de um mesmo sistema cultural. Para o autor, em verdade, esse é o único método que permite ao ser humano o desenvolvimento harmônico entre os membros da sociedade, a convivência entre suas diferentes culturas.

Maria Regina Celestino de Almeida (2010) afirma que, na América, os povos indígenas tiveram papel fundamental, uma vez que já se constituíam nesses territórios presença fixa, por meio de suas comunidades que eram fundamentadas em crenças e valores próprios, o que atraiu

interesse por parte dos colonizadores Europeus. Nesse sentido, é importante considerar o importante papel dos povos indígenas com o contexto sócio-histórico e sua influência na construção das mudanças socioculturais a partir do período de colonização.

No que diz respeito aos povos indígenas, atualmente, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), há mais de 1 milhão de indígenas espalhados por todo o território nacional, cuja grande maioria habita a zona rural. Porém, entre eles, existe uma diversidade de povos com variedades de línguas e diferentes formas de organização, o que evidencia uma rápida e complexa transformação social.

Considerando esse dado no contexto de avanço da globalização, o desenvolvimento das culturas indígenas caminha para a busca de novas respostas, que possam garantir sua sobrevivência física e cultural, tendo o compromisso de proporcionar às próximas gerações mais participação nos debates públicos e, consequentemente, maior qualidade de vida (David; Melo; Malheiro, 2013).

Krenak (2020) destaca que no Brasil os conflitos em relação aos povos indígenas são abundantes e de várias naturezas. A não aceitação das comunidades indígenas como originárias deste território tem gerado inúmeras disputas pela extração dos recursos naturais por parte de grandes corporações. Segundo o autor, esse extrativismo excessivo, leva à sociedade a uma abstração civilizatória, ignorando aspectos das culturas indígenas indispensáveis para a sobrevivência do planeta, como a proteção dos recursos naturais de suas terras. Segundo o próprio autor, “[...] enquanto a humanidade está se distanciando do seu lugar, um monte de corporações espertalhonas vai tomando conta da Terra. Nós, a humanidade, vamos viver em ambientes artificiais produzidos pelas mesmas corporações que devoram florestas, montanhas e rios [...] espalham quase que o mesmo modelo de progresso que somos incentivados a entender como bem-estar no mundo todo.” (Krenak, 2020, p. 20)

Nesse contexto, Munduruku (2008) discute a relação impositiva exercida pelo Ocidente sobre os povos indígenas, que compreende a natureza como inferior aos seres humanos, devendo ser dominada e controlada. Essa concepção impossibilita os não indígenas de compreender a relação equilibrada entre corpo, mente e espírito, o que vem tornando a sociedade cada vez mais egoísta e individualista.

De acordo com Acosta (2016), o Bem Viver relaciona-se, nesse cenário, com a necessidade de criação de espaços comunitários que possam exercer um papel ativo na organização social, de forma a superar as desigualdades sociais estabelecendo ações que busquem uma postura descolonizadora dos aspectos econômicos, culturais, políticos e sociais

e leve em conta os interesses coletivos em consonância com a superação da exploração de povos e nacionalidades.

Segundo a Fundação Nacional do Indígena (FUNAI), a população indígena é a que mais cresceu entre a década de 1990 e 2010. Nesse contexto, percebe-se que a população indígena vem se adaptando ou se adequando a uma realidade imposta sobre seus padrões de comportamento e cultura, por exemplo, experimentando diferentes formas de organização a depender da localidade geográfica e pluralidade de línguas (Urquiza; Foschaches; Nascimento, 2018).

Neves (2003) destaca que essas novas formas de organização em relação ao território, comportamento e culturas, favoreceram o avanço da articulação indígena para realização de assembleias e outros mecanismos para aumentar sua representatividade em espaços públicos, fazendo com que a própria população indígena passasse a compreender a necessidade de maior unidade para a ampliação de seu protagonismo social. Assim, a atenção relacionada a essas comunidades vem se consolidando, especialmente a exigência e a permanência de maiores direitos, com reivindicações sociopolíticas para conquistar ainda mais representatividade e mudanças em relação às suas necessidades, consolidando sua identidade nacional.

Nesse sentido, a maior articulação dos povos indígenas possibilitou sua representatividade em instituições públicas e privadas, que até então não contavam com essa participação. Ao passo que a conquista de seus direitos avança, a busca por novos espaços de participação se conecta com uma nova luta social, ou seja, o direito à educação universitária, transmitindo sua diversidade cultural para o elitismo da universidade. De fato, um espaço a ser conquistado.

2.1 Os desafios do ensino superior indígena

De acordo com Jodelet (2011), a distribuição dos povos indígenas no território nacional com sua população numerosa fez com que iniciativas de educação escolar dentro das aldeias surgissem, tendo em vista a dificuldade de acesso às escolas em virtude da distância de muitas comunidades com os centros urbanos. Nesse sentido, diversos indígenas começam a atuar como professores nas escolas das aldeias. No entanto, sem possuir uma formação acadêmica/educacional que garantisse o cumprimento de conteúdos exigidos por parte da educação brasileira, essa relação é de certa forma frágil. É nesse contexto que a demanda por indígenas com ensino superior surge para que pudessem ministrar os conteúdos em suas comunidades.

Assim, o Ensino Superior passa a se tornar de extrema importância para os povos indígenas, considerando ser necessária a formação de professores que possam atuar nas próprias escolas das aldeias. Essa necessidade torna-se evidente com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, que traz especialmente o compromisso do Estado Brasileiro com a educação indígena, enfatizando o respeito às suas características culturais e tradições, bem como à sua própria forma de transmissão de conhecimento e organização. Nesse contexto, deu-se início a um processo na formação superior indígena com vistas a atender às necessidades de seu movimento (Jodelet, 2011).

Indo mais além, Melià (1999) afirma que o avanço da educação superior indígena seria a solução para a superação das desigualdades que incidem sobre povos historicamente excluídos, por proporcionar espaços de ressignificação e protagonismo na esfera social. Santana (2010) e Silva (2013) também destacam a importância da educação escolar indígena como meio de consolidar sua autonomia e identidade, fazendo com que suas culturas se tornem mais valorizadas por meio da maior participação social.

De todo modo, apesar das conquistas do movimento indigenista, surgiram novas dificuldades em relação à formação superior dos indígenas, devido à falta de condições que garantam esse acesso, como a distância de suas comunidades para os centros urbanos nos quais estão localizadas as IES, fazendo com que o deslocamento necessário se torne exaustivo, lento e complexo quando dependente do poder público para a liberação de vans e ônibus escolares que realizem esse transporte. Isso pode influenciar na dificuldade do envolvimento desse indígena em atividades específicas do ensino superior, como a participação em projetos de extensão, pesquisas de iniciação científicas e atividades oportunizadas para o melhor desenvolvimento acadêmico relacionadas ao tripé ensino, pesquisa e extensão.

Somado a esse fator, é importante destacar que, ainda que existam professores indígenas na educação básica, sua progressão de carreira é dificultada, em virtude da necessidade da pós-graduação *stricto sensu*, que possui exigências que impedem esse processo, como a proficiência em idiomas como inglês e espanhol e que não consideram ações afirmativas que equilibrem esse processo e considerem as características dos indígenas, como o fato da língua portuguesa já ser o seu segundo idioma. Assim, concluiu-se que não há como pensar em acesso ao ensino superior sem considerar as condições necessárias para a continuação e a conclusão do curso de nível superior pelo indígena, especialmente por parte das IESs (Sachser Agnes *et al.*, 2014).

As ações afirmativas encontram-se nesse contexto como elemento fundamental para a implantação de políticas públicas. Feres Júnior *et al.* (2018) destacam que se trata de um

conjunto de ações que buscam beneficiar grupos historicamente excluídos e discriminados, promovendo maior igualdade, valorização étnica e cultural e participação cidadã. Seu propósito é estabelecer condições mais igualitárias em áreas como educação, emprego e acesso a serviços públicos. Dessa forma, relacionam-se com a implementação de cotas em instituições de ensino superior, programas de capacitação profissional e incentivos para empresas que contratem grupos sub-representados, garantindo maior diversidade, inclusão e igualdade.

É importante destacar a Lei nº 12.711/2012, popularmente conhecida como Lei de Cotas, que determina que metade das vagas de IES públicas devem ser destinadas a candidatos que estudaram os três anos do ensino médio na rede pública. Ela também destaca aqueles que são autodeclarados indígenas, buscando minimizar o impacto histórico da colonização. Após dez anos da implantação da lei, de acordo com o Censo da Educação Superior realizado em 2022, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o ingresso ao Ensino Superior para os indígenas, de fato, aumentou. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) afirma que no período de 2011 até 2021, ocorreu um aumento de 374% da participação de indígenas no Ensino Superior. No mesmo período, o número de egressos aumentou expressivamente, com 582%, evidenciando a conclusão da graduação por muitos e formando diversos profissionais que atuam nas mais variadas áreas do conhecimento e, muitas vezes, em suas próprias aldeias.

Entretanto, apesar do avanço possibilitado pela legislação, de acordo com o mesmo instituto, 72% dos estudantes indígenas estão em IES privadas. Diversos podem ser os fatores que justifiquem esse percentual, mas, em especial, deve ser questionada a divulgação e o acesso em seus portais em relação ao ingresso e permanência, com a finalidade do pleno cumprimento da política pública que garante a responsabilidade sobre as ações afirmativas de ingresso e permanência dos estudantes indígenas.

É importante destacar que a presença dos estudantes indígenas nas universidades demonstra ainda a conquista de um espaço da sociedade historicamente composto por representações coloniais de currículos acadêmicos, entendidos como superiores por serem advindos da cultura europeia, o que atende não só ao princípio original das instituições, de promover a interculturalidade e o saber acadêmico com base em uma interação dialógica a partir de diferentes perspectivas sociais e econômicas, mas ainda, de maneira essencial, permite repensar o modelo educacional que vem sendo desenvolvido (Amaral, 2010).

Smith (2018) destaca que a participação de indígenas nas universidades tradicionalmente ocidentais é de extrema importância para a consolidação de uma nação multicultural, e alerta para as reproduções do colonialismo, do capitalismo e do patriarcado que

ocorrem nas IES, que valoriza ou deslegitima determinados conhecimentos em detrimento de outros.

Amaral (2010) afirma, no entanto, que apesar da consciência da ocupação de um espaço em instituições historicamente dominadas pela cultura europeia, é importante considerar os constantes desafios encontrados por esses estudantes ao iniciar sua jornada acadêmica. Os estudantes indígenas inserem-se em um contexto totalmente diferente ao que estavam habituados, contexto esse que exige rápida adaptabilidade a fim de aceitar os padrões determinados como necessários para o sucesso profissional. Ora, apesar de possuírem uma familiaridade e identidade com o ambiente universitário, carregam dentro de si sua própria identidade cultural, com suas particularidades em relação à trajetória de vida e aos costumes, manifestando o conceito do duplo pertencimento. Essa identidade indígena, assim, influenciará diretamente seu desenvolvimento escolar, de modo que o sentimento de pertencimento e o vínculo comunitário vão expressar-se, especialmente após a conclusão do Ensino Superior, quando passarão à criação de um processo de retorno para a comunidade.

É necessário destacar as dificuldades encontradas pelos povos indígenas também pela falta de políticas institucionais que, em primeiro lugar, reconheçam as dificuldades características desse grupo e, por consequência, possuam uma concepção em relação a políticas eficazes que sejam capazes de realizar seu acompanhamento e suporte durante a trajetória acadêmica. Os desafios que permeiam essa jornada vão desde a locomoção da aldeia à instituição, passando pelo fato de, na maioria dos casos, precisarem deixar suas famílias e aldeias para estudar, até às dificuldades tecnológicas, como o acesso à Internet para acompanhamento dos estudos.

Nesse contexto, recentemente, o Ministério da Educação (MEC) iniciou um debate sobre a criação de uma Universidade Indígena, motivado pelo aumento expressivo dos indígenas no Ensino Superior como já mostrado. Por meio da portaria nº 350/2024 ¹foi criado um grupo de trabalho que tem estudado e debatido essa implementação. O grupo conta com representantes diversos das comunidades indígenas e entidades relacionadas. O objetivo da possível nova universidade é o de preservar a cultura dos povos originários e garantir uma troca de saberes científicos, de forma a inserir os saberes tradicionais dos povos originários, criando um espaço de diálogo que fortaleça a inclusão e a autonomia indígena na universidade.

¹ A portaria pode ser acessada na íntegra através do link: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-350-de-15-de-abril-de-2024-554429779>

Dessa forma, é importante destacar que apesar da proposta de criação dessa universidade existir, existem desafios para essa implementação, que vão desde os geográficos, com a existência de regiões como a Amazônica onde o acesso é restrito, até à construção de um consenso sobre essa nova política, dada a grande diversidade de povos indígenas. Assim, é possível identificar que, ainda que de maneira inicial e com um longo trajeto a ser percorrido, a criação de uma universidade indígena surge como uma política pública, que visa garantir a valorização dos saberes indígenas e sua inserção no ensino superior, considerando a conclusão da graduação como algo fundamental em relação à política de educação escolar indígena.

Nesse contexto, Amaral (2010) destaca que é importante garantir uma formação acadêmica intercultural, de forma que ocorra a unidade dos saberes científicos com os saberes tradicionais trazidos pelos próprios estudantes, uma vez que a valorização e o reconhecimento de suas crenças e valores torna-se o primeiro passo para as políticas assertivas de inclusão e acompanhamento, que reconhecem a diversidade como elemento natural na instituição e consideram a interculturalidade como fator benéfico, capaz de promover maior interação e troca de saberes.

2.2 Por que o (a) indígena tem que ir para a Universidade?

Com base na perspectiva decolonial, é possível afirmar que o indígena não necessita ir para a universidade para conquistar o seu bem viver, uma vez que, de acordo com Tönnies (1957), as relações comunitárias (*gemeinschaft*), no caso dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, são baseadas em afeto, coabitação, crenças e costumes compartilhados, que são essenciais para o desenvolvimento de uma comunidade na qual os padrões de comportamento e desenvolvimento do grupo são distintos daqueles acordados por uma sociabilidade, cujo individualismo é desenvolvido.

Acosta (2016), expõe que a construção de novas relações comunitárias, baseadas na busca pelo Bem Viver, seria uma nova maneira de conceber o bem-estar que busca a convivência harmônica entre pessoas e entre seres humanos e natureza. “O Bem Viver, como alternativa ao desenvolvimento, é uma proposta civilizatória que reconfigura um horizonte de superação do capitalismo [...] é um conceito de comunidade onde ninguém pode ganhar se o seu vizinho não ganha. [...]” (Acosta, 2016, p. 76)

Acosta afirma que no Bem Viver indígena existe uma autossuficiência na qual se reduz o consumo e a dependência do crescimento econômico contínuo, compreendendo que a economia, se baseia em necessidades reais de autossuficiência local, em vez de uma produção

orientada para a acumulação e o consumismo e, conseqüentemente, as relações se tornam mais harmoniosas entre os seres humanos e a natureza.

Diante do exposto, ainda que se compreenda a não necessidade do indígena de cursar uma universidade para o seu bem viver, é importante considerar que a sua inserção no ensino superior proporciona a participação e a ocupação de importantes espaços na sociedade e que legitimam e possibilitam o seu lugar de fala em relação à consolidação de sua identidade, crenças e valores. Amaral (2010) destaca que a inserção de indígenas no mercado de trabalho e em instituições públicas e privadas, faz com que sejam os próprios gestores de suas políticas públicas e que beneficiem as suas próprias comunidades.

Diante desse contexto, é necessário pensar novas práticas comunicacionais, que devem ser desenvolvidas, levando em consideração os povos originários e comunidades tradicionais e suas experiências comunicacionais. Para isso, romper com o modelo colonial significa questionar tudo àquilo que se relaciona com o cotidiano colonial reproduzido pelas instituições. A cultura e comunicação dos povos indígenas se apresentam nesse cenário como caminho para busca de um novo relacionamento com a universidade ocidentalizada que seja contra hegemônico.

A construção de uma integração cultural se consolida pela mediação dos conhecimentos tradicionais dos indígenas com os conhecimentos científicos das comunidades ocidentais, garantindo uma formação mais intercultural e intercientífica. Apesar dos desafios a serem superados em relação ao ingresso e à permanência desses estudantes, é preciso lembrar que o Brasil é território indígena, e que a ocupação desses ambientes tradicionalmente não indígenas contribui para o fortalecimento de seu movimento e consolidação de sua identidade.

Ao expor a estrutura ainda elitista das universidades, Santos (2022) tensiona o elitismo histórico baseado na formação da elite capitalista que se baseia em uma discriminação que não é somente socioeconômica, mas étnico-social, racial e sexual, de forma que o patriarcado, incentivado pelo capitalismo, consolida um ambiente que gera tensões e frustração social. Segundo ele, a problemática se encontra no tensionamento em uma dívida histórica problemática e um futuro repleto de incertezas.

Assim, Santos (2022) explora a necessidade do processo de descolonização das universidades, destacando a complexidade desse processo que, segundo ele, relaciona-se desde o acesso à universidade, formação de docentes, estrutura institucional e novas metodologias de ensino-aprendizagem. Para isso, é necessário valorizar os conhecimentos tradicionais, criando um processo de aprendizagem, que seja baseado em currículos capazes de compreender as lutas

sociais existentes que, historicamente, foram consideradas desnecessárias na formação universitária.

Dado o exposto, no seguinte capítulo será abordada a comunicação nas organizações e sua responsabilidade social perante a efetividade da comunicação desenvolvida, além de sua interface com a eficácia e o desenvolvimento das políticas públicas.

3 COMUNICAÇÃO E O COMPROMISSO DAS IES COM O ENSINO SUPERIOR INDÍGENA

A constituição de 1988 traz ao povo brasileiro, após anos de regime militar, uma nova perspectiva com relação ao avanço na conquista de direitos, projetando melhoria na qualidade de vida, buscando uma sociedade mais justa, e igualitária. Esse avanço possibilita não só o papel do Estado como transformador da sociedade, mas traz ao cidadão a possibilidade de exercer um protagonismo histórico no país.

É nesse contexto mais participativo que as instituições devem se adaptar e se relacionar com a sociedade que as envolve, de forma a permitir que ocorra diálogo, inclusão e participação em busca de objetivos comuns. Nesse sentido, a responsabilidade social se torna elemento essencial para contribuir de forma positiva ao desenvolvimento integrado entre organização e indivíduos, garantindo um equilíbrio entre os interesses de ambas as partes.

Rosso e Silvestrin (2013) afirmam que a responsabilidade social ganha, então, cada vez mais espaço na gestão pública, pois permite o enfrentamento de questões sociais e garante a legitimidade das ações públicas, como uma prestação de contas, pela participação cidadã nos processos desenvolvidos. Dessa forma, uma vez que qualquer ação pública irá influenciar a vida na sociedade, a responsabilidade social torna-se condição necessária para qualquer debate público, assegurando o processo democrático e permitindo o debate de temas de interesse coletivo com diferentes públicos.

Brandão (2009) ressalta o importante papel da comunicação pública, uma vez que garante a legitimidade do interesse coletivo. Nesse processo comunicacional, o cidadão assume um lugar diferenciado, pois se extingue a visão instrumental da comunicação como apenas envio de informações e possibilita a construção de relacionamentos. Segundo a autora, a busca de um objetivo comum com base em interesses coletivos seria o pleno exercício da cidadania.

Além disso, de acordo com Wolton (2006), é necessária a construção de novas relações baseadas no interesse coletivo, que gerariam um novo espaço público de discussão capaz de contribuir para a manutenção da democracia. A confiança estabelecida entre poder público, sociedade e sua controvérsia natural de opiniões não deve ser considerada como desafio, mas

sim como elemento essencial para uma complementariedade geradora de maior equilíbrio social.

Nesse processo, Escudero (2015) lembra que é preciso estimular a participação ativa dos cidadãos como produtores, sendo convidados a participar, deliberar e opinar em relação aos temas de interesse coletivo. E para que ocorra a efetivação dessa participação, devem ser criados mecanismos, como fóruns, audiências públicas e canais de ouvidoria, entre outras ações que ampliem e favoreçam a participação de forma mais igualitária.

Beltrán (2007) afirma que a comunicação fomentada pelo capitalismo econômico ocorre originalmente dos países do Norte para os países do Sul global, tendo como base um processo de comunicação verticalizado unilateral que alimenta o acúmulo de capital. Nesse processo, a comunicação de massa, mediada pela tecnologia, irá contribuir para a reprodução de informações e conteúdo que garantem uma dominação que não possa ser alterada.

Nesse sentido, é necessário abandonar esse modelo de comunicação e buscar outra-comunicação que tenha uma perspectiva descentralizadora e decolonial, que possa respeitar todos os povos. Segundo o autor, a construção de uma comunicação democrática se baseia na troca de signos, com maior pluralidade e diversidade, que valorizem o interesse coletivo e as outras culturas. Nessa mesma direção, em sua reflexão acerca da comunicação decolonial, Amaral (2021, p. 484) afirma “Pelas considerações do campo da comunicação, a decolonialidade perpassa a possibilidade de debate público alicerçada na promoção da plurinacionalidade e das interculturais que reconheçam a diversidade de identidades tanto na elaboração epistemológicas como nas práticas comunicacionais.”

Segundo o autor, a outra-comunicação se contrapõe à perspectiva restrita da comunicação como um processo de transferência vertical de informação do emissor para o receptor. A partir de várias abordagens, essa prática entende a comunicação como uma prática horizontal e mais abrangente, na qual todos os participantes estão interligados, comunicando-se uns com os outros e valorizando seus interesses. Assim, é necessário identificar e valorizar as diversas maneiras de se comunicar, com a visão de que a produção da comunicação ocorre a partir da emissão e recepção, ambos conectados de maneira conjunta. Tanto quem emite a mensagem quanto quem a recebe desempenha papéis igualmente importantes na produção da comunicação.

3.1 A comunicação como meio para mitigar violências

Quiroga (2012) destaca que a comunicação contribui para a maior igualdade no processo comunicacional, uma vez que valoriza a diversidade e as diferentes culturas. O autor afirma que é importante considerar o intercâmbio cultural, garantindo o mesmo nível de poderes e informações entre todos os sujeitos, para que uma cultura não se torne subordinada a outra.

Mello Filho (2004) complementa que para que isso ocorra é preciso superar a visão instrumental da comunicação, na qual esse receptor possui o papel passivo de apenas receber informações, sendo necessário considerar sua participação para a construção de um relacionamento baseado na troca de saberes, o que possibilitaria a construção da cidadania em busca de um objetivo em comum e uma gestão pública cada vez mais democrática.

Kunsch (2013) destaca a importância de dialogar e considerar os interesses dos seus públicos para as organizações, de forma que contribuam para a construção de suas ações. Segundo ela, dada sua influência na vida em sociedade, esse diálogo torna-se indispensável para a plena realização de sua missão. Nele, a organização “[...] ouve a sociedade, [...] atende às demandas sociais, procurando, por meio da abertura de canais, amenizar os problemas cruciais da população” (Kunsch, 2013, p. 4).

Dessa forma, é importante destacar que a comunicação desenvolvida pelas IES, enquanto instituições de ensino estabelecidas, tem o seu caráter organizacional relacionado ao desenvolvimento de ações que terão implicações públicas e sociais, dada à sua grande influência na sociedade. Collins (2022) destaca que existem hierarquias e conflitos entre diversos grupos na sociedade, e considera que as organizações, uma vez inseridas no modo de vida da sociedade capitalista, irão reproduzir as relações de poder no ambiente organizacional. Assim, essas organizações reproduzem práticas de violências, de forma a impactar os grupos mais vulneráveis socialmente. Nesse sentido, é importante considerar a comunicação organizacional em sua perspectiva crítica, que questiona as relações de poder existentes na organização e sua influência no processo de comunicação.

Ao mesmo tempo, as experiências dos sujeitos na organização terão impacto no seu desenvolvimento. Segundo Molari (2023), essas experiências irão influenciar no próprio desenvolvimento da organização. “As vivências dos sujeitos impactam no envolvimento ativo deles nas atividades da organização, de modo que situações de opressão promovem silenciamentos e exclusões nos processos comunicacionais estabelecidos neste espaço social” (Molari, 2023, p.89).

Nesse sentido, de acordo com Baldissera e Mafra (2019), a comunicação organizacional irá compor-se em uma constante tensão entre as diferenças multiculturais e dos níveis de poder dos sujeitos. Dessa forma, a comunicação necessita ir além da comunicação da organização para com os seus públicos, e considerar a “organização comunicante”, sendo aquela que compreende a tensão entre as relações organizacionais e busca maior abertura entre as falas dos sujeitos inseridos na organização.

De acordo com Rosso e Silvestrin (2013), isso significa que as organizações não apenas buscam persuadir seus públicos a aceitar suas mensagens, mas também estão dispostas a adaptar suas políticas e práticas de acordo com as necessidades e interesses dos sujeitos. Nesse sentido, a comunicação deve se basear numa perspectiva ética, sendo esse o elo entre os diversos interesses dos públicos. Ela também deve buscar a melhoria das relações com todos os públicos, oportunizando um processo dialógico e mais consensual no desenvolvimento da responsabilidade social. Dessa forma, é necessário promover uma abordagem mais colaborativa e interativa para a comunicação desenvolvida, reconhecendo a importância de ouvir, responder e dialogar com os públicos para alcançar objetivos em comum.

Mello (2004) afirma que exercer a responsabilidade social nas organizações ainda é um desafio, uma vez que ainda existe a concepção de uma comunicação meramente instrumental das instituições responsáveis. Maria José da Costa Oliveira (2004) expõe que uma comunicação pública que garanta e transmita a responsabilidade social das instituições deve buscar aproximar os diferentes interesses da sociedade e conscientizar sobre as políticas públicas existentes.

Dessa forma, a responsabilidade social exercida por meio da comunicação envolve a adoção de alguns princípios, como práticas de processos transparentes, o engajamento com as partes interessadas, a promoção de valores éticos, a resposta inteligente e ágil em momentos de crises e problemas, e a colaboração com outros atores sociais.

3.2 Sondagem com Universidades Públicas sobre Ações Afirmativas

A partir desse referencial teórico levantado, e considerando que a legislação federal impõe normas específicas sobre as Ações Afirmativas de ingresso para estudantes indígenas nas instituições públicas de ensino, iniciou-se uma sondagem através da pesquisa documental nos portais institucionais de 15 instituições de ensino superior, públicas pré-selecionadas, tendo por finalidade a interpretação dos documentos existentes, buscando responder a perguntas da pesquisa, testar hipóteses e investigar detalhes específicos. Como destaca Gil (2008), a análise possibilita estabelecer relações entre as variáveis encontradas. Assim, ocorreu, primeiramente,

o mapeamento das informações sobre ações afirmativas em relação à inserção dos povos indígenas, em cursos universitários de 15 instituições federais disponibilizadas por meio de suas plataformas digitais oficiais (portais institucionais). A escolha das instituições ocorreu dividindo as cinco regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste), e analisando de maneira igualitária três instituições de cada região, escolhidas de forma aleatória.

Trata-se de uma análise de dados secundários já organizados e com caráter qualitativo como fio condutor, na qual o levantamento das informações leva a uma maior identificação e verificação para alcançar o objetivo, garantindo melhor compreensão do tema a partir dos dados encontrados (Moreira, 2014), o que se configurou como antecedentes da pesquisa.

As instituições pesquisadas encontram-se no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1: Instituições de Ensino Superior Seleccionadas para Pesquisa Documental

REGIÃO	IES SELECIONADAS		
SUL	UFRGS-Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFPR- Universidade Federal do Paraná	UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina
SUDESTE	UFSCAR- Universidade Federal de São Carlos	UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais	UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro
NORTE	UFAM- Universidade Federal do Amazonas	UFRR- Universidade Federal de Roraima	UNIR- Universidade Federal de Rondônia
NORDESTE	UFBA- Universidade Federal da Bahia	UFPB- Universidade Federal da Paraíba	UFRN- Universidade Federal do Rio Grande do Norte
CENTRO-OESTE	UFMS- Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	UnB- Universidade de Brasília	UFG- Universidade Federal de Goiás

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dessa forma, a pesquisa foi realizada em 03/02/2023, e buscou analisar alguns aspectos em relação à comunicação sobre a permanência dos estudantes indígenas, como ações afirmativas em prol da igualdade desse grupo de estudantes durante sua trajetória acadêmica. Para isso, buscou-se identificar de forma padronizada em todas as instituições os seguintes parâmetros: a) Bolsa Permanência; b) Auxílio Moradia; c) Vestibular específico indígena; d) Comissão/ Órgão próprio.

A análise descritiva pautou-se nas informações disponíveis no portal institucional ou site oficial de cada instituição, compreendendo o site como importante local de posicionamento

da instituição, no qual suas políticas, ações e informações são concentradas de maneira estruturada, organizada, transparente e disponível (Terra, 2012).

Análise dos Dados

A partir dos parâmetros estabelecidos, identificou-se:

Região Sul

UFPR- Universidade Federal do Paraná- Foi possível identificar a existência da Comissão Universidade para os Índios (CUIA), uma comissão presente especificamente nas instituições do estado do Paraná, gerenciada pelo próprio governo do Estado, tendo como objetivo viabilizar aos povos indígenas, o acesso, permanência e conclusão nos cursos de graduação das instituições públicas do Estado. Também se identificou a existência de vestibular específico, bem como auxílio moradia e permanência. Chama a atenção o termo “Universidade para os Índios”, tendo em vista a produção de sentidos que a expressão “índios” gera em contraposição a de “indígenas”, que seria a mais adequada.

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina- A instituição possui uma Política de Ações Afirmativas Étnico-Raciais, pela qual disponibiliza vagas suplementares nos cursos de graduação para os indígenas, além do Programa de Monitoria Indígena e Quilombola. Esse programa realiza o acompanhamento pedagógico dos estudantes com o objetivo de garantir sua permanência na IES. Nesse contexto, identifica-se a existência de auxílios como permanência e moradia.

UFRGS-Universidade Federal do Rio Grande do Sul- A instituição apresenta uma consolidada política de ações afirmativas, podendo ser identificada por meio da Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena (CAPEIn), vinculada ao chamado Programa de Ações afirmativas, pela qual é possível identificar a preocupação da instituição que tem início com a inserção do estudante com o vestibular indígena e, especialmente, em sua permanência, com ações de acompanhamento pedagógico, além de auxílios como moradia, permanência, entre outros.

Região Sudeste

UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro - A garantia de vagas para os estudantes indígenas é identificada no programa de ações afirmativas, porém, não ocorrendo de forma suplementar, mas sim de acordo com o percentual próprio em relação ao número total de vagas ofertadas para cada curso. Ainda, foi possível verificar a comunicação sobre o auxílio à permanência, porém, não foi identificada informação em relação ao auxílio moradia para os estudantes.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais - A instituição possui de maneira consolidada os auxílios em relação à permanência e moradia. Com isso, identificaram-se informações sobre a existência do grupo de estudos para preservar línguas indígenas em todo o Brasil como uma ação afirmativa relacionada à pesquisa acadêmica na instituição, além do vestibular específico para a inserção dos estudantes indígenas, com vagas suplementares nos cursos de graduação.

UFSCAR- Universidade Federal de São Carlos- Identificou-se informação sobre a consolidação do Programa de Ações Afirmativas em diversos documentos oficiais internos, de forma a garantir tais direitos, como o vestibular específico indígena, garantindo o acesso, bem como acompanhamento em relação à sua permanência, contando com os auxílios em relação à moradia e permanência.

Região Norte

UNIR- Universidade Federal de Rondônia- Identifica-se na instituição a existência do Departamento de Educação Intercultural, pelo qual se gerenciam as ações em relação às políticas afirmativas. A universidade possui o curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural, voltado especificamente para a formação de professores indígenas. A UNIR conta ainda com os auxílios moradia e permanência para os estudantes.

UFRR - Universidade Federal de Roraima - Verificam-se informações sobre a presença da Comissão Permanente de Vestibular, pela qual se gerencia o Programa de Bolsas a Estudantes Indígenas (PROBEI), garantindo a inserção dos estudantes indígenas com um vestibular próprio (PSEI) além de auxílios moradia e permanência.

UFAM- Universidade Federal do Amazonas- A instituição informa por meio de seu portal web que possui um curso específico de Licenciatura Indígena com o objetivo da formação de

docentes para atuarem nas cidades e nas próprias comunidades. Identificou-se a existência dos auxílios moradia e permanência, não possuindo um vestibular próprio indígena.

Região Nordeste

UFRN- Universidade Federal do Rio Grande do Norte- A instituição informa que oferece auxílios em relação à moradia e permanência estudantil. Contudo, não foram identificadas outras ações institucionais de políticas afirmativas, como comissões específicas ou vestibular próprio em relação aos estudantes indígenas.

UFPB- Universidade Federal da Paraíba - Verificam-se informações sobre a oferta de auxílios em relação à moradia e permanência estudantil. Contudo, não foram identificadas outras ações institucionais de políticas afirmativas em relação aos estudantes indígenas.

UFBA- Universidade Federal da Bahia- É possível identificar o auxílio permanência como ação afirmativa, porém, não encontramos informações sobre vestibular ou comissão específica própria para estudantes indígenas, bem como auxílio moradia.

Região Centro-Oeste

UFG- Universidade Federal de Goiás- A instituição possui oferta de auxílios em relação à moradia e permanência. Igualmente, verificou-se a existência de uma Coordenação de Ações Afirmativas, porém não constam informações sobre as ações da coordenação devido ao problema técnico na página no site.²

UnB – Universidade de Brasília- A instituição possui uma consolidada política de ações afirmativas, caracterizando-se como pioneira no país nesse âmbito, além de oferecer auxílios moradia e permanência estudantil. A instituição possui o Centro de Convivência dos Povos Indígenas (Maloca-Unb) que busca proporcionar o convívio maior entre os estudantes, além do desenvolvimento de eventos, cursos e oficinas. Conta com a ordenação da Questão Indígena (Coquei), vinculada à Diretoria da Diversidade (DIV), na qual as ações afirmativas são

² No momento da pesquisa, ao clicar na página da coordenação de ações afirmativas, uma mensagem surgiu na tela “erro ao carregar a página”.

organizadas e desenvolvidas especialmente em relação ao acompanhamento pedagógico, auxiliando estudantes e professores em suas necessidades. Destaca-se ainda a Associação dos Acadêmicos Indígenas da Universidade de Brasília (AAIUnB) de forma institucionalizada com ações e políticas universitárias que permitem o acesso e permanência dos indígenas.

UFMS- Universidade Federal do Mato Grosso do Sul- Verificam-se informações na instituição sobre os auxílios moradia e permanência. Em relação às comissões específicas ou vestibular próprio para estudantes indígenas é possível identificar o curso de Licenciatura Intercultural Indígena, destinado à formação de professores indígenas.

A partir dessa análise, constatou-se a necessidade de um maior e melhor aprofundamento em relação a essas instituições, especialmente no que diz respeito ao material disponibilizado em seus portais institucionais, diversas vezes superficial e inconclusivo acerca das ações afirmativas existentes e da comunicação desenvolvida. Por isso, prosseguiu-se com a realização do contato via e-mail com as 15 instituições pesquisadas. Foi enviado a elas um convite (via e-mail institucional) para a participação nessa pesquisa qualitativa. A técnica utilizada foi uma entrevista em profundidade do tipo semiestruturada e semiaberta. Os convites foram realizados pelo autor desta pesquisa e com a assinatura da orientadora. Das 15 convidadas, apenas quatro aceitaram realizar a entrevista.

Duarte (2006) afirma que essa técnica ocorre por meio da elaboração de um questionário estruturado em perguntas iguais a todos os entrevistados, de modo que os participantes possam responder a elas de maneira uniforme (sem manipulação de informações). Dessa forma, podem ser obtidas respostas embasadas, estruturadas e com conexões lógicas para que se estabeleça uma comparação entre elas.

[...] seu objetivo está relacionado ao fornecimento de elementos para compreensão de uma situação ou estrutura de um problema. Deste modo, como nos estudos qualitativos em geral, o objetivo muitas vezes está mais relacionado à aprendizagem por meio da identificação da riqueza e diversidade, pela integração das informações e síntese das descobertas [...] (Duarte; Barros, 2015, p.63).

Para o desenvolvimento das entrevistas com os representantes das instituições, foram elaboradas nove questões/perguntas. Elas ocorreram de forma síncrona por meio do Google Meet durante o período de 26/04/2023 a 21/08/2023 para aqueles que puderam participar, todas foram gravadas com base na autorização prévia dos entrevistados e, posteriormente, seu

conteúdo foi transcrito e segue disponível para conhecimento no Apêndice. O envio do convite para a participação na pesquisa ocorreu também da mesma maneira para todas as instituições, via e-mail, com reforços enviados semanalmente. As instituições que responderam positivamente ao convite e que têm suas entrevistas transcritas nesta dissertação foram: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Universidade Federal do Paraná - UFPR e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS.

Por meio do contato com as instituições, recebemos o convite para participar do seminário “*Povos indígenas e o ensino superior: diálogo com lideranças indígenas & desenhos institucionais*”, organizado pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, especificamente pela Diretoria Executiva de Direitos Humanos e pela Comissão Assessora para a Inclusão Acadêmica e Participação dos Povos Indígenas. O seminário ocorreu presencialmente nos dias 08 (das 13h30 às 18h00) e 09 de agosto de 2023 (das 9h00 às 18h00) na instituição e possibilitou a aproximação do autor desta pesquisa com lideranças indígenas atuantes no ensino superior brasileiro.

Após a realização das entrevistas com as IES, identificou-se que a busca pelo tensionamento teórico e discussão crítica acerca da problemática para atender o objetivo da pesquisa seria mais bem atendido com a participação efetiva dos estudantes indígenas na pesquisa. Desse modo, toda essa pesquisa prévia representou um antecedente investigativo que direcionou nosso olhar para a ampliação da proposta metodológica no sentido de conhecer a percepção dos próprios estudantes e outros públicos, que se relacionam com o tema, o que passamos a detalhar no próximo tópico.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Como exposto nos capítulos anteriores, o presente estudo propôs em um primeiro momento, analisar a comunicação desenvolvida pelas IESs públicas em relação às políticas de ações afirmativas de inserção e permanência de estudantes indígenas. Para tanto, iniciou-se com a realização de uma pesquisa exploratória a fim de realizar o levantamento das pesquisas já realizadas envolvendo a temática, identificando métodos, autores e perspectivas teóricas em relação ao tema.

A realização de pesquisa bibliográfica para a obtenção de material teórico foi fundamental, pois, por meio dela, foi possível identificar o conhecimento já produzido acerca da temática e, a partir disso, iniciar a construção da fundamentação teórica da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

Assim, a pesquisa bibliográfica teve como objetivo reunir informações e dados relevantes que serviram de base para a construção da investigação proposta a partir de determinado tema.

Com a realização da pesquisa bibliográfica inicial e, posteriormente, a pesquisa documental e análise descritiva dos portais institucionais, demos início a uma nova etapa do percurso metodológico, que consistiu em entrevistar dois estudantes indígenas inseridos no Ensino Superior por meio da técnica da história oral. Entendemos que o método para a coleta das informações deveria se adequar ao público com as quais a pesquisa interagiria. Nesse caso, a história oral se apresentou a mais adequada, pois permitiu que os entrevistados se sentissem à vontade para relatar suas próprias histórias pessoais e a relação com o ensino superior.

Além disso, também redirecionamos o recorte da pesquisa, privilegiando a profundidade nas análises realizadas em lugar da quantidade de instituições estudadas. Por isso, optou-se por desenvolver um estudo de caso no Centro Universitário Sagrado Coração (UniSagrado), da cidade de Bauru, interior de São Paulo, especialmente considerando a existência de longa data do Projeto Identidade Araribá, que desenvolve as ações afirmativas de inserção e permanência dos estudantes das terras de Araribá, localizadas no município de Avaí, também no estado de

São Paulo. Do mesmo modo, o pesquisador desta dissertação tem acesso facilitado aos públicos da instituição, tendo em vista que é funcionário contratado atuando na área da Pró-Reitoria Acadêmica como Coordenador de Extensão.

O estudo de caso, segundo Fonseca Junior (2005), envolve uma investigação profunda e detalhada de um fenômeno específico dentro de seu contexto real, buscando compreender sua complexidade e dinâmica. Sua característica qualitativa evidencia a melhor compreensão dos significados e contextos do fenômeno analisado, em vez de quantificar dados de forma objetiva. Nesse método, a unidade de análise é o caso em si, podendo ser uma pessoa, um grupo, uma organização, um evento ou qualquer outra entidade que seja objeto de estudo, e é muito importante a contextualização do caso dentro de seu ambiente real, de forma a possibilitar a compreensão das influências e dos elementos do contexto que o moldam.

Silva e Fossá (2015) destacam a necessidade de uma imersão profunda no contexto em que o caso ocorre, buscando capturar todos os aspectos relevantes e peculiaridades do fenômeno estudado. Para isso, a utilização de técnicas qualitativas de coleta de dados, como entrevistas, observação participante e análise documental, são necessárias para capturar a riqueza e a complexidade do caso. Dessa forma, é possível garantir a validade e a credibilidade na coleta e na análise de dados, trazendo maior transparência metodológica, rigor e evidências para sustentar as conclusões.

Segundo Caprino e Perazzo (2011), a aplicação da história oral em pesquisas de comunicação considera que as diversas realidades multiculturais e a participação das comunidades são fundamentais para a melhor compreensão das relações que existem entre as pessoas e os processos de comunicação. Nesse tipo de entrevista, as perguntas são mais amplas, apenas como um roteiro para o entrevistador, buscando revelar a verdade intrínseca do narrador.

Jorge Lozano (2006) afirma que a história oral considera a subjetividade existente no indivíduo, e essa é a principal característica do método, que possibilita a melhor compreensão dos processos multiculturais baseado em suas memórias, colocando o sujeito como elemento central na produção de conhecimento. Logo, a pesquisa que se utiliza desse método enaltece a pessoa entrevistada e considera suas histórias vivenciadas e narradas. Recordando vivências e fazendo com que o sujeito se torne protagonista, o sujeito retoma seu lugar de fala em uma história anteriormente silenciada ou menosprezada.

Priscila Perazzo (2015) considera ainda que cada indivíduo, ao compartilhar sua história, atua como um observador e um criador, de forma que a narrativa verbal não é menos autêntica nem menos significativa que os relatos históricos oficiais. Não se está em busca da verdade absoluta, pelo contrário, considera-se que cada um interpreta os acontecimentos de

acordo com sua própria visão de mundo e imagem de si mesmo, moldando sua narrativa de acordo com sua história, cultura e ancestralidade. Dessa forma, considerando a tradição oral dos povos indígenas, a metodologia foi utilizada realizando entrevistas com estudantes indígenas inseridos no ensino superior, garantindo sua participação na pesquisa. A seguir, apresenta-se o quadro com o roteiro em ordem crescente do percurso realizado para garantir a efetividade do método:

Quadro 2: Roteiro do Percurso Metodológico

1) Pesquisa sobre a instituição
2) Observação participante
3) Pesquisa bibliográfica
4) Pesquisa documental
5) Antecedentes prévios da pesquisa (sondagem)
6) Identificação dos Estudantes atuais, egressos e professores
7) Elaboração do roteiro de entrevista
8) Realização das entrevistas
9) Análise de conteúdo das entrevistas

Fonte: Elaborado pelo autor

Dessa forma, no total foram realizadas oito (8) entrevistas, sendo cinco (5) em formato de história oral com estudantes indígenas. Porém, três delas (3) tiveram que ocorrer em formato de entrevista em profundidade do tipo semiestruturada e semiaberta, na qual se optou pela realização de entrevistas com diferentes públicos, professores e estudantes, compreendendo que seus distintos contextos sociais e culturais seriam fundamentais para o entendimento do fenômeno social analisado, uma vez que a instituição como estrutura hegemônica e capitalista poderia influenciar numa visão romantizada de ações afirmativas bem-sucedidas. A participação de estudantes e egressos indígenas busca garantir mais igualdade nas análises, contrapondo estruturas dominantes e buscando identificar silenciamentos existentes.

No Apêndice A seguem as transcrições das histórias de vida oral de estudantes indígenas que aceitaram conceder entrevista. Já no Apêndice B segue a transcrição das entrevistas que foram realizadas em formato semiestruturado, via Google Meet, com os gestores acadêmicos que trabalham com a temática em universidades federais brasileiras. A diferença no método entre um tipo de entrevista e outro se justifica pelo fato de compreendermos a utilização da história oral como método que garante mais liberdade na resposta para os

entrevistados no caso dos estudantes e egressos indígenas. No caso dos docentes e gestores das instituições, o roteiro semiestruturado garante compreender os fenômenos analisados de forma qualitativa.

Para a análise das entrevistas será utilizado o método da análise de conteúdo, pela qual, de acordo com Fonseca Junior (2005), é possível compreender o conteúdo de textos, documentos, entrevistas, discursos ou qualquer tipo de comunicação verbal ou visual, a partir de uma análise rigorosa e sistemática que é confiável e objetiva, tanto em análises quantitativas como qualitativas. Para isso, o autor destaca etapas para sua aplicação, ocorrendo primeiramente a preparação e organização dos dados, definição das unidades de análise, codificação, classificação, interpretação e análise dos resultados, validação e apresentação dos resultados.

Bardin (1977) afirma que esse método possui ainda uma importante característica que é a realização de interferências, ou seja, a capacidade do pesquisador de realizar interpretações com base nos aspectos implícitos da mensagem, ocorrendo um aprofundamento em relação à superficialidade da mensagem. Segundo a autora, as interferências específicas e gerais superam a perspectiva quantitativa e descritiva desse método, ampliando a possibilidade da análise realizada na perspectiva qualitativa, conforme explica “a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. A linguística é um estudo da língua, a análise de conteúdo é uma busca de outras realidades *através* das mensagens. [...]” (Bardin, 1977, p.44).

Para o bom desenvolvimento do método, segundo Bardin (1977), algumas etapas são fundamentais no momento da realização da análise, tais como: a organização, codificação e categorização. A organização da análise consiste na pré-análise do material obtido, buscando sistematizar e estabelecer parâmetros, indicadores, objetivos e hipóteses que irão fundamentar a interpretação final. Após a realização da pré-análise, a codificação é um importante processo pelo qual será classificado o material selecionado.

Fonseca Junior (2005) afirma que determinar as unidades de registro e de contexto é fundamental no processo de codificação, uma vez que a unidade de registro possibilita a seleção da amostragem a ser utilizada. Ela considera a amostra escolhida como unidade base em relação às unidades de contexto, que contemplam toda condição e cenário do ambiente existente no qual estão inseridas as informações, possibilitando a melhor interpretação das unidades de registro. Nesta pesquisa, com o fim de considerar o desenvolvimento do método, será utilizada a presença dos verbos: permanecer, concluir, comunicar e relacionar como unidades de registro de natureza semântica.

A categorização como terceira etapa é fundamental para o desenvolvimento do método, pois ela possibilita reagrupar e classificar os elementos, tornando-os mais compreensíveis para a realização de interferências considerando sua diversidade. Bardin (1977) destaca alguns critérios de categorização, de ordem sintática e semântica. Para a realização desta pesquisa, optou-se pelo semântico, com o objetivo de possibilitar um aprofundamento por meio das categorias analíticas descritas no quadro 3:

Quadro 3: Categorias Analíticas que serão empregadas na análise das entrevistas

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CATEGORIAS	CARACTERÍSTICAS
- Identificar ações afirmativas em instituições de ensino superior. - Compreender o impacto do Projeto Araribá para os indígenas.	-Compromisso da IES com a permanência estudantil.	-Relaciona-se com o desenvolvimento de ações afirmativas que possibilitem uma permanência para a conclusão do ensino superior dos estudantes indígenas.
- Identificar as possíveis dificuldades dos estudantes em relação à permanência estudantil.	-Grau de compromisso da IES com a disponibilização de informações em seu portal oficial sobre ações afirmativas.	-Refere-se à importância dada à comunicação e a maneira como ela ocorre, podendo ter influência sobre a permanência dos estudantes. Aqui serão observados alguns indicadores, tais como: acessibilidade aos portais institucionais, uso do e-mail institucional com estudantes indígenas e participação nos eventos e reuniões relacionados à temática.
- Comparar a percepção de professores e estudantes em relação ao Projeto Araribá.	-Dificuldades dos estudantes em se relacionar com a IES.	-As prováveis dificuldades dos estudantes indígenas em se relacionar com a instituição revelam possíveis impedimentos que podem influenciar na jornada acadêmica. Dessa forma, essa categoria busca compreendê-las e analisá-las.

Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com as categorias elencadas, a próxima etapa da pesquisa será realizar as análises das entrevistas, contribuindo para as reflexões críticas, respondendo aos objetivos e ao problema inicial proposto neste projeto de pesquisa.

4.1 Histórico do Unisagrado e do Projeto Identidade Araribá

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional do Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO, 2020) após 25 anos de atuação das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus no Centro-Oeste Paulista, emergiu a necessidade de criar uma instituição que proporcionasse formação profissional, intelectual e espiritual para os jovens de Bauru e região, bem como qualificasse professores para aprimorar as condições educacionais. Motivadas pelo arcebispo de Botucatu, as apóstolas deram início ao projeto de criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Sagrado Coração (FAFIL) em 1951, a primeira instituição de ensino superior do interior paulista e origem do atual UNISAGRADO. Autorizada pelo governo da época, a faculdade começou oferecendo cursos em áreas das Ciências Humanas, como Letras, Pedagogia, Geografia e História, com o objetivo de preparar profissionais qualificados para o contexto local.

A relevância da faculdade foi consolidada em 1956, quando obteve nova autorização ao ser declarada de utilidade pública pela Prefeitura de Bauru. O documento destaca ainda, que com o objetivo de expandir e atender às necessidades regionais foi criada em 1976 a Faculdade de Enfermagem do Sagrado Coração (FESC), inaugurando a área de Ciências da Saúde, que hoje realiza pesquisas para melhorar a qualidade de vida da população de Bauru e presta atendimento a cerca de 80 mil pessoas por ano em seus laboratórios e clínicas.

No início dos anos 1990, a instituição reformulou sua abordagem pedagógica, adotando uma visão humanista e reafirmando seu compromisso com a produção de conhecimento para o bem comum, além de incentivar a inclusão. Destacou-se ao criar um programa para a terceira idade e ao lançar o Núcleo de Informações sobre Deficiência de Bauru (NIDB), atual Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), para apoiar estudantes com deficiência. (UNISAGRADO, 2020).

Na década de 1990, houve também a ampliação dos cursos de Graduação e Pós-Graduação, fortalecendo programas de Extensão e introduzindo cursos das áreas de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, como Administração, Jornalismo e Publicidade e Propaganda. Com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, foram promovidas mudanças nos projetos pedagógicos e nas políticas de ensino, pesquisa e extensão. A instituição consolidou-se como promotora de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico,

introduzindo uma gestão que integrou ensino, pesquisa e extensão, destacando-se pela formação docente e pela inclusão, com a adesão ao PROUNI e ao PEC-G, programas que disponibilizam vagas para estudantes de países em desenvolvimento. Nesse mesmo período, com o objetivo de reformular sua forma de construção do conhecimento para que pudesse atender a toda a população, tendo como base a formação humanista e o compromisso social, em 1996, que se inaugura o Projeto Identidade Araribá, desenvolvido na Terra Indígena de Araribá, distante de Bauru aproximadamente 70 km.

A Terra Indígena Araribá surgiu no início do século XIX, com a vinda dos indígenas Guarani, originários do sul do Mato Grosso, e ali começaram a se deslocar para o leste, em virtude da influência religiosa da época. Aproximadamente em 1896, um pequeno grupo se fixou na região do Rio Batalha, próximo aos municípios de Avaí e Duartina, no estado de São Paulo, e permaneceram até hoje, e cuja formação identitária é composta por etnias Guarani, M'byá, Kaiowá, Nandeva, Terena e Kaingang. O decreto nº 8702 de junho de 1910 garantiu a cessão e demarcação das terras por parte do governo do estado, criando assim, a Terra Indígena de Araribá. (Decreto n.8702, de 20 de junho de 1910)

Diante desse contexto, o projeto teve início por meio de um Convênio de Cooperação Técnico-Científico assinado pela FUNAI, pela Prefeitura de Avaí, pelo Centro Universitário Sagrado Coração e pelas lideranças das aldeias. Desde o princípio, tem promovido ações na área de educação que visam a atender quatro comunidades - Ekeruá, Kopenoty, Nymuendajú e Teregua -, que incluem, aproximadamente, 500 indígenas. O objetivo do Projeto é inserir os estudantes na instituição por meio de bolsas de estudo, e garantir sua permanência nela por meio de acompanhamento psicopedagógico. Com 28 anos de existência, já conta com 30 egressos indígenas das terras de Araribá, graduados nos cursos de Pedagogia, História, Enfermagem, Fisioterapia, Letras, Nutrição, Ciência da Computação, Biomedicina, Geografia e Design de Moda.

Atualmente o projeto conta com um docente coordenador e as ações ocorrem de forma integrada e vinculadas ao Núcleo de Apoio Psicopedagógico e de Inclusão (NAPI), que é um programa institucional vinculado à Pró-Reitoria Acadêmica. O Projeto preocupa-se em visitar as comunidades das terras de Araribá e ofertar as vagas disponíveis nos cursos de graduação para os indígenas. Em seguida é realizada uma reunião com os caciques representantes das quatro comunidades, na qual se decide qual jovem irá ingressar na instituição. A partir desse momento, inicia-se todo o acompanhamento do estudante durante a graduação até a sua formatura.

A inserção regional da IES ocorre por meio desse compromisso com a comunidade, desenvolvendo atividades científicas, tecnológicas, culturais e sociais. A instituição oferece ensino e promove a formação de cidadãos e profissionais capacitados, conscientes e prontos para atender às exigências do mercado. O UNISAGRADO direciona suas ações para preparar profissionais capazes de aplicar seus conhecimentos em benefício da comunidade, enfatizando a importância da interação efetiva com diversos grupos sociais.

Assim, é nesse cenário que a Extensão Universitária esteja integrada à estrutura da IES, cujas diretrizes incluem fortalecer a relação entre a instituição e a sociedade, incentivar programas que facilitem o acesso ao conhecimento e priorizar projetos de caráter interdisciplinar e multidisciplinar. Além disso, visa estabelecer parcerias contínuas com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento conjunto.

As ações de extensão se pautam na necessidade de transformação social, apoiando práticas extensionistas que buscam integrar essas atividades aos projetos pedagógicos dos cursos de Graduação e Pós-Graduação. Consideram-se extensionistas as atividades que envolvem a participação conjunta de professores, estudantes e comunidade, promovendo uma relação constante entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Além de unirem teoria e prática, as atividades de Extensão e da Pastoral Universitária favorecem um trabalho interdisciplinar que incentiva uma visão integradora por meio de ações contínuas de caráter cultural, esportivo, educativo, social, científico ou tecnológico, realizadas em curto, médio ou longo prazo. (Manual da Coordenadoria de Extensão, 2022).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional do Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO, 2020) as ações de extensão são fundamentais para a formação dos estudantes, a qualificação dos professores e o intercâmbio eficaz com a sociedade. Elas criam situações que permitem e sistematizam essa interação, equilibrando demandas e inovações que surgem nos trabalhos acadêmicos. A Extensão também proporciona à comunidade acadêmica o diálogo com diversos grupos sociais e em diferentes áreas profissionais, promovendo um processo contínuo de construção de conhecimento, ampliação de repertório e enriquecimento de visões de mundo.

Segundo Paulo Freire (2022), a Extensão nesse contexto enquanto campo educativo, deve ir além, compreendendo que sua ação relaciona-se com a comunicação, uma vez que toda atividade que envolva uma comunidade deve considerar o significado dos sujeitos envolvidos. Ou seja, apenas transmitir um conteúdo de um sujeito A para um sujeito B, depositando informações que não têm significado para esse sujeito não haverá comunicação.

O autor tensiona a ausência de significado, e defende a necessidade de uma interação dialógica, na qual compreende que não existem sujeitos passivos, e que para comunicar-se é necessário produzir significado para esses sujeitos. “O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo.” (Freire, 2022 p. 87). Dessa forma, o conhecimento é construído de forma colaborativa e dialógica, onde tanto o educador quanto o educando são sujeitos ativos do processo educativo.

A comunicação nesse processo envolve uma troca de saberes, na qual existe uma interação que respeita a visão e as vivências de todos os envolvidos. O diálogo então se torna o elemento central, e um sujeito não é mais o único que detém o saber, mas um facilitador que aprende junto com outro, construindo o conhecimento de forma coletiva. “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados.” (Freire, 2022 p. 89). Nesse sentido, o autor defende que a educação só é transformadora quando se baseia na comunicação autêntica, pela qual o processo educativo extensionista deve ser uma experiência comunicativa, na qual as pessoas possam se envolver ativamente na construção do conhecimento, tornando-se protagonistas de suas próprias realidades.

Dessa forma, é importante destacar que a perspectiva do diálogo comunicativo de Freire, contribui para que as universidades articulem suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, fazendo com que sejam vistas não apenas como transmissão de conhecimento, mas como resultado dos diálogos entre diferentes saberes, promovidos pela sociedade e pela universidade. Nesse sentido, é possível compreender a importância da Extensão Universitária, ligada as demandas sociais, e possibilitando a interação entre a universidade e a comunidade.

4.2 Aplicação do Método

Este capítulo contempla o desenvolvimento da metodologia de análise do conteúdo das entrevistas realizadas com egressos indígenas, docentes e estudantes do Centro Universitário Sagrado Coração. A partir da fundamentação teórica, análise documental descritiva dos sites das 15 IESs públicas brasileiras selecionadas e das reflexões tecidas nos capítulos anteriores, será desenvolvida a análise de conteúdo, em que as categorias analíticas apresentadas servirão como suporte para melhor interpretação e inferência nas entrevistas realizadas, dessa forma auxiliando a formular interpretações acerca dos objetos analisados e a responder ao problema

inicial desta pesquisa, nos trechos apresentados, optou-se pela transcrição fiel da fala dos indígenas, a fim de garantir a efetividade e liberdade do método de história oral.

Como abordado no segundo capítulo, o cenário brasileiro em relação aos povos originários e às culturas tradicionais, diversas vezes invisíveis para a sociedade, ainda é extremamente violento, o que, na perspectiva de Galtung (2003), estaria enraizado em estruturas dominantes e expresso em uma constante violência cultural.

Arcaro (2020) afirma que a epistemologia decolonial consiste em expor as estruturas dominantes, questionando os mecanismos de silenciamentos existentes. Nesse sentido, é necessário afirmar que o indígena enfrenta desafios para seu ingresso e permanência no ensino superior, que consiste, majoritariamente, em um ambiente hegemônico no qual as diferenças se tornam nítidas diante de uma estrutura elitizada e pautada pelo modo de vida capitalista.

Nesse contexto, o Projeto Identidade Araribá busca superar barreiras históricas, oportunizando uma relação dialógica com as aldeias Kopenoti, Nimuendajú, Ekeruá e Tereguá, localizadas nas Terras de Araribá, em Avaí (SP). Havendo interesse por parte dos indígenas, o processo de formação acadêmica na graduação e pós-graduação é incentivado e acompanhado, possibilitando a presença constante desses estudantes na instituição, como é evidenciado pela entrevista com os docentes.

O projeto, existente há 28 anos, possui um número expressivo de 30 egressos e 19 discentes regularmente matriculados em 2024, sendo esse o universo desta pesquisa. Entretanto, é preciso destacar os desafios que esta pesquisa encontrou ao buscar o contato necessário com eles para as entrevistas, tentando, inúmeras vezes, por e-mail e telefone, sem sucesso e, também sem retorno às aproximações, especialmente por parte dos egressos. Acredita-se que tal fato advém do enfraquecimento do vínculo com a própria instituição quando comparado ao do período estudantil, bem como de suas ocupações no mercado de trabalho ou do seu deslocamento para outros territórios do Brasil.

Além disso, como destaca Priscila Perazzo (2015), ainda que exista uma familiaridade com o pesquisador em relação ao método qualitativo da pesquisa em história oral, é característico dos povos originários o fato de que as relações de confiabilidade necessitem de tempo para se consolidar. Quanto aos discentes atualmente matriculados na universidade, especificamente no mês de maio de cada ano, que é dedicado à realização das avaliações regimentais, dificultou a participação ainda mais expressiva, notando-se também a morosidade no retorno dos contatos realizados. Mais precisamente, foram coletadas oito entrevistas, sendo cinco com indígenas e três com docentes não indígenas.

Ainda que esta amostra seja pequena em relação ao nosso universo, entendemos que elas nos oferecem alguns elementos que são ricos para a compreensão do fenômeno estudado e para o objetivo proposto nesta pesquisa.

Para apoiar a realização da entrevista com os docentes, utilizamos o modelo de questionário semiestruturado (apêndice C). Para as entrevistas com os estudantes, utilizamos algumas perguntas direcionadoras (conforme apêndice D), porém, adotando a técnica de História Oral.

Para guiar nossa leitura, apresentamos aqui o quadro 4 no qual descrevemos o perfil dos participantes das entrevistas (docentes do Unisagrado e os estudantes indígenas que aceitaram conceder entrevista). A fim de garantir o sigilo das identidades dos indígenas participantes, utilizamos nomes fictícios para se referir a eles(as), e também de origem indígena.

Quadro 4: Participantes das Entrevistas

Apresentação dos participantes	
Nome	Perfil
Professor 1 do Unisagrado	Docente do curso de Psicologia de sexo masculino com oito anos em contato com os indígenas das terras de Araribá.
Professor 2 do Unisagrado	Docente do curso de História, de sexo feminino; ministra as disciplinas de Ética e Cultura Religiosa, Fundamentos Metodológicos do Ensino de História, Articulações Afro-brasileiras e Indígenas. Possui 10 anos na instituição e durante todo esse período teve contato com os estudantes indígenas.
Professor 3 do Unisagrado	Docente do curso de Letras e História, do sexo masculino, ministra as disciplinas de Antropologia, Sociologia, Ética e Cultura Religiosa, Cultura Brasileira, Estética e História da Arte, Literatura Universal. Possui 27 anos na instituição e durante todo esse período teve contato com os estudantes indígenas.

Enarê- Egresso do curso de Pedagogia do Unisagrado	Egresso do sexo masculino, da aldeia de Ekeruá, cursou Pedagogia e atualmente é professor e gestor cultural da comunidade.
Inaiê- Professora na escola da aldeia e egressa do curso de Pedagogia do Unisagrado	Egressa do sexo feminino, da aldeia Kopenoti, cursou Pedagogia e atualmente é professora indígena na escola da comunidade Kopenoti.
Iberê – Estudante de Pedagogia no Unisagrado	Estudante do sexo masculino, da aldeia de Ekeruá, e está no quarto semestre do curso de Pedagogia.
Yara – Egressa do curso de Pedagogia do Unisagrado	Indígena do sexo feminino cursou Pedagogia, atualmente reside e representa os indígenas do contexto urbano e é Coordenadora de Políticas Diferenciadas, do departamento de Povos Indígenas Isolados, recentemente instaurado pelo Ministério dos Povos Indígenas em Avaí-SP.
Ararê– Professor na escola da aldeia e Egresso do curso de Pedagogia do Unisagrado	Indígena do sexo masculino, da aldeia Nimuindaju, cursou Pedagogia e atualmente é professor CGP na Escola indígena das terras de Araribá .

Fonte: Elaborado pelo autor

Para compreender melhor a definição das categorias previamente formuladas para a análise de conteúdo, passamos a contextualizar e descrever as etapas das entrevistas realizadas, conforme os quadros apresentados a seguir.

Quadro 5: Etapa 1 da Pesquisa: Entrevista com Docentes

Etapa 1 da Pesquisa: Entrevista com Docentes não indígenas	
Período:	06 a 15 de maio de 2024
Objetivo das entrevistas:	Compreender o compromisso da IES com a permanência estudantil, a percepção dos docentes que ministram aula para os

	estudantes indígenas em relação à presença indígena na universidade, acompanhamento pedagógico diferenciado, formação docente e autoavaliação da sua própria comunicação com os estudantes indígenas e da comunicação da universidade com eles.
Principais resultados:	Os docentes valorizam a presença indígena na universidade e compreendem a tentativa do projeto em proporcionar o acesso ao ensino superior. Entretanto, identificam que existem dificuldades de interação deles com o restante da turma, dificuldades de leitura, escrita e interpretação de texto. Em relação à comunicação, destaca-se que esses estudantes são enaltecidos durante todo mês de abril, que é dedicado aos povos indígenas, e depois nenhuma comunicação específica.

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 6: Etapa 2 da Pesquisa: Entrevista com Estudantes e Egressos Indígenas

Etapa 2 da Pesquisa: Entrevista com Indígenas	
Período:	08 de maio até 02 de julho de 2024
Objetivo das entrevistas:	Compreender os motivos que levam os estudantes indígenas a cursarem uma graduação, especialmente em relação às mudanças na sua vida e de sua comunidade, valorização de sua cultura, dificuldades em relação aos professores e à universidade e inserção no mercado de trabalho.
Principais resultados:	A presença dos estudantes na universidade remete à ocupação de um território que também é deles, e a superação do epistemicídio, exigindo uma alta

	adaptabilidade dos estudantes em relação ao <i>modus operandi</i> de uma universidade ocidental, fazendo com que adquiram outro estilo de vida. As mudanças justificam-se pela necessidade de ocupar novos lugares no mercado de trabalho, e possibilitando a inserção indígena na sociedade como em escolas, empresas públicas e privadas.
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor

Passando para a etapa da interpretação dos resultados, nos dedicamos agora a discutir cada categoria analítica confrontando os resultados coletados nas entrevistas com os prescritivos de cada uma delas. Cabe destacar que a transcrição de todas as entrevistas se encontra nos apêndices A, B, C e D.

4.3 Categoria A - Grau de compromisso da IES com a permanência estudantil

Esta categoria foi pensada tendo como base a reflexão acerca do desenvolvimento de ações afirmativas que possibilitam a permanência para conclusão do ensino superior dos estudantes indígenas. Na entrevista concedida pela Yara, a egressa destaca a tentativa da instituição de dialogar com as quatro comunidades: “a Universidade sempre nos valorizou e respeitou estudantes indígenas, sempre foram muito atenciosos conosco”. De acordo com a entrevistada, tal comportamento refletiu na sala de aula, possibilitando um ambiente acolhedor de acordo com sua situação.

Além disso, quando questionada sobre o ensino superior ter contribuído para a valorização de sua cultura e para a sua empregabilidade, a indígena afirmou: “É muito importante, pois estamos cada vez mais avançando dentro e fora do nosso território, os povos indígenas têm evoluído muito no ensino superior e com isso estamos conseguindo continuar dialogando e lutando pela garantia dos nossos direitos indígenas e justamente na questão da empregabilidade.”

Recapitulando, Amaral (2010) destaca a ocupação indígena em universidades afirmando que, historicamente, uma vez que essas IES são influenciadas pela cultura europeia, a inserção dos estudantes indígenas no Ensino Superior abre caminho para construção de novas interações, em que a troca de saberes possibilitaria um espaço mais plural e com novos pertencimentos.

“Possibilitam e provocam fazer da universidade efetivamente um espaço plural e de múltiplas perspectivas, conhecimentos, relações, interações e pertencimentos que nela passam a se constituir.” (Amaral, 2010. p.279). Ao analisarmos a fala do Ararê, é interessante sua percepção de que os indígenas precisam adquirir “novas habilidades”, no qual segundo ele, por meio do novo contato com os colegas de sala, novos conhecimentos possibilitam aos indígenas adquirirem habilidades para suas comunidades.

Ao realizar a análise descritiva dos sites das 15 IES selecionadas focalizando o incentivo à permanência estudantil, identifica-se que a política da IES em relação às ações afirmativas pode influenciar diretamente na conclusão do curso superior e, conseqüentemente, na empregabilidade. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 72% dos estudantes indígenas estão em IES privadas, indicando uma expressiva presença indígena no ensino superior privado.

Esse percentual representa um importante ponto a ser considerado para essa pesquisa, uma vez que apesar da existência de uma política de ações afirmativas em instituições federais de ensino, os estudantes indígenas concentram sua expressiva participação na rede particular de ensino, fazendo com que a efetividade da própria política pública seja questionada, compreendendo que apesar dos incentivos do governo com ações afirmativas de apoio ao ingresso de estudantes indígenas não estão sendo suficientes para garantir a participação na rede pública.

Acerca disso, o Iberê, que é estudante da aldeia Ekeruá no curso de Pedagogia, em sua entrevista, revelou considerar, quanto à formação de professores indígenas, que o impacto das ações afirmativas vai além do período da graduação: “a gente tá cursando um curso para estar um dia tentando encaixar o indígena como professor para dar aula para o próprio indígena dentro da universidade. Isso seria um grande benefício maior para nós, estudantes indígenas.”

Nesse contexto, é interessante lembrar que, conforme evidenciado no segundo capítulo, de acordo com Jodelet (2011), a educação escolar indígena surge com essa mesma necessidade, impulsionada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, a qual incentivava a formação de professores indígenas para atuarem em suas comunidades. A declaração do estudante mostra que, 28 anos depois, essa necessidade ainda parece estar presente: “tendo uma formação apropriada, eu consigo atuar na Escola Estadual Indígena Aldeia Nimuendaju, e incentivando a nossa comunidade, as nossas crianças a estar mais focada na parte da educação, para estudar mais.”

O Projeto Identidade Araribá relaciona-se, nessa categoria, com o compromisso da IES com a permanência estudantil, uma vez que, por si só, a criação de um projeto específico e

institucional que busque garantir o acesso e a permanência do indígena torna-se um compromisso estabelecido entre a universidade e as aldeias pertencentes às terras de Araribá.

Nesse mesmo contexto, quando questionada sobre a empregabilidade após a conclusão do ensino superior, a indígena 02 explica que o mundo globalizado pede uma adaptação do indígena, para a “sobrevivência no mundo atual.” Ao considerarmos essa afirmação, compreendemos o que Krenak (2020) afirmava sobre a necessidade do indígena de “compartilhar a casa comum” muito além dos limites geográficos de território determinados como deles mesmo, configurando-se mais como uma ressignificação na esfera social.

Vale ressaltar que na entrevista do Iberê, um importante fator surge no início de sua reflexão sobre o curso pretendido. Ao dizer que na verdade gostaria de estar em um curso da área da saúde, mas que não existia mais vagas na instituição, ele demonstra insatisfação: “de começo mesmo eu queria mesmo era fazer a parte de saúde, né? Eu queria mais investir na parte de saúde, só que como a UniSagrado ela consegue fornecer uma bolsa que tenha um vínculo com a aldeia, aí eu tinha que escolher três cursos, seria da enfermagem e até da licenciatura, no curso de enfermagem já tinha preenchido vaga, aí eu tinha que partir para na área de licenciatura.” Mediante esse relato, é possível refletir, até onde vai o grau de compromisso da IES com a permanência estudantil, uma vez que fica evidente uma política de acesso delimitada a cursos e ao número de vagas a alguns cursos, predominantemente na área das licenciaturas. Como relatado pelo estudante, a área da saúde não possuía a vaga que ele gostaria, fazendo com que sua formação fosse direcionada para outro curso e não o de seu interesse inicial. Nesse contexto, é conhecida a existência de escolas dentro das comunidades indígenas, nas quais se direciona para a educação básica. Entretanto, considerar que a formação de professores seja ainda a maior “demanda” é um equívoco ao não considerar as inúmeras outras necessidades de formações para as comunidades indígenas.

Santos (2022) lembra a estrutura elitista que constitui a universidade, e seus interesses como em qualquer organização capitalista, na qual suas decisões favorecem o seu desenvolvimento econômico. Especialmente em uma IES privada como é neste caso, a decisão do número de vagas reduzidas na área da saúde evidencia uma política da instituição.

Ao comparar a entrevista da Inaiê, que é professora na aldeia Kopenoti, interessante notar também um destaque para a necessidade de formação em outras áreas do conhecimento: “ainda existe essa demanda, não só na minha comunidade indígena, mas também em outras comunidades. Demanda por profissionais capacitados para atuarem na sua área de formação, muitos se vêm com as dificuldades do dia a dia devido à família mesmo, tempo, a cursar, a ter uma formação. Mas, tendo na minha visão, foi importante para mim devido às novas gerações,

se fazer necessário para elas terem o próprio parente formado nas áreas, em diversas áreas, para eles se espelharem, ter uma visão de que nós, como sendo indígenas somos, sim, capazes de exercer várias profissões em várias áreas”.

Quiroga (2012) destaca que no processo de valorização da diversidade, é importante que se tenha uma participação democrática, de modo que as diversas culturas envolvidas sejam consideradas no processo, para que não haja uma dinâmica de subordinação, com hierarquias entre as culturas. Portanto, o grau de compromisso da instituição com a permanência estudantil deve considerar, sobretudo, os desejos dos estudantes indígenas, começando pela escolha livre de seu curso desejado, para que não se crie uma política hierarquizada de influência, controle e poder, mascarada como sendo uma ação afirmativa. Por meio das entrevistas, nota-se o compromisso da instituição com o Projeto Araribá em disponibilizar o acesso aos indígenas, mas evidencia-se a necessidade de que seja mais transparente em relação às decisões acerca das vagas para os demais cursos de graduação, além daqueles já designados para os estudantes indígenas. Segundo Amartya Sen (2010), liberdade é sinônimo de fazer escolhas. Portanto, se o estudante indígena não pode escolher o que estudar, ele não é livre.

Essa categoria de análise nos permite identificar o esforço da instituição com a permanência estudantil, pela qual nota-se que a variedade dos públicos convidados para participar da pesquisa contribuiu para melhor compreensão dessa política, uma vez que não seria possível uma análise crítica deste compromisso somente com a participação de representantes da instituição. Galtung (2003) expõe o conceito da violência cultural, escondida atrás de estruturas dominantes e de forma silenciosa em longo prazo, que normaliza discursos sociais, por meio de uma dominação que inferioriza parcelas da sociedade. A participação dos indígenas possibilitou identificar algumas fragilidades deste compromisso, questionando para quem de fato é essa política afirmativa.

4.4 Categoria B - Grau de compromisso da IES com a comunicação

Esta categoria foi organizada com o objetivo de compreender a importância dada à disponibilização de informações em seus portais sobre ações afirmativas e à maneira como ela ocorre, podendo ter influência sobre a permanência dos estudantes. Foram observados alguns indicadores, tais como: acessibilidade aos portais institucionais e uso de e-mail institucional com estudantes indígenas, e participação nos eventos e reuniões relacionados à temática.

Kunsch (2016) lembra que, na comunicação, é fundamental compreender o interesse de todos os públicos inseridos no processo comunicacional, de forma que uma maior dialogicidade

contribuiria para a mediação de interesses. Nesse sentido, ao analisar a participação dos indígenas nos eventos previstos em calendário realizados pelos próprios cursos, Yara destaca o evento promovido especificamente com a temática indígena, o “II Encontro de Araribá”. Já em sua segunda edição, tem como objetivo valorizar as etnias Kaingang, Terena e Tupi-Guarani do território de Araribá, buscando os direitos indígenas à etnicidade, ao território e à territorialidade e problematizando as relações entre o preconceito étnico e cultural, sobre questões relativas ao território e à territorialidade indígenas, tudo isso por meio de debates com a presença de professores pesquisadores, juristas, lideranças tribais, representantes do poder público, psicólogos e profissionais relacionados com a questão indígena na região.

Já na perspectiva da Inaiê e egressa do curso de Pedagogia, a comunicação por meio de um professor representante do projeto possibilita o desenvolvimento de ações afirmativas, como o vestibular realizado na própria comunidade: “No último ano, a gente teve o vestibular na própria comunidade também, que é uma conquista visando o bem-estar desses alunos, candidatos indígenas. Então, é uma comunicação também importantíssima, que ainda acontece desde o período em que eu entrei e até hoje ainda acontece essa mediação bastante positiva. Eles sempre tentam levar a cultura para dentro da universidade e isso também é uma alegria para nós vermos a importância que nós temos para a universidade”.

Ao analisarmos, porém, a forma como a comunicação é desenvolvida pela instituição, questionamos os docentes sobre como eles avaliam a sua própria comunicação e como avaliam a comunicação da universidade com os estudantes indígenas. Nesse aspecto, é interessante pontuar o que observou o professor 3, que ministra a disciplina de Antropologia. Ao concordar que há dificuldades em relação à interação e à comunicação com o grupo, mas que é responsabilidade do professor e da instituição acolher essas dificuldades, o docente destaca a necessidade de implementar a formação pedagógica e antropológica cultural na comunidade acadêmica.

Outro aspecto importante a ser considerado na entrevista do Ararê, atual professor na escola da aldeia, foi especialmente em relação à utilização de tecnologias como única forma de comunicação. O professor ressalta que, diversas vezes, existem problemas de conexão de Internet na comunidade, fazendo com que tarefas não fossem entregues, tal como relata: “a gente teve bastante problema em relação à instituição nesse sentido, né? Porque a gente precisava fazer uma visita virtual, por exemplo, na biblioteca. Essas questões aí. Então, teve todo esse problema. Acabava travando. Então, teve alguns problemas de tarefa”. Beltrán (2007) expõe a necessidade de superar a comunicação verticalizada e hierarquizada, na qual as características e interesses dos públicos devem ser considerados na tomada de decisões.

Nesse aspecto, ao padronizar a utilização de tecnologias para o cumprimento das atividades de ensino, a instituição pressupõe uma visão equivocada, que esse deve ser o único método utilizado, sem considerar como observado, as necessidades dos estudantes indígenas, como dificuldades de conexão no território da aldeia. Dessa forma, o pressuposto de que todos têm acesso às tecnologias de informação e comunicação é por si só, uma reprodução de violência, típica do colonialismo que perpassa a visão de mundo capitalista.

Collins (2022) enfatiza que um dos caminhos possíveis de qualquer organização seria o de identificar o equilíbrio necessário entre os interesses dos públicos e da organização, de forma que a visão do público é acolhida para “dentro” e contribui com a tomada de decisão de forma estratégica. O autor lembra que qualquer organização não está isolada em sua missão e objetivos, mas é influenciada por esses públicos, que possuem os seus próprios interesses e que, portanto, não devem ser considerados como inertes nesse processo. Pelo contrário, devem ter seus interesses compreendidos e considerados. Em relação à comunicação, outro aspecto que chamou a atenção em relação à entrevista da professora 2 foi que ao ser questionada em como avalia a comunicação da universidade com os estudantes indígenas, ela destaca que fora do mês de abril, dedicado aos povos indígenas, não identifica campanhas e ações de comunicação voltadas para esses estudantes em outros períodos do ano.

Quando questionado se o ensino superior contribui para a valorização de sua cultura, é interessante a resposta do Enarê, que expressa, segundo sua visão, não se tratar de valorizar a cultura, mas sim um local de fala sobre ela, tal como relata: “Acho que a valorização da cultura não, porque ela faz parte da minha identidade. Na verdade, ela só é divulgada para alguém que estudou comigo. Quem teve a oportunidade de estar comigo e de conhecer um pouco sobre a cultura indígena. Mas para mim particularmente ela já estava dentro de mim. Ela só ganhou uma força para mim, cada vez falar mais dela para outras pessoas.”

Nesse contexto, o compromisso da instituição com a comunicação, discutido por essa categoria, pode ser compreendido de duas maneiras em relação às respostas dos participantes. A primeira relaciona-se com a comunicação com os professores e as interações cotidianas na sala de aula. Nota-se que os estudantes conseguem identificar no professor um caminho para que a comunicação ocorra e que contribua para a sua permanência estudantil, levando em consideração que os mesmos professores não possuem uma formação ou orientação por parte da IES em relação à política afirmativa.

A segunda forma de compreender a comunicação é a institucional, ou seja, aquela que é desenvolvida pelo Unisagrado oficialmente e que impacta diretamente os indígenas. Chama a atenção, nesse aspecto, a indicação de campanhas realizadas somente no mês de abril, e

eventos que, apesar de possuírem a temática indígena, não contam com a participação deles em sua organização. Ainda no âmbito da comunicação institucional, de acordo com a entrevista do Ararê, ainda não existe o incentivo à candidatura e divulgação para representação dos indígenas em órgãos colegiados da instituição que influenciam diretamente em ações estratégicas.

Nessa perspectiva, Kunsch (2016) destaca que o papel da comunicação seria o de garantir o diálogo entre os interesses de todos os públicos da instituição, de forma a compreender as diferentes realidades sociais e as culturas no desenvolvimento da comunicação.” [...] é uma realidade social vivenciada por pessoas que nela convivem com suas diferentes culturas. Estas necessitam ser consideradas e valorizadas no fazer comunicativo diário, não sendo sufocadas pelo excesso de comunicação técnica e instrumental [...].” (KUNSCH, 2016, p. 53)

Assim, é possível questionar a forma como a instituição compreende a comunicação que é desenvolvida, superando sua visão instrumental, e compreendendo a comunicação como um processo simétrico e bidirecional, focado na produção de sentido.

4.5 Categoria C - Dificuldades dos estudantes em se relacionar com a IES

Esta categoria foi planejada a partir da concepção de que ainda existem obstáculos quando falamos sobre o relacionamento do estudante indígena com a IES. As entrevistas de docentes trazem reflexões do ponto de vista da instituição e dos estudantes, como importante campo de tensionamento.

A construção de um relacionamento que possa produzir uma confiabilidade entre os públicos é defendida por Kunsch (2013), que destaca que o diálogo é essencial para o pleno desenvolvimento de qualquer organização.

Quando questionada sobre a existência de dificuldades, apesar de a inserção ocorrer na sala de aula, a professora 2 do curso de História e que ministra a disciplina de Articulações Afro-Brasileiras e Indígenas, destaca obstáculos pedagógicos que podem dificultar esse relacionamento, com uma possível defasagem identificada em alguns estudantes: “Em muitos casos, principalmente há alguns anos, percebi dificuldade de escrita, leitura e interpretação em muitos alunos indígenas. Culturalmente falando, creio ser necessário um atendimento especializado a esses alunos”.

Contudo, Santos (2022), no segundo capítulo, ao refletir sobre as epistemologias do Sul Global, chama a atenção para a estrutura elitista das universidades em determinar um padrão baseado em universidades do Norte Global, nas quais as metodologias de ensino oprimem os

conhecimentos dos povos originários em detrimento de desenvolver um novo saber científico institucionalizado. O autor sinaliza a necessidade de descolonizar o ambiente universitário, sendo preciso desnaturalizar o presente e retomar o contexto de um passado repleto de lutas históricas. “Chamo de capitalismo universitário o fenômeno que transformou a universidade numa empresa capitalista que, conseqüentemente, deve funcionar segundo critérios do próprio capitalismo.” (Santos, 2022, p.378.)

Ao analisar a entrevista do Ararê, que é egresso de Pedagogia, e agora professor, é interessante justamente identificar a dificuldade e o esforço para se adequar à estrutura da universidade: “a gente tem um mundo onde a gente conhece, e esse mundo é um outro mundo que você tem que explorar, é onde você vai conviver com pessoas que você não conhece, né? Você vai conhecer no decorrer, ao longo do curso... É um outro mundo diferente, né? E, principalmente, você vai aprender a trabalhar com a oralidade, a oratória, e você precisa estar trabalhando no meio do pessoal, do mundo do não indígena. Nós temos um outro mundo diferente, então você tem que sair dessa bolha que a gente vive e partir para esse mundo aberto aí, que a gente precisa se adequar a ele”.

Em contrapartida, tensionando essa reflexão com o pensamento de Amartya Sen (2010), uma das características para um melhor desenvolvimento econômico e social seria aquela que proporciona a expansão das capacidades humanas e das oportunidades de escolha dos indivíduos na sociedade. É nesse sentido que se relaciona a escolha do indígena em inserir-se no curso universitário, garantindo, a partir disso, uma participação no ambiente acadêmico até então colonizado e ocidentalizado.

O professor 1 e coordenador do Projeto Identidade Araribá é o docente da instituição que possui grande contato com os estudantes indígenas por coordenar o Projeto Identidade Araribá e acompanhar toda a sua evolução ao longo dos anos. Seu contato direto com as demandas traz, no momento de sua entrevista, uma consideração importante sobre a presença dos indígenas na universidade: “acho que essa relação entre alunos indígenas e não indígenas representa para nós, Unisagrado, uma riqueza muito grande, uma troca cultural muito grande e favorece também a formação dos nossos alunos universitários não indígenas, para que eles possam quebrar preconceitos, conhecer um pouco mais a cultura, a maneira de ser, de pensar e de agir das comunidades indígenas”.

É interessante observar que, entre os entrevistados, quando questionados se o estudante indígena deve cursar uma universidade, não foi identificado nenhum posicionamento contrário. Ressalta-se, de fato, a importância da ocupação de tal espaço pelos indígenas, ainda que se

ênfatem as dificuldades que existem para essa permanência, como as que o Enarê, que é o gestor cultural da aldeia Ekeruá, afirma ao apontar a necessidade de mais espaço de participação na Reitoria e sinalizar a criação de GTs dentro da instituição que possam refletir sobre a temática de uma maneira mais constante e permanente. Essa indicação sinaliza uma necessidade importante em participar mais ativamente da política indigenista da instituição, na qual não considere o indígena como expectador das decisões e políticas institucionais, e sim como agente ativo no processo de sua jornada universitária.

Outro aspecto importante identificado pelo entrevistado seria a dificuldade na sociabilidade com os demais estudantes, desenvolvendo ações que fossem mais coletivas dentro da universidade. Segundo ele: “dentro da aldeia a gente trabalha em comunidade, de forma voluntária, comunitária. E eu vejo que fora daqui as pessoas são muito individualistas, são muito ‘cada um no seu quadrado’, então essa foi a dificuldade que enfrentei, por conta das resistências que as pessoas tinham uma da outra ou a disputa para cada vez ser melhor. Então foi mais dentro dessa questão”.

Neste aspecto fica evidente o tensionamento apresentado por Tönnies (1957), pelo qual a diferença nas relações societárias e comunitárias se apresenta em relação ao contexto dos estudantes indígenas. Segundo o autor, a forma como as relações sociais comunitárias (*gemeinschaft*) vivida nesse caso pelos indígenas possibilita mais unidade do grupo em busca de um interesse em comum. Já as relações societárias (*gesellschaft*), baseadas nas vontades individuais, poderiam gerar um ambiente mais hostil e autossuficiente por parte do individualismo. O conceito apresentado por ele é de certo modo identificado pelo entrevistado que, ao estar inserido no ensino superior, nota como a diferença de comportamento de pessoas, que não são de sua aldeia, dificulta sua permanência estudantil, especialmente em relação a ações coletivas, tal como relata: “acho que a dificuldade que sempre citei foi a questão das pessoas não saberem trabalhar em grupo”.

Inaiê, que é professora na escola da comunidade Kopenoti, ao refletir sobre os desafios do ensino superior, destaca que a diferença cultural do seu povo Terena, dificulta a permanência, e afirma que a sociabilidade não ocorre de forma rápida e simples com seu povo, por possuírem diferenças culturais que precisam de adaptação, conforme explica: “se eu tive alguma dificuldade durante o curso universitário, eu posso dizer que foi mesmo a adaptação, como indígena. O indígena em si, da sua própria natureza. Ele é considerado muito tímido, mais na dele. Até o povo Terena mesmo, o indígena Terena. Ele é considerado muito fechado, até que ele venha a pegar a confiança na outra pessoa. Então, a partir desse momento que ele vê pode

confiar naquela pessoa, ele vê uma oportunidade de compartilhar os seus saberes. Aí tudo fica mais fácil. Isso é um lado cultural mesmo do povo indígena Terena”.

Assim, ao identificar as dificuldades dos estudantes em se relacionar com a IES, por meio das entrevistas, é possível identificar que a diferença cultural influencia nesse processo, uma vez que o choque de culturas e a adaptabilidade imposta ao estudante indígena requer uma ruptura de paradigmas. Amaral (2010) aponta que talvez esse fator contribua para a evasão escolar. O autor chama de duplo pertencimento, ou seja, o pertencimento étnico comunitário e o pertencimento acadêmico, pelo qual o primeiro se relaciona com seus costumes, valores e tradições que são levados para dentro da universidade. E o segundo ao padrão universitário existente e exigido após a matrícula formal. Nesse contexto, as dificuldades existentes devem ser consideradas sob um olhar mais amplo do indivíduo, compreendendo sua permanência como um processo complexo e integrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, diversas foram as reflexões e dúvidas que foram surgindo. A fim de explorar e compreender os questionamentos que levaram ao desenvolvimento inicial da pesquisa, no ano de 2022, considera-se importante retomar o **objetivo inicial de analisar as ações afirmativas de acolhimento para ingresso e permanência de estudantes indígenas no ensino superior, por meio do estudo do Projeto Araribá do Unisagrado.**

O contexto por trás do objetivo relaciona-se com uma violência histórica de forma estrutural e institucionalizada para com os povos originários, evidenciando aspectos de uma sociedade, que, em diversos contextos, silencia e extermina essas vozes.

É nesse sentido que, para melhor análise e compreensão do fenômeno, optou-se por evidenciar o estudo de caso do Centro Universitário Sagrado Coração - Unisagrado, em especial sua relação com o Projeto Identidade Araribá, compreendendo-o como uma ação significativa que pudesse tensionar o questionamento realizado de como desenvolver a comunicação das IES, que busquem entender e dialogar com as necessidades dos estudantes indígenas.

No ambiente universitário, o ingresso, a permanência e a conclusão de um curso superior, para o indígena, representam uma luta e conquista a ser refletida; questionada e evidenciada no campo da pesquisa acadêmica dos estudos em comunicação. Ao longo da pesquisa, adotando uma abordagem teórica e crítica de Santos (2022) que compreende as epistemologias do Sul Global como uma possibilidade de descolonizar o ambiente universitário ocidentalizado, buscou-se propor um diálogo baseado na troca de experiências, valorização da cultura e respeito ao considerado diferente, compreendendo a cultura como um elemento articulador e essencial da sociedade moderna para a melhor integração dos indivíduos na sociedade cada vez mais crescente.

A perspectiva de Acosta (2016) do Bem Viver relaciona-se com esse contexto, uma vez que buscamos alternativas para um novo modo de pensar a sociedade, de forma descolonizadora, criando ambientes comunitários em que os interesses coletivos possam ser valorizados. O diálogo seria um dos caminhos adotados nessa reflexão, no qual o exercício da plena cidadania, que garante participação e direitos iguais a todos, equilibra uma sociedade com o pensamento colonizador, desmistificando pensamentos enraizados em relação aos povos originários e sua presença nas universidades brasileiras.

Com base nas reflexões teóricas, os diversos procedimentos metodológicos realizados foram de extrema importância, pois possibilitaram um importante olhar sobre a contribuição dos estudantes indígenas por meio da realização das entrevistas e de sua participação na pesquisa. Conforme abordado por Caprino e Perazzo (2011), a história oral como método de abordagem possibilitou, nesse aspecto, a liberdade de colocar o sujeito como elemento principal na produção de conhecimento para a melhor compreensão dos processos multiculturais baseada em suas memórias. Assim, reflexões acerca da contribuição do ensino superior para o indígena foram identificadas, como no caso da Inaiê “eu vejo como uma grande valorização para nossas futuras gerações que o nosso trabalho é totalmente voltado às nossas crianças, que elas cresçam não esquecendo da sua própria identidade”.

A liberdade do método possibilitou ainda refletir sobre importantes pontos a serem melhorados e destacados pelos entrevistados.

O tensionamento teórico produzido por meio de pesquisadores sobre e com povos indígenas contribuiu de forma significativa, contrapondo-se à ótica ocidental para a elaboração das perguntas utilizadas nas entrevistas. Assim, foi possível melhor compreender a sondagem e análise descritiva realizada no site das 15 IES selecionadas, alguns detalhes específicos - como a bolsa permanência, auxílio moradia, vestibular específico indígena, comissão própria - que pudessem contextualizar e identificar melhor o macro cenário do ensino superior indígena e a comunicação de instituições públicas.

Retomando Collins (2022), nos estudos em comunicação, a construção de relacionamentos que garantam uma interação baseada na troca de saberes e, especialmente, que levem em consideração todos os sujeitos de uma instituição é amplamente refletida. Nesse sentido, no decorrer da pesquisa, buscou-se superar a visão instrumental da comunicação, compreendendo que a responsabilidade social de uma instituição de ensino superior pode contribuir para uma maior valorização da cultura indígena, baseada no respeito e no diálogo - ainda que, por si só, a comunicação não seja a única responsável por garantir que as ações afirmativas em relação aos povos indígenas sejam compreendidas e implementadas. É preciso compreender que existem outros fatores que impactam diretamente a implementação de ações afirmativas, como o nível em que essa preocupação deixa de se tornar apenas um desejo e torna-se de fato uma política institucional que, com os incentivos e as diretrizes estabelecidas no âmbito de toda a organização, vai desde a financeira até ao didático pedagógico.

De acordo com as entrevistas foi possível identificar que a instituição desenvolve uma comunicação voltada para valorização indígena especialmente no mês de abril, que é um mês marcado pela valorização indígena em todo o país. Essa ação revela um importante aspecto a

ser tensionado, compreendendo que valorizar nesse contexto é diferente de reconhecer. Ou seja, observa-se que essa ação pontual não se configura como um reconhecimento autêntico das culturas indígenas e sua relação com os territórios. Portanto, ações voltadas para esse reconhecimento poderão oferecer legitimidade às ações comunicacionais da instituição, e devem ser desenvolvidas frequentemente durante todo ano.

Nesse sentido, outro aspecto importante a ser considerado é que entre os (as) indígenas entrevistados todos tinham sua formação somente em cursos de Licenciatura. Ainda que a amostra obtida não represente o total de egressos já formados na instituição, por meio das entrevistas, nota-se uma tendência da instituição em ofertar menos vagas nas áreas da saúde, nas quais se encontram os cursos com maior custo e investimento financeiro.

Existem relatos dos estudantes, nos quais manifestam o interesse em cursar esses outros cursos, e a compreensão também de sua relevância para suas comunidades, como médicos, enfermeiros e fisioterapeutas. Entretanto, se veem limitados em suas escolhas.

Com base nas reflexões teóricas e por meio da análise das entrevistas realizadas, acreditamos que alcançamos o objetivo geral da pesquisa, tendo em vista que, ainda que partindo de um estudo de caso, foi possível identificar dinâmicas próprias de uma instituição de ensino superior relacionadas. Além disso, no estudo de caso do Projeto Identidade Araribá, ficou evidente que, apesar da existência da política afirmativa, algumas fragilidades existem. É importante ressaltar que após o avanço metodológico e a ampliação da amostra incluindo os docentes, estudantes e egressos do Unisagrado, fez com que a pesquisa buscasse novas entrevistas.

A pesquisa aponta que, conforme observado nas entrevistas realizadas e nas 15 IES analisadas, por meio de seus portais, ainda há muito para avançar e para tornar a universidade um espaço mais participativo para os povos indígenas- respondendo a um dos questionamentos constantes durante todo o estudo “Universidade: Território Indígena?”.

Retomando o conceito de *Comunicação e Extensão* de Paulo Freire (2022), a pesquisa explorou a construção de significados por meio da comunicação, de forma a compreender que a comunicação pode sensibilizar de forma permanente os educadores e educandos indígenas na perspectiva decolonial e crítica de superação do epistemicídio, em um constante ambiente de questionamentos, tais como: Qual é o modelo de Universidade que queremos? Qual o caminho para a busca do Bem-Viver? As ações afirmativas existentes de fato são efetivas e realmente transformadoras das realidades desses povos?

Ao realizar as entrevistas com os docentes foi possível identificar que apesar de buscarem desenvolver ações com os estudantes indígenas em suas disciplinas, não existe uma

preparação por parte do Unisagrado que os capacite a orientar e conduzir as ações didático-pedagógicas que oportunizem uma maior relação com esses estudantes, e contribuam com suas trajetórias na graduação.

Considerando o quadro de docentes da IES, nota-se que a permanência do estudante indígena ainda precisa de desenvolvimento e debate em âmbito institucional, como destacaram os docentes entrevistados, que afirmam não existir uma formação específica sobre o assunto. Nesse sentido, sugerem-se, por meio desta pesquisa, duas iniciativas a serem adotadas pela instituição, de forma a contribuir com essa política já existente. A primeira refere-se à **criação de uma Comissão Étnica**, que envolva estudantes, professores e funcionários, com o objetivo de zelar pelo projeto Identidade Araribá, com o objetivo de proporcionar um ambiente permanente de reflexão crítica, que busque fortalecer a identidade dos indígenas em todos os cursos de graduação, com mais momentos de fala em eventos, apresentações e participação em órgãos colegiados que garantam maior representatividade nas tomadas de decisões. A comissão étnica se destaca ainda pela proposição, articulação e desenvolvimento das ações afirmativas na instituição. Assim, com o objetivo de aprimorar a permanência estudantil, sugere-se a **criação de um curso de redação para os indígenas**, fazendo com que o aperfeiçoamento da escrita em língua portuguesa contribua para o melhor acompanhamento dos estudos e facilite a produção de textos existentes na formação universitária. Como evidenciado, a maior parte dos estudantes indígenas cursam licenciaturas e, nesse sentido, sugere-se ainda, que a comissão **desenvolva uma oficina voltada para carreiras** com os jovens nas comunidades, a fim de expandir as possibilidades de atuação no mercado de trabalho e consequentemente na escolha do curso de graduação.

Outra iniciativa é o desenvolvimento de uma **Oficina para Formação Docente** a ser instaurada na semana de capacitações do corpo docente, que ocorre todo mês de janeiro na instituição, de forma que os professores entrevistados e que já possuem diálogo com os indígenas em suas disciplinas, possam desenvolver articulações pedagógicas relacionadas voltadas para atender a demandas específicas desses estudantes. Sugere-se ainda, a criação de um **Comitê Gestor de Comunicação**, com representantes de diversos setores, docentes, funcionários, e especialmente, indígenas dos cursos e egressos, para que as ações de comunicação possam ser revisadas e, de forma mais estratégica, serem desenvolvidas ao longo de todo o ano letivo e não somente no mês de abril. Entendemos que essa ação é fundamental, uma vez que poderá ampliar as possibilidades de conhecimento e sensibilização sobre as culturas indígenas para toda comunidade universitária, o que pode reverberar na melhor

integração dos estudantes indígenas nos respectivos cursos e fortalecer a responsabilidade social e a missão institucional do Unisagrado.

É importante destacar que a amostra desta pesquisa considera uma pequena representação dos povos indígenas do estado de São Paulo, o que pode diferir de povos indígenas de outras regiões do país, que podem considerar que seu ingresso no ensino superior pode ou não ser uma meta desejada para o enfrentamento do epistemicídio. Em regiões nas quais há disputas acirradas de terras, há outros fatores políticos e sociais que se tornam mais urgentes e, portanto, temos que considerar o recorte geográfico espacial no qual esta pesquisa se insere e seus desdobramentos interpretativos, considerando fatores externos e internos a esses povos.

Dessa forma, espera-se contribuir para a reparação da dívida histórica para com os povos indígenas de maneira que as ações do Projeto Identidade Araribá possam ser mais integradas e efetivas no Unisagrado e compartilhadas com outras instituições. Espera-se ainda que a pesquisa possa contribuir nos estudos em comunicação, para reflexão de práticas comunicacionais que possam valorizar a diversidade e respeitar as diferenças culturais com base no bem comum.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

AMARAL, Muriel Emídio P. **Notas sobre o pensamento decolonial e os estudos da comunicação**. Extraprensa, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 471-487, 2021.

AMARAL, Wagner R. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

ARCARO, Larissa Thielle. Decolonialidade e Interseccionalidade: lentes necessárias para análise das múltiplas opressões às mulheres brasileiras. *In*: ANDRADE, Paulo.; MOTA, Michelle Martins Papini.; WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. (orgs.). **Cidadania, Direitos Humanos e Sociedade: Olhares Transversais**. Joaçaba, SC: Editora Unoesc, 2020. p. 89-110.

BALDISSERA, Rudimar; MAFRA, Rennan. **Discursos, identidades e relações de poder: dinâmicas e emergências em comunicação organizacional**. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS, 13., 2019, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Abrapcorp, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3zcTBqF>. Acesso em: 14 out. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BELTRAN, Luis Ramiro. Adios a Aristoteles: La Comunicacion “Horizontal”. **Revista Latinoamericana de Ciencias de La Comunicación**, São Paulo, v.4, n.7, p.136-158, mar, 2007. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/223>. Acesso em: 24 nov. 2023.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. *In*: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 1-33

BRASIL. **Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910**. “Crêa o Serviço de Protecção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionaes e approva o respectivo regulamento.” Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8072-20-junho-1910-504520-publicacaooriginal-58095-pe.html>. Acesso em: 07 de out.2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2021: notas estatísticas**. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2021.pdf . Acesso em: 26 fev. 2023.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais** - Os polos da prática metodológica. Tradução Ruth Joffily. 3 ed. Ed. Francisco Alves, 1991.

CAPRINO, Mônica Pegurer; PERAZZO, Priscila Ferreira. História Oral e Estudos de Comunicação e Cultura. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 801-815, set./dez. 2011. Disponível: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/10385>. Acesso em: 26 fev. 2023.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. São Paulo: Boitempo, 2022.

DAVID, Moisés; MELO, Maria Lúcia; MALHEIRO, João Manuel da Silva. Desafios do currículo multicultural na educação superior para indígenas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 111-125, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000100008>. Acesso em: 16 set. 2021.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015. p. 62-83

ESCUADERO, Regina. **Comunicação pública: a voz do cidadão na esfera pública. Construindo um novo paradigma profissional**. Curitiba: Appris, 2015.

FANON, Franz. **The wretched of the earth**. London: Penguin Books, 1990.

FERES JÚNIOR, J., CAMPOS, L.A., DAFLON, V.T., and VENTURINI, A.C. **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, 190 p. Sociedade e política collection. ISBN: 978-65-990364-7-7. <https://doi.org/10.7476/9786599036477>.

FONSECA, João José Saraiva da. **Curso de especialização em comunidades virtuais de aprendizagem – informática educativa: metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC – Universidade Estadual do Ceará, 2002. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

FOSSÁ, Maria Ivete T.; SILVA, Andressa H. **Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos**. IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. Brasília-DF, 2013.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 25ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GALTUNG, Johan. **Violência cultural**. Gernika-Lumo: Gernika Gogoratz, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. **População residente, segundo a situação do domicílio e condição de indígena - Brasil 1991/2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>. Acesso em: 17 set. 2023.

JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Comunicação organizacional e estratégica: aportes conceituais e aplicados**. São Paulo: Summus Editorial, 2016.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Summus Editorial, 2013. (Novas buscas de comunicação; v.69).

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e Estilos de Pesquisa na História oral Contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.15-25

MATOS, Heloiza. **Capital social e comunicação: interfaces e articulações**. São Paulo: Summus, 2009.

MELIÀ, Bartolomeu. Educação indígena na escola. **Cadernos Cedes**, Campinas, v.19, n. 49, p.11-19, dez. 1999. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n49/a02v1949.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2022.

MELLO FILHO, J. Ricardo R. de. **Comunicação de interesse público: a escuta popular na comunicação pública: tentando construir uma nova política**. Recife: Fundaj / Ed. Massangana, 2004.

MOLARI, Beatriz. **A comunicação organizacional por uma perspectiva interseccional**. Uma proposta de diálogo com os feminismos. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/213479> . Acesso em: 07 de out.2024.

MOREIRA, Sônia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: BARROS, Antônio; DUARTE, Jorge (orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 269-279.

MUNDURUKU, Daniel. **Educação Indígena: Do corpo, Da mente e Do espírito**. In: FUNDAÇÃO NACIONAL DO LIVRO INFANTIL E JUVENIL; INSTITUTO C&A. (orgs.). Nos caminhos da literatura. São Paulo: Editora Peirópolis, 2008. v. 1, p. 14-236.

NEVES, Lino João de Oliveira. Olhos mágicos do Sul (do Sul): lutas contra hegemônicas dos povos indígenas no Brasil. In: SANTOS, Boaventura Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.111-143.

OLIVEIRA, Maria José da Costa. **Comunicação pública**. Campinas (SP): Alínea, 2004.

PERAZZO, Priscila F. Narrativas Oraís de Histórias de Vida. **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, v. 16, n. 30, jan./abr. 2015.

QUIROGA, María Soledad. Comunicación y ciudadanía intercultural. In: QUIROGA, María Soledad (org.). **Comunicación para una ciudadanía integral e intercultural**. La Paz: Fundación UNIR, 2012. p.13-20.

ROSSO, Gisele; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup. Comunicação pública como prática de responsabilidade social das organizações públicas. **Organicom**, [s.l.], v. 10, n. 18, p. 231-243, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139181>. Acesso em: 15 set. 2021.

SACHSER ANGNES, Juliane; QUINTAL DE FREITAS, Maria de Fátima.; KLOZOVSKI, Marcel Luciano; MATUISK MATTOS, Sandra Mara; COSTA, Zoraide Fonseca da. Permanência na Universidade: o que dizem os estudantes indígenas da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná. **Holos**, Natal, v. 6, p. 190-205, dez. 2014. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1658>. Acesso em: 15 set. 2021.

SANTANA, José Valdir Jesus. Reflexão sobre a educação escolar indígena específica, diferenciada e intercultural: o caso kariri. **R. Faced**, Salvador, n.18, p.87-99, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/3750/4292>. Acesso em: 29 jan. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Boaventura: o colonialismo e o século XXI. In: **Outras palavras: Geopolítica & Guerra**, São Paulo, 02 abr. 2018. Disponível em <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/boaventura-o-colonialismo-e-o-seculo-xxi/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, José Alessandro Cândido. Docência indígena no extremo oeste brasileiro: uma experiência de formação em andamento. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.21, n. esp., p.76-103, jan./jun.2013. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/3301/2893> Acesso em: 15 jan. 2023.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**. Tradução de Roberto G. Barbosa. Curitiba: UFOR, 2018.

TÖNNIES, Ferdinand. **Community and society**. Tradução de Charles Loomis. Michigan, EUA: Michigan State University Press, 1957.

URQUIZA, Antonio H. Aguilera; FOSCACHES, Nataly Guimaraes; NASCIMENTO, Valdir A. do. Organizações e reivindicações indígenas no Brasil central. **Amerique Latine Histoire & Mémoire**, [s.l.], v. 36, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/alhim/7075>. Acesso em: 08 de mar. 2021.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. Paulus: São Paulo, 2006.

APÊNDICE A – ENTREVISTAS COM ESTUDANTES INDÍGENAS

Nome: Nhandeva

Função: Doutorando em Antropologia – USP;

Há quando tempo está na IES: 18 anos;

Gênero: Masculino;

Formação: Pedagogia e Licenciatura Escolar Indígena – Entrevista realizada em 16/08/2023.

Meu nome é Tiago, eu sou indígena da etnia Guarani-Nhandeva. Eu nasci na aldeia Laranjinha em 1985, tenho 37 anos, eu sou professor indígena, escritor e antropólogo. Começando pela graduação, eu fiz minha primeira, o ensino superior, na USP, em 2005 a 2008. Foi uma formação específica pra professores indígenas no estado de São Paulo, uma turma de 81 professores. E ali tinha cinco etnias presentes do estado de São Paulo, as que são predominantes no estado de São Paulo: Guarani-Nhandeva, Guarani-Imbiá, Kaingang, Krenak, Terena. E, por ser uma licenciatura específica pra professores indígenas, então tinha uma comunicação direta com os professores que estavam ali, alunos professores. Então, a comunicação era através de telefonemas principalmente, naquele período, e não tinha essas redes sociais que nós temos hoje, esse contato com a tecnologia em si.

A gente ainda não dominava a informática, então durante o curso que nós fomos a aprender a criar um e-mail, e as primeiras redes sociais começaram a surgir naquela época. Mas para comunicar com os professores era através de telefonemas ou ligava, não era tão, todos que tinha celular, e aí durante o curso foi, a gente foi se adaptando, interagindo com essas nova tecnologias pra ter contato com a coordenação do curso, com os professores. Para estudar, eu ficava uma semana em São Paulo, ia no domingo, ah, e voltava no sábado, então passava a semana toda ali, período integral, às vezes tinha atividades noturna. Então, tudo que precisava era na faculdade, a maior parte do tempo eu ficava lá e era, a comunicação era feita. Então a gente já voltava sabendo o que tinha que fazer, raramente a gente, durante o tempo que ficava na comunidade, tinha contato com os professores da universidade, a gente já voltava com anotação do que tinha que fazer. O e-mail, naquela época, a gente ainda estava aprendendo a lidar, era um ambiente, para trocar informações formais, então não era algo que nos instigava a manter um relacionamento cotidiano.

Então, o que funcionava mesmo era a comunicação direta para os esclarecimentos, aluno-professor-coordenação, essa triangulação que a gente fazia através mesmo do diálogo. Durante essa licenciatura intercultural, as redes sociais não eram tão disseminadas. Depois,

então, a gente começou a ter uma comunicação através mesmo do celular. Às vezes precisava ligar, mandava um SMS, foi o que nos ajudou a manter esse contato até o final do curso com os professores e entre os alunos mesmo. Caso precisasse esclarecer, tirar uma dúvida ou um trabalho que era feito em grupo, a gente se comunicava dessa forma, diretamente ou ligando através do telefone, do celular.

Depois, numa segunda graduação, eu fiz Pedagogia convencional, e aí já era um outro momento, as coisas já tinha avançado mais, principalmente na área da tecnologia. Então, o e-mail já funcionava e de certa forma até as plataformas. A comunicação com os professores ou era durante a aula, ou era através da plataforma. Era ali que a gente se comunicava pra alguma atividade ou, esporadicamente, tinha um e-mail que a gente trocava também com os professores, mas a maioria era o contato direto através das aulas, onde a gente pegava as informações a respeito de algum trabalho, enfim, funcionava dessa forma.

Eu lembro que já tinham as redes sociais, e o Facebook foi a uma rede social que nós usamos durante um período. Criamos um grupo ali e trocávamos informações entre os alunos e professores. Eu sempre preferi falar com o professor diretamente ali na sala de aula e eu fiz dessa forma, do que às vezes no e-mail você não consegue se expressar da forma que você quer, então às vezes o que você pensa você não consegue colocar, não consegue escrever, e eu preferia num segundo momento também conversar.

Em 2019, eu entrei no mestrado e a comunicação desde o início tem se dado dessa forma, através dos grupos de WhatsApp e muitos em nível nacional com outros indígenas, o que ajuda muito para compartilhar informações e criar uma rede. Durante o curso, também tinha um sistema, uma plataforma da universidade, mas não funcionou muito bem não, confesso para você.

Eu estou falando aqui de ferramentas de comunicação, mas a comunicação mesmo é fundamental nesse processo. Existe também uma questão de uma linguagem usada pelas instituições um pouco formal demais, uma linguagem técnica que às vezes você vem de um mundo que a comunicação é diferente, ou às vezes é através da língua indígena daquele povo, isso acaba, é, dificultando.

Muitos indígenas também são tímidos e, por conta da linguagem um pouco hostil, essa linguagem um pouco fria, às vezes acaba trava um pouco a comunicação. Acho que o professor precisa entender que ele está lidando com a diversidade ali, né? Não só o indígena, mas tem gente vindo de todos os lugares, então essa linguagem, essa comunicação verbal também diretamente com o professor, é, acaba causando aí até uma desistência do, dos alunos que vêm de um outro mundo.

Eu acho que o acolhimento, entender um pouco a realidade desses alunos, de onde que eles estão vindo, criar um ambiente ali pra recepcionar e mostrar que a universidade, ela está aberta pra atendê-lo da melhor forma possível. Não é menosprezando a capacidade dos indígenas, de que eles possam se acostumar, mas, de início, eu acho que tem que dar esse respaldo, esse acompanhamento mais de perto mesmo. Não só também uma relação de acolhimento, “olha, eu vou te mostrar, isso é a biblioteca, e isso é departamento”, não é isso, estou falando de um acolhimento mesmo, uma coisa mais humana. Isso, tem que ter essa relação, senão eu acho que aí não flui.

Então, eu acho que, de início, causar uma boa impressão de que ali é uma instituição acolhedora, humana, que eles vão ter com quem contar, depois, no decorrer do curso, que eles não vão ficar sozinhos. Eu não fiz nenhum curso de informática, tudo que eu sei hoje foi aprendendo na prática, e às vezes você, muitos alunos indígenas, eu sei que eles não sabem mexer no computador, não sabem ligar um computador, como que eles vão fazer um trabalho? Eu aprendi com os alunos ali que me ajudavam, os outros colegas de turma, mas o professor não, ele acha que todo mundo sabe, né? Que todo mundo vem de uma realidade que já sabe mexer no computador, já sabe mexer nos offices e depois montar um trabalho para apresentar no PowerPoint. E aí depois a coisa vai se complicando, porque você tem que fazer monografia, TCC, dissertação e aí, enfim, a dificuldade começa por aí, de lidar com a tecnologia em todo sentido.

Eu acho que é um também uma das grandes preocupações dos alunos indígenas, é, chegam sem saber informática. Muitos estudaram, às vezes, só dentro da comunidade da aldeia, não teve um contato com as escolas de fora, com o mundo da cidade. Eles vão ter esse choque de realidade, um choque cultural e educacional.

Figura 1: Entrevista com Nhandeva



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nome: Edilene Alves da Silva;

Função: Mestranda em Educação – UNICAMP;

Há quanto tempo está na IES: 6 anos;

Gênero: Feminino;

Formação: Pedagogia – Entrevista realizada em 09/08/2023.

Eu entrei em 2017, antes do vestibular indígena. Eu entrei com autodeclaração, porque a UNICAMP, desde 2004, tem um programa de ações afirmativas (PPI). Nesse período, existem dois marcadores que eu era autodeclarada, como outros que estão hoje aqui, e eu vivia sem visibilidade nenhuma. E a partir de 2019 que houve um tratamento diferenciado.

Quando eu entrei em 2017, eu entrei na Pedagogia, e a minha turma, majoritariamente feminina, eu era a única indígena. A nossa comunicação se dava de forma como ocorre com todos, por e-mail. Acredito que existe um espaço de comunicação do estudante. Quando ele tem necessidade, ele pode dialogar direto com a coordenação, com questão de matrícula ou alguma dificuldade. Isso parte do estudante para a Instituição, e não o contrário. Nesse período, essa comunicação é toda por e-mail. Depois que foi aprovado o vestibular indígena, aí a comunicação começa a acontecer de forma diferente, porque os indígenas, mesmo sendo de povos diferentes, ele se forma em coletivo, e a universidade tem um olhar diferenciado para a necessidade desses estudantes por conta do coletivo. A universidade continua mantendo a comunicação via e-mail, porém, em 2018, foi criada uma rede de apoio para pensar o acolhimento dos primeiros estudantes. Quando essa rede começa a buscar ativamente por esses estudantes, o contato começa a ficar mais próximo, presencialmente, pelo WhatsApp, redes sociais. Essa rede de apoio foi muito importante porque criou o relacionamento entre a universidade e o coletivo indígena. Isso foi muito importante!

A partir da entrada deles, a participação fica mais ativa, manifestando as necessidades e conversando direto com as instâncias representativas, com a representação discente. Nesse caso, eu acabo me tornando referência. Como eu sou a mais antiga, sou convidada para fazer palestras, pra ser representante discente da moradia, grupos de trabalho para pensar nessas questões e inclusive enquanto mulher mãe. Eu vejo que, quando o ingressante se une ao coletivo, facilita a comunicação deles na universidade. Surge aí o DeDH (Diretoria Executiva de Direitos Humanos) e, dentro disso, a CAIAPI (Comissão Assessora para a Inclusão Acadêmica e Participação dos Povos Indígenas).

Eu entendo a criação desses espaços como uma forma de comunicação, onde os estudantes conseguem levar as demandas da sala de aula, do bloqueio, como lidar com a linguagem da universidade, como fazer matrícula, acessar o sistema de solicitação de bolsas e o serviço de atendimento psicológico. A CAIAPI acaba se tornando o melhor meio de comunicação entre os indígenas e a universidade, os e-mails ficam em segundo plano com informações e notícias mais gerais. Inclusive, quando a instituição toma a iniciativa de uma comunicação mais próxima e mais humana, não só via e-mail, entende-se melhor qual o bloqueio desses estudantes, porque ele está faltando nas aulas, porque ele não se matriculou. Então, quando a instituição busca o estudante, essa comunicação é mais efetiva, ela tem mais resultado, pois enfrentamos muitos problemas durante o curso. A comunicação mais direta foi muito mais importante do que a institucional via e-mail.

Figura 2: Visita ate a UNICAMP



Fonte: Elaborado pelo autor.

APÊNDICE B- ENTREVISTAS COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Nome: Representante da UFPR

Função: Coordenadora de Políticas Afirmativas;

Há quanto tempo está na IES: 12 anos;

Gênero: Feminino;

Formação: Pedagogia;

UFPR - Universidade Federal do Paraná – Entrevista realizada em 26/04/2023.

- 1)** Poderia contar se existem/quais são as políticas de ações afirmativas em relação à inserção e permanência dos estudantes indígenas na sua IES?

Temos o curso de formação para os estudantes e montamos um material com essas informações. Desde 2004, temos uma política estadual, a IES compõe o comitê da CUIA (Comissão Universidade para os Índios), temos o vestibular unificado, cada universidade organiza durante um ano, todos os estudantes fazem de acordo com seus polos, na federal abrimos 10 vagas, são vagas suplementares em todos os cursos, limitado a uma vaga por curso. Na estadual, eles recebem uma bolsa de R\$1.300,00 para se manter; na federal, eles têm um auxílio do MEC (Ministério da Educação), no valor de R\$1.400,00. Além disso, temos isenção no restaurante universitário, existe também o intercâmbio, que é a rede de transporte entre os campi na cidade de Curitiba, possuem também auxílio creche no valor de R\$200,00 e auxílio moradia, para os que moram nas aldeias. Eles recebem esse auxílio para se manter na cidade no valor de R\$270,00 .

Além disso, todo estudante recebe um professor-tutor, um professor que vai acompanhar esse estudante durante toda a trajetória acadêmica. Esse professor faz o contato diário com o estudante indígena, acompanhando o rendimento durante a graduação. Possuímos uma assistente social e uma pedagoga que também prestam esse auxílio.

- 2)** A IES tem algum direcionamento em relação ao vestibular específico para os estudantes indígenas?

Temos o NUEM (Núcleo Universitário de Educação Indígena), que auxilia no acompanhamento e presta todo esse suporte, com normativas internas que garantem também que todas essas políticas continuem vigentes. No período do vestibular, a equipe desse núcleo vai até as aldeias para realizar a inscrição, que ocorre de forma gratuita para eles. Percebemos que, durante a graduação, existem dificuldades em relação aos próprios colegas de sala, em relação ao desenvolvimento de trabalhos em grupos. Seria o pertencimento e se relacionar com os colegas, infelizmente, ligado a um preconceito. Estamos dialogando com os cursos para que isso possa ir diminuindo também.

- 3) Qual é o acompanhamento acadêmico/pedagógico do estudante indígena quando ele entra na IES?

Não temos nenhuma orientação aos professores para fazer uma prova diferenciada ou algo nesse sentido, todos realizam as mesmas atividades propostas no curso de maneira igual. O que fazemos é um contato muito próximo com eles através do professor-tutor e ligando para eles com frequência para saber como eles estão, fazemos reuniões para que eles relatem suas necessidades. As dificuldades relatadas geralmente são em relação à saúde mental, dificuldade financeira ou pedagógica com alguma disciplina específica.

- 4) Os docentes da IES recebem formação específica para trabalhar o processo educacional com os estudantes indígenas?

Desejamos muito avançar em relação a isso, temos um projeto de iniciar essas formações muito em breve com os tutores.

- 5) Você acredita que a comunicação é relevante para a inserção do estudante Indígena no Ensino Superior? Por quê?

Acredito que sim, é por meio das ferramentas de comunicação que conseguimos atingi-los e divulgar as políticas. Se eles não souberem, não irão utilizar a política. Logo quando eles entram, já temos uma preocupação em manter uma comunicação com eles, para que possam ter contato de todas as políticas possíveis.

- 6) Quais são as estratégias comunicacionais para informar e captar estudantes indígenas para a IES?

Utilizamos muito o e-mail, o Microsoft TEAMS, que é uma plataforma institucional, e o WhatsApp, onde percebo que é o que mais funciona. Além disso, funciona muito a comunicação física, sempre chamo eles até a minha sala para tomar um cafezinho e saber como está o seu desempenho. A comunicação é primordial, sem ela, acho que não existe política.

- 7) Quais meios de comunicação a IES utiliza para se relacionar com os estudantes indígenas depois de ingressarem no Ensino Superior?

Facebook, Instagram e Twitter. Também utilizamos o boletim informativo via e-mail com as notícias de toda a instituição que chega até eles, mas percebo que eles não acessam. A comunicação ainda não é totalmente efetiva, pois, ainda assim, muitos não recebem as informações que precisamos que eles tenham acesso.

- 8) Você percebe que a sua IES tem alguma dificuldade em se comunicar com os estudantes indígenas? Quais são?

Sim, acredito em fazer eles possuírem um relacionamento, pois quando eles recebem a informação, não respondem ou perdem prazos de resposta por não entenderem que precisavam responder. Acredito que seria a informação gerar conhecimento. Quando eu mando um e-mail convidando eles para a reunião, muitos dizem que recebem o e-mail, mas não compreendem a importância de participarem de forma mais ativa desse processo, ou seja, a comunicação é efetiva, mas não é eficaz.

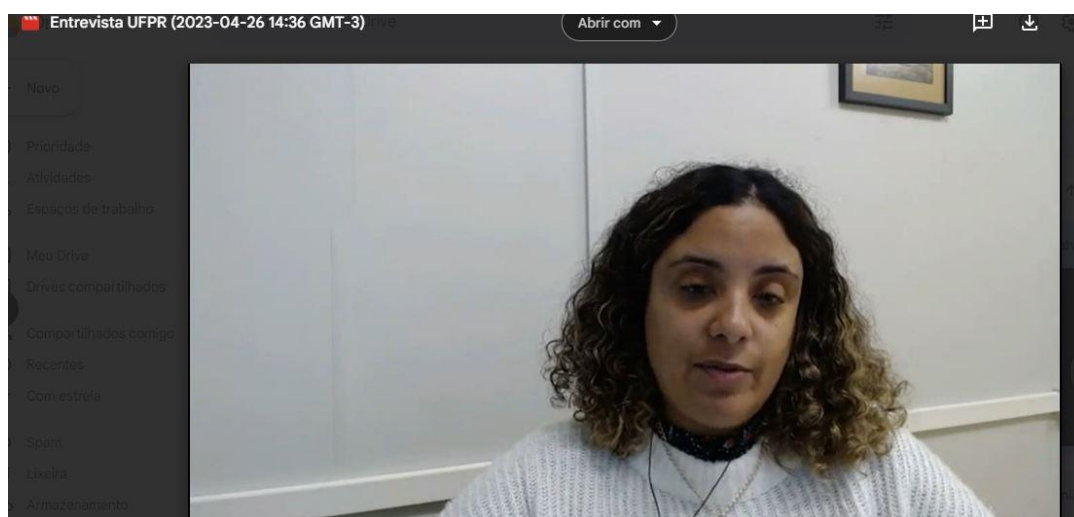
- 9) Na sua visão, quais seriam os caminhos para que sua IES tenha melhor comunicação com os estudantes indígenas?

Acredito que sempre escutá-los. A comunicação presencial funciona muito, pois existem informações valiosas e eficazes, mas ainda é humanamente impossível esse contato com todos. Acredito que eles precisam sentir que existe a necessidade de uma comunicação dialógica, e não somente unilateral. Às vezes, percebo falas negativas deles em relação à IES, por não compreenderem a importância de sua participação nesse processo.

Talvez descentralizar a comunicação, promover mais rodas de conversas, ir até eles nas aldeias com pequenos grupos. Fazemos um esforço grande para que possamos avançar nessa relação.

A política é uma política de 20 anos, temos um esforço para receber esses estudantes e permanecer na IES. São quase 40 indígenas formados. Temos um desafio e desejo de fazer eles chegarem até a pós-graduação para se tornarem professores e retornarem para a instituição como docentes. Estamos sempre abertos à escuta e à melhora. Temos muita vontade de recebê-los e queremos continuar cumprindo nosso papel.

Figura 3: Entrevista com Representante da UFPR



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nome: Representante da UFMS

SEAAF/DIIEST/PROAES. Secretaria de Acessibilidade e Ações Afirmativas

Função: Funcionária do setor;

Há quanto tempo está na IES: Não informado;

Gênero: Feminino;

Formação: Não informado;

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Entrevista realizada em 28/04/2023.

- 1) Poderia contar se existem/quais são as políticas de ações afirmativas em relação à inserção e permanência dos estudantes indígenas na sua IES?

A Secretaria de Acessibilidade e Ações Afirmativas é a unidade responsável pela execução e acompanhamento da Política de Ações Afirmativas no âmbito da Diretoria de Inclusão e Integração Estudantil (DIIEST) e Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES) da UFMS e tem como competência o desenvolvimento de ações que promovam políticas afirmativas na UFMS.

Tais como:

- a) desenvolver políticas de ações afirmativas que visem combater a discriminação e o preconceito na comunidade acadêmica;
- b) participar de ações voltadas ao acolhimento e integração de estudantes negros, índios e de diversidade de gênero na UFMS;
- c) acompanhar o funcionamento, avaliar os resultados, identificar aspectos que prejudiquem a eficiência das ações afirmativas, sugerir ajustes e as modificações necessárias;
- d) acompanhar o desempenho acadêmico dos estudantes ingressantes pelo sistema de reserva de vagas, propondo mecanismos que contribuam com a permanência e graduação;
- e) fomentar ações afirmativas em conjunto com outras unidades setoriais e cursos de graduação e pós-graduação da UFMS;
- f) promover debates e participar de discussões sobre ações afirmativas;
- g) executar ações do governo federal na UFMS voltadas ao combate à discriminação e ao preconceito;
- h) organizar bancas de verificação, elaborar e monitorar indicadores relacionados às cotas de ações.

- 2) A IES tem algum direcionamento em relação ao vestibular específico para os estudantes indígenas?

Ainda não houve um direcionamento neste sentido.

- 3) Qual é o acompanhamento acadêmico/pedagógico do estudante indígena quando ele entra na IES?

Por meio da SEAAF.

- 4) Os docentes da IES recebem formação específica para trabalhar o processo educacional com os estudantes indígenas?

Existem alguns projetos via SIGPROJ que envolvem a formação docente e, no Campus de Aquidauna – CPAQ –, temos o curso de Licenciatura Intercultural Indígena.

- 5) Você acredita que a comunicação é relevante para a inserção do estudante Indígena no Ensino Superior? Por quê?

Sim. A comunicação é importante porque se caracteriza como momento que agrega valores universais. Por meio de sua cultura e modo de vida, auxiliam e desenvolvem a percepção da diversidade.

- 6) Quais são as estratégias comunicacionais para informar e captar estudantes indígenas para a IES?

Editais de ingresso. Informativos Rádio e TV UFMS. Campanhas “Eu respeito”.

- 7) Quais meios de comunicação a IES utiliza para se relacionar com os estudantes indígenas depois de ingressarem no Ensino Superior?

Eventos. Rádio e TV. Grupos de Estudo. Redes de apoio.

- 8) Você percebe que a sua IES tem alguma dificuldade de se comunicar com os estudantes indígenas? Quais são?

Não existem dificuldades. A UFMS inclusive disponibilizou rede de internet e chips no período de pandemia (que está funcionando até hoje), além de empréstimo de equipamento. Os estudantes indígenas recebem bolsa BPEMEC, que atualmente está no valor de R\$1400,00.

- 9) Na sua visão, quais seriam os caminhos para que sua IES tenha melhor comunicação com os estudantes indígenas?

Sem resposta.

Nome: Representante da UFSC

Função: Assistente social - Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade - PROAFE;

Há quanto tempo está na IES: Desde setembro de 2022.

Gênero: Masculino;

Formação: Assistente Social;

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina – Entrevista realizada em 27/06/2023.

- 1)** Poderia contar se existem/quais são as políticas de ações afirmativas em relação à inserção e permanência dos estudantes indígenas na sua IES?

Existe a política de ações afirmativas. Ela compreende a reserva de vagas para diversos grupos, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas, pessoas de baixa renda e vindas de escolas públicas.

- 2)** A IES tem algum direcionamento em relação ao vestibular específico para os estudantes indígenas?

Existe um outro processo seletivo específico, que são vagas específicas para eles, permitindo esses segmentos entrarem na instituição de forma diferenciada, sem ser pelo vestibular tradicional.

- 3)** Qual é o acompanhamento acadêmico/pedagógico do estudante indígena quando ele entra na IES?

Independente da modalidade de ingresso, todos os estudantes que procurarem a PRAE (Pró-Reitoria de Assistência Estudantil) possuem diversos tipos de auxílio durante a graduação que realizam esse acompanhamento.

- 4)** Os docentes da IES recebem formação específica para trabalhar o processo educacional com os estudantes indígenas?

Não conheço nenhum tipo de formação em relação a isso.

- 5) Você acredita que a comunicação é relevante para a inserção do estudante Indígena no Ensino Superior? Por quê?

Eu não saberia dizer como é a comunicação, pois acompanhamos depois que eles já estão inseridos na instituição.

- 6) Quais são as estratégias comunicacionais para informar e captar estudantes indígenas para a IES?

Nós sabemos que os estudantes indígenas têm suas peculiaridades e, por morarem nas comunidades, às vezes, a comunicação fica limitada, tentamos sempre estabelecer uma comunicação oficial. Quando esse estudante se insere na IES, ele faz o cadastro de um e-mail, e é por meio desse e-mail que iremos falar com eles durante toda a graduação.

- 7) Quais meios de comunicação a IES utiliza para se relacionar com os estudantes indígenas depois de ingressarem no Ensino Superior?

Utilizamos o e-mail como forma institucional de comunicação e validação de documentação. Por telefone, às vezes, a ligação cai, e o sinal não é forte.

- 8) Você percebe que a sua IES tem alguma dificuldade em se comunicar com os estudantes indígenas? Quais são?

Olha, no e-mail, percebo que funciona, especialmente por utilizar uma linguagem clara e objetiva para que ele entenda o objetivo da mensagem. Nunca tive problemas com isso, desde que se utilize uma mensagem clara e objetiva. Geralmente, costumam me responder e conseguimos restabelecer o contato, existe uma interação.

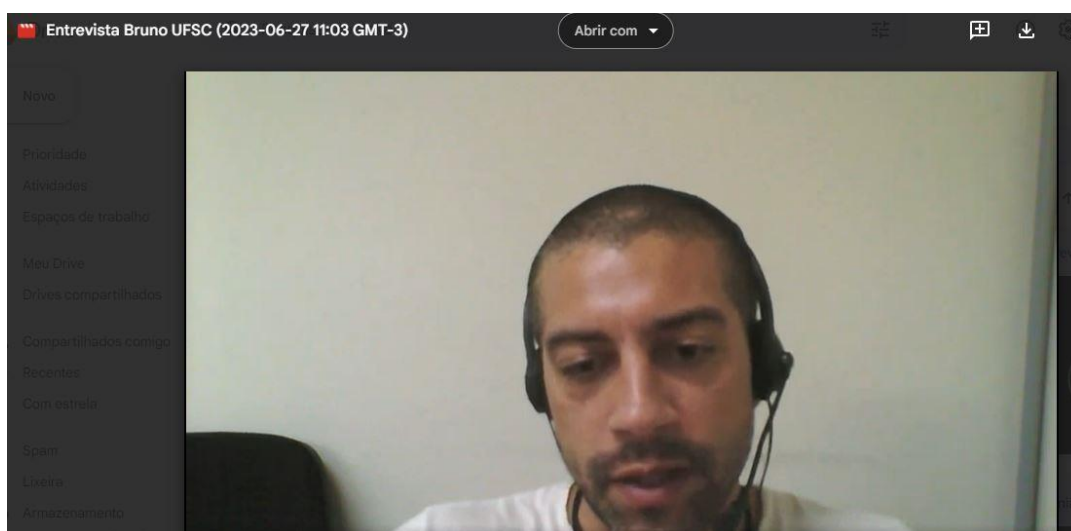
Muitos processos acadêmicos são feitos via sistema e, quando percebemos que estão com alguma dificuldade, acionamos via e-mail e obtemos o retorno, que confirma o recebimento da mensagem.

- 9) Na sua visão, quais seriam os caminhos para que sua IES tenha melhor comunicação com os estudantes indígenas?

Olha, já pensamos em várias estratégias, mas penso que o e-mail ainda seja o mais viável, pois permite a entrega da mensagem em sua integralidade, independente da sua qualidade de conexão naquele momento.

Consideramos muito importante a inserção dos indígenas e buscamos sempre avançar nas políticas. Aqui, consideramos que a eficácia dessa política ocorre muito mais na permanência do que na inserção. Fazemos a validação e renovação dessa identidade indígena durante toda a trajetória do curso.

Figura 4: Entrevista com representante da UFSC



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nome: Representante da UFAM

Função na IES: Professora de Curso de professores indígenas, departamento de educação escolar indígena, faculdade de educação. – UFAM

Quanto tempo na IES: 10 anos

Gênero: Feminino

Formação: Letras

Universidade Federal do Amazonas- UFAM – Entrevista realizada em 21/08/2023

- 1) Poderia contar se existem/quais são políticas de ações afirmativas em relação a inserção e permanência dos estudantes indígenas na sua IES?

Então, especifica mesmo, não tem. Todas as ações elas são do governo federal, por bolsa permanência, o que a gente tem de específico na realidade da UFAM toda é uma cota do aluno que estudou em escola pública no Amazonas, então ele recebe um percentual nacional entrando pelo ENEM. Possuímos também o curso Formação de professores indígenas, que é focada para a formação desses professores para atuarem nas comunidades. Aqui no Amazonas está numa discussão do movimento social que está criando um comitê de cada instituição no ensino superior, com um grupo de colegas docentes pra pensar ações afirmativas.

- 2) A IES tem algum direcionamento em relação ao vestibular específico para os estudantes indígenas?

No nosso curso a gente criou um grupo de pesquisa, um núcleo inicialmente era só um de estudos e pesquisas sobre povos e comunidades, pra tentar trazer outros colegas para fortalecer essa relação e aí no final acabou virando um grupo de pesquisa, os alunos não indígenas são os orientados e eles começam também a discutir essas questões e alguma medida eles têm contribuído. Um aluno precisa de um apoio pra fazer um projeto, eles ajudam pra escrever assim, então eles dão esse nos ajudam a dar essa atenção.

- 3) Qual é o acompanhamento acadêmico/pedagógico do estudante indígena quando ele entra na IES?

No nosso curso a gente dá um acompanhamento porque é um curso específico, vamos verificando, por conta da convivência as necessidades.

- 4) Os docentes da IES recebem formação específica para trabalhar o processo educacional com os estudantes indígenas?

Não, no momento não temos esse tipo de formação.

- 5) Você acredita que a comunicação é relevante para a inserção do estudante Indígena no Ensino Superior? Por quê?

Ela é extremamente pro ingresso e pra permanência, porque tem aluno que entra e sai sem sem ter essa sem sem saber os direitos que tem.

- 6) Quais são as estratégias comunicacionais para informar e captar estudantes indígenas para a IES?

Quando temos contato com eles a gente informa pessoalmente em sala de aula, e um vai passando para o outro, os colegas são muito importantes nesse processo, ou via o e-mail e WhatsApp.

- 7) Quais meios de comunicação a IES utiliza para se relacionar com os estudantes indígenas depois de ingressarem no Ensino Superior?

Os meios de comunicação que a instituição mais usa seria e-mail, WhatsApp, agora que vai ser criado os e-mails institucionais, eles têm os e-mails mas depois da pandemia ficou tudo mais difícil, a gente criou o hábito de criar salas de aula virtuais e colocar o material, mas eles não tem hábito de acessar e inclusive de acessar email. Então, pra eles terem acesso a sala de aula, que é onde eu coloco, registro direitinho pra ficar mais prático eles tem dificuldades de acessar, no caso específico do aluno indígena eles nem conseguem abrir as salas de aula.

- 8) Você percebe que a sua IES tem alguma dificuldade em se comunicar com os estudantes indígenas? Quais são?

No Amazonas a gente tem um grande desafio canal de internet né? A gente tem ela, mas não consegue cumprir o papel social dela, e aí por mais que eles tenham celular tem dificuldades, não consegue pelo sinal. Pra você ter uma ideia aqui nesse campus, onde eu estou em Benjamin Confã, a gente só tem um alinha e eu só estou falando contigo porque eles compraram uma antena desta linha se não fosse, não tinha.

Aqui é um território predominantemente indígena, né? Um povo de falante da sua língua. E aqui, a maioria fala na sua língua, já os professores não, ou seja, a ausência de uma política linguística impacta severamente no aprendizado dos alunos. Porque se desde o começo tivesse tido um olhar sobre esse aspecto, então poderia ser feita alguma disciplinas, né? De português instrumental, alguma coisa assim pra eles poderem ter mais acesso, a própria formação dos professores, serem sensibilizados, que precisa de tradutor a verdade é essa, não é simplesmente um aprender, porque ninguém aprende uma língua assim do dia pra noite, cheguei a universidade já vou aprender. Então era necessário o tradutor aqui pra acompanhar os professores que não compreendem a língua, então essa ausência de conhecimento sobre as questões linguísticas elas impactam severamente os alunos.

- 9) Na sua visão, quais seriam os caminhos para que sua IES tenha melhor comunicação com os estudantes indígenas?

Eu sempre falo pros meus alunos que deve partir deles mesmos, o que o mínimo que eu espero de deles, é que eles sejam doutores, que sejam professores da universidade. Porque se a gente não fizer e sonharem, eles não vão sonhar.

A gente sempre vê também a importância deles participarem de um evento como indígena senior e principal palestrante, ocupando seus espaços, porque assim começam a fortalecer essa identidade e seu lugar de fala.

Figura 5: Entrevista com representante da UFAM



Fonte: Elaborado pelo autor.

APÊNDICE C – ENTREVISTAS COM DOCENTES DO UNISAGRADO

Nome (opcional): Professor 01 do Unisagrado

Disciplina ministrada: Sociologia da Responsabilidade Social

Formação: Psicologia

Gênero: Masculino

1) Há quanto tempo você atua como professor (a) universitário(a)? E há quanto tempo trabalha com estudantes indígenas?

Eu trabalho no Unisagrado desde 2010 e junto com os alunos indígenas desde 2016.

2) Como você avalia a presença do(a) estudante indígena na universidade?

Particularmente acredito que a presença dos alunos na universidade ela promove uma diversidade cultural e um acesso dos alunos não indígenas a cultura indígena, então existe uma troca cultural bastante interessante especialmente entre os alunos dos cursos nos quais os alunos indígenas estão inseridos, então acho que essa relação entre alunos indígenas e não indígenas representa para nós Unisagrado uma riqueza muito grande, uma troca cultural muito grande e favorece também a formação dos nossos alunos, universitários não indígenas para que eles possam quebrar preconceitos, conhecer um pouco mais a cultura, a maneira de ser, de pensar e de agir das comunidades indígenas.

3) Os docentes desta universidade recebem formação pedagógica específica para trabalhar o processo educacional com os(as) estudantes indígenas? Como ela acontece?

A priori, não existe uma formação pedagógica específica para trabalhar com os alunos indígenas, na verdade o que existe é um processo de inculturação, vamos chamar assim, onde os alunos indígenas se adequam a cultura organizacional da própria instituição e ao modo como cada curso se organiza e cada professor trabalha. Os professores participam de informações, por exemplo, durante a SECOD onde eles tem informações sobre os alunos indígenas, mas não existe necessariamente ou diretamente uma formação pedagógica para trabalhar com alunos indígenas.

4) Os estudantes indígenas possuem demandas pedagógicas específicas que requerem um acompanhamento pedagógico diferenciado em relação aos demais estudantes? Esse acompanhamento é realizado pelas coordenações dos cursos e/ou pelos docentes?

Sim, cada vez mais a gente percebe que os alunos indígenas, estudantes indígenas eles possuem demandas específicas, especialmente nos últimos anos nós temos identificados uma mudança na educação escolar indígena, por quê? Porque no passado quando comecei, por exemplo, acompanhar um projeto em 2016 os alunos indígenas faziam o ensino médio na cidade de Avaí junto às outras escolas e nos últimos anos com o aumento da formação de professores nas quatro comunidades indígenas nós temos o ensino médio na própria comunidade, esse ensino médio tem como professores alunos, estudantes da própria Unisagrado, entre outras pessoas das próprias comunidade. Então essa mudança de formação, especialmente durante o ensino médio, tem impactado diretamente na formação dos alunos indígenas que têm chegado até ao ensino superior, então quando a gente pensa em demandas pedagógicas específicas, sim nós encontramos via de regra os alunos que chegam à universidade com um déficit de repertórios acadêmicos bastante grande, com outros repertórios, com outras habilidades desenvolvidas nas próprias comunidades, escolas indígenas, mas não são necessariamente os repertórios desenvolvidos, as habilidades desenvolvidas dentro do ensino superior no Unisagrado. Isso faz com que eles tenham bastante dificuldade nesse processo de acompanhamento no ensino superior. Esse acompanhamento deveria ser realizado pelas coordenações e pelos docentes, alguns docentes são mais próximos, possuem uma sensibilidade, uma empatia para conhecer a realidade de cada aluno indígena e conseguir acompanhar, e alguns coordenadores também, mas não necessariamente isso acontece de uma forma sistemática, aí entra especificamente a coordenação do projeto que de acordo com a identificação de dificuldades no processo de aprendizagem faz a mediação junto aos docentes e aos coordenadores de curso.”

5) Como você avalia a sua comunicação com os estudantes indígenas? E como avalia a comunicação da universidade com os estudantes indígenas?

Com relação a minha comunicação com eles, quinzenalmente praticamente eu converso com quase todos eles, entro em contato, a gente manda mensagem, pergunta como eles estão, verifica dificuldades e se oferece para realizar mediações ou para ajudar com relação às dificuldades. Além disso, durante o primeiro semestre nós fizemos de 2 a 3 reuniões nas

próprias comunidades indígenas, especialmente a partir do segundo semestre nós realizamos uma reunião mensal nas comunidades indígenas tendo em vista já a preparação para o vestibular no segundo semestre. De uma forma geral a comunicação entre a universidade e os estudantes indígenas se dá via a coordenação do curso que no caso sou eu e via assistente social que também faz a mediação com eles em caso de necessidade, dúvidas ou com relação a atualização da documentação, mas de uma forma geral a comunicação acontece dessa forma.

6) Na sua visão, o(a) estudante indígena deve cursar uma universidade? Por quê? Justifique.

Sem sombra de dúvidas. Nós temos aí aproximadamente 30 alunos formados pelo Unisagrado, acho que de uma instituição particular nós somos a instituição que tem maior oferecimento de bolsas e maior quantidade de alunos formados no ensino superior e não tenho a sombra de dúvida que a formação dos alunos indígenas nas diferentes áreas, educação, saúde e etc é de extrema importância, porque ela agrega ao trabalho que os indígenas poderão desenvolver junto às comunidades, promovendo qualidade de vida, promovendo autonomia, fazendo com que eles mesmos tenham uma formação e possam ser os próprios professores, próprios alunos, que eles possam ser os profissionais da saúde ou em várias outras áreas, e que possam cada vez mais promover a própria cultura, garantir a sua identidade e ter autonomia para fazer com que a sua cultura seja respeitada, apresentada e conhecida por todas as pessoas.

Nome (opcional): Professor 03 do Unisagrado

Disciplina ministrada: Antropologia, Sociologia, Ética e Cultura Religiosa, Cultura Brasileira, Estética e História da Arte, Literatura Universal

Formação: Direito, Gastronomia e Letras Modernas (Mestrado e Doutorado USP-SP)

Gênero: Masculino

1) Há quanto tempo você atua como professor(a) universitário(a)? E há quanto tempo trabalha com estudantes indígenas?

Trabalho no UNISAGRADO há 27 anos, meu tempo como professor universitário. Trabalho com estudantes indígenas desde o início do projeto.

2) Como você avalia a presença do(a) estudante indígena na universidade?

Absolutamente importante, imprescindível. Além de possibilitar a formação acadêmica e científica, garantimos o lugar de fala de cada etnia e comunidade. Na formação de cada profissional, temos o representante do patrimônio que cada um carrega e todos os ensinamentos da cultura.

3) Os docentes desta universidade recebem formação pedagógica específica para trabalhar o processo educacional com os(as) estudantes indígenas? Como ela acontece?

Precisamos implementar a formação pedagógica e antropológica cultural de nossa comunidade acadêmica, pois a comunidade indígena deve estar inserida e acolhida efetivamente no meio acadêmico, através da valorização de sua fala e presença marcante entre nós.

4) Os estudantes indígenas possuem demandas pedagógicas específicas que requerem um acompanhamento pedagógico diferenciado em relação aos demais estudantes? Esse acompanhamento é realizado pelas coordenações dos cursos e/ou pelos docentes?

Sim, possuem. É imprescindível o acolhimento, valorização e possibilitar o lugar de fala. O acompanhamento é realizado apenas na questão relativa às bolsas.

5) Como você avalia a sua comunicação com os estudantes indígenas? E como avalia a comunicação da universidade com os estudantes indígenas?

Alguns ainda apresentam dificuldade de interação e comunicação no grupo, mas esse acolhimento deve ser implementado pelo docente.

6) Na sua visão, o(a) estudante indígena deve cursar uma universidade? Por quê? Justifique.

Deve, muito ! É imprescindível sua formação para garantir seu lugar de fala em nossa sociedade.

Nome (opcional): Professor 02 do Unisagrado

Disciplina ministrada: Ética e Cultura Religiosa/ Fundamentos Metodológicos do Ensino de História/ Articulações Afro-brasileiras e Indígenas

Formação: História

Gênero: Feminino

1) Há quanto tempo você atua como professor(a) universitário(a)? E há quanto tempo trabalha com estudantes indígenas?

Há 10 anos. E, desde então, todos os anos tenho alunos indígenas.

2) Como você avalia a presença do(a) estudante indígena na universidade? Como docente, entendo a presença de alunos indígenas como um fator extremamente positivo para a universidade e para os cursos, principalmente no que se refere ao relacionamento e interação entre indígenas e não-indígenas. Percebo isso para além do fator de mera inclusão, e sim em um escopo maior de relacionamento social, cultural e acadêmico. Tenho notado uma nítida alteração do comportamento dos alunos indígenas com o passar dos anos. Há 10 anos, eles chegavam extremamente tímidos, calados e pouco participativos. Hoje é possível perceber que se relacionam com mais facilidade, falam mais abertamente sobre os assuntos explorados em sala de aula e, principalmente, sobre a condição dos indígenas em geral.

3) Os docentes desta universidade recebem formação pedagógica específica para trabalhar o processo educacional com os(as) estudantes indígenas? Como ela acontece?

Não há especificamente nenhuma informação ou formação para que o docente lide com o aluno indígena. Os professores diretamente envolvidos com o projeto Araribá têm maior compreensão sobre a vida comunitária, pessoal e acadêmica dos alunos indígenas, mas o restante dos professores permanece alheio à isso, principalmente porque os alunos indígenas não estão presentes em todos os cursos ofertados pelo centro universitário, mas essencialmente nos cursos de licenciatura e alguns da área da saúde.

4) Os estudantes indígenas possuem demandas pedagógicas específicas que requerem um acompanhamento pedagógico diferenciado em relação aos demais estudantes? Esse acompanhamento é realizado pelas coordenações dos cursos e/ou pelos docentes?

Em muitos casos, principalmente há alguns anos, percebi dificuldade de escrita, leitura e interpretação em muitos alunos indígenas. Em alguns casos repassei o problema para a coordenação do curso no qual estavam alocados. Mas nunca percebi nenhum acompanhamento específico para esses alunos para além do que já é ofertado para os demais estudantes, tal como o aprimoramento. Culturalmente falando, creio ser necessário um atendimento especializado a esses alunos.

5) Como você avalia a sua comunicação com os estudantes indígenas? E como avalia a comunicação da universidade com os estudantes indígenas?

Com muitos alunos desenvolvi uma relação mais próxima, principalmente por lecionar uma disciplina que estuda especificamente o universo indígena (Articulações afro-brasileiras e indígenas). Pelo menos uma vez ao ano faço visita técnica com meus alunos de pedagogia e história nas aldeias Araribá, normalmente guiada por um aluno ou ex-aluno indígena. Mantenho contato mesmo após a formação deles, convidando alguns desses ex-alunos para participarem de palestras sobre a cultura indígena. Em relação à comunicação da universidade com os estudantes indígenas, fora o mês dos povos indígenas, nunca percebi nenhuma campanha específica ou peça de comunicação voltada para esses alunos.

6) Na sua visão, o(a) estudante indígena deve cursar uma universidade? Por quê? Justifique.

Obviamente. Como todo ser humano, deve ter a possibilidade e a liberdade de escolha sobre o que deseja estudar e qual carreira deve seguir.

APÊNDICE D - ENTREVISTA COM ESTUDANTES INDÍGENAS DO UNISAGRADO

Nome (opcional): Iberê

Curso: Pedagogia

Idade: 32

Aldeia/Comunidade de vínculo: Aldeia Ekeruá

Gênero: Masculino

1) Por que você decidiu fazer um curso universitário e qual a importância dele para você e para a sua comunidade? Conte sua história de vida.

Então, assim, de começo mesmo eu queria mesmo era fazer a parte de saúde, né? Eu queria mais investir na parte de saúde. Só que como a UniSagrado ela consegue fornecer uma bolsa que tenha um vínculo com a aldeia, aí eu tinha que escolher três cursos. Seria da enfermagem e até da licenciatura, no curso de enfermagem eu já tinha preenchido vaga, aí eu tinha que partir para na área de licenciatura, beneficia a nossa aldeia aqui., eu estudando aí, tendo uma formação apropriada, eu consigo atuar na Escola Estadual Indígena Aldeia Nimuendaju. E também incentivando a nossa comunidade, as nossas crianças a estar mais focada na parte da educação, para estudar mais. E hoje, assim, eu como morador indígena, eu vejo que é muito difícil, né, as crianças ter um olhar pra esse lado, né? Aí, às vezes, eles buscam tentar fazer de outra forma errada, né? Tipo, hoje, os jovens, eles conseguem, a maioria dos jovens estão indo partindo pro lado errado, né? vamos falar direto, né? Tipo, bebida alcoólica, né? Entrando em lugares errados, em caminho errado, como o uso de droga, né? E nós aqui da aldeia a gente consegue mostrar pra eles que é totalmente diferente, né? Que a gente consegue estudar sem fazer uso de nenhuma coisa errada. E isso beneficia a nossa aldeia na parte da educação também, né? Como professor, né? Indígena que tem muita vaga também, né? procura, né, de professor e a gente consegue estar atuando nessa parte aí.

2) Você teve ou está tendo alguma dificuldade durante as aulas do seu curso? Qual é?

Para mim, foi uma coisa nova vamos dizer, é uma coisa que a gente tinha que se adaptar né, com a maneira diferente costume diferente né e para mim foi bem que foi algo assim que chegou do nada e teve sim algumas dificuldades, só que, eu vendo como que é o jeito aí fora

a gente tem que adaptar com o costume daí, não com o nosso costume. Às vezes temos que deixar o nosso costume aqui e partir para o lado que beneficia a nossa pessoa.

3) Na sua visão, a universidade e os professores estão preparados para receber e trabalhar com estudantes indígenas? Por quê?

Assim, quando a gente sai da nossa aldeia, a gente conhece um costume diferentes, só que os professores de hoje em dia já vem sendo preparado desde lá de trás para carregar com eles um costume totalmente diferente, eu acho que cada um fala da maneira que aprendeu lá atrás. Agora, quando eu cita os nossos povos eu acho que tem que ser um pouco mais delicado nessa parte, como hoje nós tivemos nós está tendo uma aula de currículo escolar aonde que cita muito sobre Dermival Saviani. E tem uma fala dele que fala sobre o aprendizado da criança e sobre o ensino da criança também, onde fala que tem que diferenciar as partes, festividade. Algumas partes que ele fala que é do costume dos povos indígenas, como o dia do índio, tem que separar essas partes e não levar para a sala de aula, eu vejo esse ponto como se fosse uma crítica para nós indígenas.

O caso que hoje nós lutamos pelo nosso direito tentando trazer uma educação indígena no currículo escolar. Vamos dizer dessa forma, tentando enganjar de uma maneira bem eficaz para a nossa comunidade, e o outro que eu penso que todos têm uma preparação. Só que antes, tinha que dar uma olhada para o lado que não chegaria a esse ponto de crítica para os indígenas.

4) Na sua opinião, como você avalia (vê) a sua comunicação com os(as) professores do seu curso? E como é a comunicação deles com você?

Hoje eu falo assim dessa forma, que nós temos um costume diferente, nós temos uma língua diferente, nós temos costume, cultura, sem os indígenas também eu acho que não existiria arte, não existiria história, não existiria esses currículos. E hoje a gente vê dessa forma, que nós indígenas a gente consegue carregar várias histórias, várias artes, consegue encaixar a matéria da geografia no meio também, que é sobre conhecimento. É uma coisa que eu acho que não julgando para o lado da UNISAGRADO, que a gente tem um grande respeito pela universidade, mas eu acho que deveria olhar mais para o lado dos profissionais daquilo que atua na área, professor, para ensinar os indígenas. Só isso que eu tenho que falar, mas a gente está lutando para buscar uma formação para melhorar, bem dizer, a nossa família, a nossa comunidade também.

5) Na sua opinião, como você avalia (vê) a comunicação da universidade com os estudantes indígenas? Por quê?

Não, é totalmente tranquilo, a gente consegue... Tipo, tá entrando em contato com aquelas pessoas que fazem a parte da documentação, né? A entrega da documentação. A gente tem um tipo assim, tem uma reunião antes, né? Aí tem os coordenadores, os professores que também vêm na aldeia, né? A reitora também vem, né? assistente social, conversa com os alunos. Aí pergunta se tá tudo ok, né? Aí pergunta se tem alguma coisa pra falar, né? E a gente nunca teve esse problema, né? Na parte da entrega de documentação, não.

6) Você acredita que o(a) estudante indígena deve cursar uma universidade? Por quê?

Hoje nós vemos dessa forma, nós indígenas. sem estudo hoje nós não somos nada, a gente não consegue entrar em um lado, buscando, vamos falar, entrar, ingressar numa escola. Hoje tudo tem que ter um estudo, tanto faz o médio como o superior, até pra você ser um gari, você tem que terminar o ensino médio, então, pra você buscar um lado melhor para a sua família, você tem que ter uma universidade cursada.

7) Você tem alguma sugestão para melhorar o processo de educação ou de comunicação da universidade com os(as) estudantes indígenas?

Hoje, a gente tem aí na universidade, acho que é todo mês de agosto, um evento que se chama Projeto Araribá, que foi uma coisa que, vamos falar, foi uma coisa bem contagiante para nós, ele alegra nós, que é um lado que a gente às vezes demonstra a nossa cultura, leva para a nossa identidade, mostrando que ainda tem indígena dentro da universidade, estudando. Porque não só nessa universidade, tem outros lugares também, né? E a gente tá cursando um curso, para estar um dia tentando encaixar o indígena como professor para dar aula para o próprio indígena dentro da universidade. Isso seria um grande benefício maior para nós estudantes indígenas.

Figura 6: Entrevista com *Iberê*

Fonte: Elaborado pelo autor

Nome : Enarê

Curso:Pedagogia

Idade: 37

Gênero: Masculino

Aldeia/Comunidade de vínculo: Ekeruá

Ocupação atual: Professor como Funcionário Público e na Aldeia Gestor Cultural

1) Por que você decidiu fazer um curso universitário e qual foi a importância dele para você e para a sua comunidade? Conte sua história de vida.

A intenção de fazer uma graduação é por conta mesmo de estar atuando hoje como professor, fazer pedagogia foi para aprimorar esse conhecimento, porque é uma educação escrita, porque a educação nossa na prática ela é vivida, é diária, já a educação que a gente vive hoje é uma educação de alfabetização, de leitura, escrita, vai o português a língua indígena, então você precisa de um conhecimento a mais em relação a esse contexto para atuar. E história de vida, eu fui escolhido pela comunidade em 2005 para ser professor, eu tinha terminado meu estudo e a comunidade precisava de professor na época, eu era um dos que tinha terminado o ensino médio e precisava de pessoa para fazer o primeiro curso de professor indígena, foi na USP, e eu fui um dos candidatos escolhidos pela comunidade ai estou até hoje graças a Deus.

2) Depois de concluir a sua formação universitária, o que mudou na sua vida e na vida da sua comunidade?

Acho que assim, a gente conseguiu contribuir e estamos ajudando a contribuir mais com o ensino na escola, nessa parte de leitura e escrita, a gente tem um conhecimento a mais e isso contribui claro não só no ensino, na escola, mas como num pensar comunitário também e isso fica muito mais amplo.

3) Você acredita que o ensino superior contribuiu para a valorização de sua cultura e sua empregabilidade?

Acho que a valorização da cultura não, porque ela faz parte da minha identidade, na verdade ela só divulga para alguém, então quem estudou comigo, quem teve a oportunidade de estar comigo enquanto eu graduando teve a oportunidade de conhecer um pouco sobre a cultura indígena, mas para mim particularmente ela já estava dentro de mim, ela só ganhou uma força para mim cada vez falar mais dela, para outras pessoas, agora relacionado ao emprego, isso com certeza, isso me deu uma estabilidade maior, porque sou formado na área.

4) Você teve alguma dificuldade durante o seu curso universitário? Qual foi?

Acho que a dificuldade que sempre citei foi a questão das pessoas não saberem trabalhar em grupo, porque dentro da aldeia a gente trabalha em comunidade, de forma voluntária, comunitária e eu vejo que fora daqui as pessoas são muito individualistas, são muito “cada um no seu quadrado”, então essa foi uma dificuldade que enfrentei, por conta das resistências que as pessoas tinham uma da outra ou a disputa para cada vez ser melhor, então foi mais dentro dessa questão.

5) Na sua visão, a universidade e os professores estão preparados para receber e trabalhar com estudantes indígenas? Por quê?

Depende da universidade. Se é uma universidade que já tem estudantes indígenas, ela já sabe como lidar, ela já tem um corpo formado, um grupo de professores que entende. Agora quando não, aí a história é difícil, porque o entendimento sobre o indígena é muito amplo, então falar do conceito indígena, do povo indígena é só vivendo dentro de uma comunidade,

convivendo com uma pessoa, conversando, aprendendo para você entender essa realidade, caso ao contrário fica muito difícil, acho que depende muito da universidade.

6) Na sua opinião, como você avalia (vê) a sua comunicação com os(as) professores na época do seu curso? E como era a comunicação deles com você?

Sempre foi tranquilo, sempre foi na posição de aluno, professor, dentro daquilo que a gente precisava aprender, daquilo que ensinavam para nós, então nada assim, acho que a comunicação tinha, claro que eles ficavam curiosos, queriam perguntar, queriam saber mais, pediam para eu contribuir, então era uma interação bacana.

7) Na sua opinião, como você avalia (vê) a comunicação da universidade com os estudantes indígenas na época em que realizou o curso? Por quê?

Sempre foi muito tranquilo essa parte , o unisagrado mantinha contato com a gente.

8) Você acredita que o(a) estudante indígena deve cursar uma universidade? Por quê?

Sim, no nosso caso a aldeia aqui ela tá em contexto quase que próxima a cidade, a nossa vida hoje é uma vida diferente, nós estamos, nós precisamos ter uma estabilidade financeira, ter uma estabilidade de vida ampla, porque a gente tem acesso a tecnologia, a gente tem acesso ao que a sociedade como um todo vive, então a gente precisa ter as formações para poder conseguir ai conduzir o seu grupo familiar de uma maneira boa, que isso possa ter uma sustentabilidade dentro da família, então você precisa aprender sobre isso, é necessário sim.”

9) Você tem alguma sugestão para melhorar o processo de educação ou de comunicação da universidade com os(as) estudantes indígenas?

Acho que falar só da lei de cotas é meio complicado, porque acho que precisaria dentro de uma universidade ter os grupos “GT” acho que pode falar assim, são os grupos de trabalho para isenção de indígenas dentro de uma universidade, acho que precisa ter indígenas. Hoje o nosso país, o nosso Estado tem indígenas formados nos níveis de mestrado, doutorado e pós que podem contribuir com essa visão dentro da universidade, acho que é necessário sim ter o espaço para os indígenas dentro das reitorias.

Nome : Yara

Curso: Pedagogia

Idade: 39

Gênero: Femenino

Aldeia/Comunidade de vínculo: Contexto Urbano

Ocupação atual: Coordenadora de Políticas Diferenciadas (Coordenação Geral de Povos Indígenas de Recente Contato do Departamento de Povos Indígenas Isolados e Recente Contato da Secretaria Nacional de Direitos Territoriais Indígenas) Ministério dos Povos indígenas.

1) Por que você decidiu fazer um curso universitário e qual foi a importância dele para você e para a sua comunidade? Conte sua história de vida.

Eu sempre fui apaixonada por crianças, principalmente as crianças indígenas, o curso escolhido é muito importante para que nós professores indígenas juntamente com a comunidade possamos ensinar e desenvolver a cultura tradicionais dentro do nosso território.

E falando sobre um pouco da minha história... Venho de famílias tradicionais, a minha vó Esther e Minha tia Gildnei eram professoras na aldeia, então cresci vendo-as atuando na aldeia no qual foi um dos motivos de ter escolhido a pedagogia.

2) Depois de concluir a sua formação universitária, o que mudou na sua vida e na vida da sua comunidade?

Eu ainda não tive oportunidade de atuar como professora na aldeia, por conta de algumas demandas do movimento indígena, pois sempre sou indicada para participar de reuniões, conferências, oficina de Culturas e etc. Mas é justamente para debater a questão da educação diferenciada/inclusiva dentro e fora do nosso território.

3) Você acredita que o ensino superior contribuiu para a valorização de sua cultura e sua empregabilidade?

Sim claro! É muito importante, pois estamos cada vez mais avançando dentro e fora do nosso território, os povos indígenas tem evoluído muito no ensino superior e com isso estamos

conseguindo continuar dialogando e lutando pela garantia dos nossos direitos indígenas e justamente na questão da empregabilidade.

4) Você teve alguma dificuldade durante o seu curso universitário? Qual foi?

Bom, sou deficiência auditiva, então nessa questão eu tive sim algumas dificuldades, porém os professores e colegas de turmas sempre foram muito compreensíveis com a minha situação, fora isso em relação ao ensino e entre outras coisas não tive dificuldades.

5) Na sua visão, a universidade e os professores estão preparados para receber e trabalhar com estudantes indígenas? Por quê?

Sim estão, nunca tive nenhum problema em relação a isso, muito pelo contrário, os professores tem sido muito qualificado para lidar com os estudantes indígenas.

6) Na sua opinião, como você avalia (vê) a sua comunicação com os(as) professores na época do seu curso? E como era a comunicação deles com você?

A reitora sempre busca dialogar com as 4 comunidades (Teregua, Kopenoty, Ekerua e Nimuendaju) o professor Cleiton sempre se dispôs a todo tipo de diálogo e também eventos indígenas na Unisagrado, inclusive terá II Encontro de Araribá em 09 de Agosto.

Quanto a mim, sou indígena do contexto urbano, então sempre que possível participava das reuniões com a comunidade.

7) Na sua opinião, como você avalia (vê) a comunicação da universidade com os estudantes indígenas na época em que realizou o curso? Por quê?

Ótimo, a Universidade sempre nos valorizou e respeitou estudantes indígenas, sempre foram muito atencioso conosco.

8) Você acredita que o(a) estudante indígena deve cursar uma universidade? Por quê?

Sim claro, é muito importante que os estudantes indígenas procurem a conquistar o ensino superior, pois a comunidade indígenas precisam que nós mesmo atuamos para nós mesmo dentro e fora do território indígenas, pois hoje em dia para que possamos continuar garantindo nossos direitos é através de conhecimentos específicos como o nível superior.

9) Você tem alguma sugestão para melhorar o processo de educação ou de comunicação da universidade com os(as) estudantes indígenas?

Talvez empregar um Indígena e ensinar a cultura tradicionais.

Nome: Inaiê

Curso: Pedagogia

Idade: 33 anos

Gênero: Mulher

Aldeia/Comunidade de vínculo: Kopenoti

Ocupação atual: Professora indígena na escola da comunidade Kopenoti

1) Por que você decidiu fazer um curso universitário e qual foi a importância dele para você e para a sua comunidade? Conte sua história de vida.

Eu decidi fazer um curso universitário devido à necessidade e um sonho meu. Primeiramente, um sonho que eu sempre tive de ser graduada, de me formar, e pelo sonho dos meus pais, que por ter 10 filhos, sempre tiveram esse sonho de ter ao menos uma, um filho ou uma filha formada. Nesse caso, eu dei esse orgulho a eles. Até o momento só eu sou a primeira formada dentre os filhos deles. E a importância do curso universitário para mim devido a esses sonhos que eu tive e também para a minha comunidade, para atender a demanda que a minha comunidade tem. Ainda existe essa demanda, não só na minha comunidade indígena, mas também em outras comunidades. Demanda por profissionais capacitados para atuarem na sua área de formação, muitos se vêem com as dificuldades do dia a dia devido à família mesmo, tempo, a cursar, a ter uma formação. Mas, tendo na minha visão, foi importante para mim devido às novas gerações, se fazer necessário para elas terem o próprio parente formado nas áreas, em diversas áreas, para eles se espelharem, ter uma visão de que nós, como sendo indígenas somos, sim, capazes de exercer várias profissões em várias áreas. E eu vi essa

necessidade aqui na minha comunidade de ter professores formados, eu sempre tive um olhar muito inspirador nessa profissão de professor.

Eu via no professor uma figura altamente respeitosa e que nela vinha a origem de outras profissões, através da profissão do professor, as pessoas, as crianças podem enxergar na figura do professor outras possibilidades de profissões também. E a minha história de vida, eu me casei com 18 anos, atualmente eu tenho um filho de 16 anos, moro na comunidade, nasci na comunidade indígena Kopenoti, morei um tempo na aldeia Ekeruá, minha família é toda de lá, e devido ao meu casamento, mudei pra cá novamente na aldeia Kopenoti. E aqui estou até hoje. Eu tenho 17 anos de casada, e também um tópico importante da minha vida, que devido ao casamento, quando eu tive o filho eu abandonei os estudos e voltei bem depois. Eu voltei quando eu realmente precisava, e via essa importância de não só para a minha comunidade, mas para a minha vida, ter uma garantia de um futuro melhor para minha família, então resolvi voltar aos estudos aqui mesmo na minha comunidade. Concluí o ensino médio, segundo e terceiro ano de ensino médio do EJA e assim que terminei a EJA eu fiz vestibular na Unisagrado e assim passei. Minha primeira possibilidade era de ter cursado enfermagem, mas eu digo que Deus faz as coisas corretamente e a bolsa de enfermagem foi destinado a outro candidato, e eu escolhi então como segunda opção o curso de pedagogia a qual eu me identifico muito e não me arrependo e nem me vejo em outra profissão a não ser dar aulas. É uma profissão que eu gosto muito e me dedico ao máximo para dar o melhor de mim para meus alunos.

2) Depois de concluir a sua formação universitária, o que mudou na sua vida e na vida da sua comunidade?

Depois de concluir a minha formação universitária, eu digo que mudou muito a minha vida para melhor, tanto na área familiar, social e, principalmente, na questão financeira. Devido à conclusão do curso, ele abriu essa oportunidade para a minha vida de melhoria, não tanto só na melhoria da vida financeira, mas eu digo que na melhoria da minha cultura. Devido a ser uma mulher indígena, como nós, como indígena em si, já vem sofrendo preconceito da sociedade, dizendo que o indígena não é capaz de exercer tal profissão que o não indígena exerce com tanta competência. Então, eu vejo isso, depois da minha formação, esse lado da minha comunidade também, de ter os profissionais indígenas formados, porque aí os nossos parentes, como a gente costuma chamar os indígenas, eles veem em nós também a confiança de estar ali do lado de quem nasceu num território igual a ele, de quem fala da mesma língua,

de quem compartilha os mesmos saberes, as mesmas culturas. Então, esse lado de confiança da comunidade ele também causa na gente bastante amor pela nossa profissão, pela nossa comunidade, pela nossa cultura e principalmente de exercer a nossa profissão ainda mais com amor, com zelo, de realmente fazer a diferença na vida das nossas crianças indígenas.

3) Você acredita que o ensino superior contribuiu para a valorização de sua cultura e sua empregabilidade?

Com certeza, o ensino superior contribuiu e contribui para a valorização da nossa cultura, já que, atuando em uma escola indígena, que tem como seu diferencial os saberes tradicionais, como disciplina e língua materna, é um avanço, um ganho muito grande para nós. Claro que existem muitos aspectos a serem ainda alcançados, a serem mudados, que a gente vê as dificuldades de realmente trabalhar do modo como deveria ser em nossas escolas, mas só de ter a formação em si, ela contribui fortemente na valorização cultural do meu povo terena em específico, já que ali no meu local de trabalho a gente também não deixa de lado as nossas danças, o nosso modo de vivência e esse é também um grande diferencial que nós temos aqui de trabalhar dentro da comunidade, dentro de uma comunidade indígena, já que nós temos essa autonomia de partilhar as vivências, as práticas, as tradições ancestrais para nossas crianças de hoje. E isso eu vejo como uma grande valorização para nossas futuras gerações que o nosso trabalho é totalmente voltado às nossas crianças, que elas cresçam não esquecendo da sua própria identidade, não esquecendo do lugar a qual ela pertence, a qual ela está inserida. Então, isso é bastante importante desse lado cultural, porque nelas está o nosso futuro, porque tanto nós, como nascemos indígenas, nós já enfrentamos dificuldades logo ao nascer. Mas eu digo que fazer também uma formação, ter uma formação em uma faculdade, uma universidade, ela também é um meio de sobrevivência que nós tivemos que nos adaptar atualmente. Infelizmente, nós não podemos se fechar pelo que a sociedade atualmente, ela vem se mudando. E nós não podemos, como indígenas, ficar apoiados somente naquele lado que nós não somos capazes. Porque nós somos, sim. Nós temos inteligência, sim.

Nós vivemos em um mundo constantemente em transformação e que é uma questão de adaptação. Isso é considerado na minha visão um meio de sobrevivência no mundo atual. Então, a gente tem que ocupar os lugares, sim. As nossas vozes têm que ser alcançadas e compartilhadas, e nós podemos compartilhar a nossa própria visão, a nossa própria história, o nosso próprio ponto de vista nas questões de que, antes, talvez, nós não tínhamos muitas oportunidades, ou também, se fechando, tentando, talvez perder esse lado cultural. A gente não

se emergia tanto nesse mundo globalizado, mas hoje se faz necessário. E a gente sempre tenta mostrar esse lado para nossas crianças que sempre podemos chegar onde quisermos, independente de profissão, independente de área, independente de lugar e continuaremos a ocupar os espaços independente de onde for e de onde estiver. E claro, com a empregabilidade ela também contribuiu muito, o ensino superior contribui em si, porque a pessoa, o indígena, não só indígena como o não indígena também, quando ela tem uma formação a mais as portas se abrem para essas pessoas que tem esse diferencial no seu currículo, esses conhecimentos que ela adquiriu ao longo do seu curso ela pode colocar em prática através dessa oportunidade que se tem, que exige até um ensino médio completo, um curso técnico e até um ensino superior.

4) Você teve alguma dificuldade durante o seu curso universitário? Qual foi?

Se eu tive alguma dificuldade durante o curso universitário, eu posso dizer que foi mesmo a adaptação. Como indígena, o indígena em si, da sua própria natureza, ele é considerado muito tímido, mais na dele, até que o povo terena mesmo, o indígena terena, ele é considerado muito fechado, até que ele venha a pegar a confiança na outra pessoa. Então, a partir desse momento que ele vê pode confiar naquela pessoa, ele vê uma oportunidade de compartilhar os seus saberes, aí tudo fica mais fácil. Isso é um lado cultural mesmo do povo indígena terena. Acho que a maior dificuldade que eu tive mesmo é a adaptação, tanto a adaptação física, mas não por parte de colegas de classe, não por parte da faculdade em si, mas como a si mesma, como a mim mesma, a dificuldade dessa adaptação de conviver com mais pessoas, a parte tecnológica também, como são novos conhecimentos a gente tem que estar aberto a aprender, a manusear as novas tecnologias, trabalhos, computador. Então, eu acho que é mais voltado nessa parte mesmo, a dificuldade e também como sendo mãe, esposa, e já também no meu primeiro ano já tive essa oportunidade de estar empregada, que a gente tem o respaldo de lei que nos permite a já fazer parte da profissão como professora indígena. A dificuldade foi em ter que se adaptar aos horários, aos horários de casa, aos horários de trabalho, aos horários de estudo, então é uma vida de correria. Uma questão mesmo de ter uma rotina, um horário para cada coisa e assim a gente segue dando conta de casa, de ser mãe, de dar o melhor a cada dia no nosso emprego.

5) Na sua visão, a universidade e os professores estão preparados para receber e trabalhar com estudantes indígenas? Por quê?

Na minha opinião, quanto à universidade, eu tive professores altamente eficientes, altamente preparados para receber e trabalhar conosco estudantes indígenas, pois os professores, os que eu tive, sempre estavam dispostos a tirar dúvidas, a focar nas dificuldades que eu tinha na sala de aula, enquanto a trabalhos, enquanto ao conteúdo. Então, o Unisagrado me proporcionou mais essa confiança enquanto relacionado a professores e espaço mesmo. Foi bastante legal esse convívio, a vivência que a gente teve, as oportunidades, que sempre que tinha essa abertura de poder falar, de poder colocar, um pouco o lado da visão e da cultura indígena, eu colocava todos os trabalhos que davam para ter uma temática relacionada aos povos indígenas, eu sempre buscava levar esses temas na sala de aula. Tive também colegas, amigos que abraçaram essa causa também, fortemente viam esse potencial, essa importância de levar para os conteúdos, para os trabalhos, as demandas, os assuntos relacionados ao povos indígenas também.

6) Na sua opinião, como você avalia (vê) a sua comunicação com os(as) professores na época do seu curso? E como era a comunicação deles com você?

Minha comunicação com os professores era muito boa. Quando eu tinha alguma dúvida, eu ia lá perguntar, eles sempre estavam dispostos a tirar dúvidas via WhatsApp também, mensagem, eles sempre estavam dispostos a colaborar, tirando as dúvidas que eu tinha. Então, a gente tinha uma comunicação muito positiva com os professores na época de curso, porque também teve a pandemia, que ficamos também um período ali afastado de contato físico, no modo síncrono, assíncrono, as aulas, assim eram então, a gente teve também mais essa dificuldade também de poder trabalhar, já que nas comunidades a gente tem um déficit de internet e de sinal. Então, essa também foi uma das dificuldades que a gente também encontrou. Mas os professores sempre estavam dispostos a nos entender quando a gente não conseguia assistir uma aula, quando a gente tinha uma dificuldade de transporte também, então a gente sempre buscava uma solução para ambas as partes que fosse melhor para ambas as partes.

7) Na sua opinião, como você avalia (vê) a comunicação da universidade com os estudantes indígenas na época em que realizou o curso? Por quê?

Já é da comunicação da, enquanto universidade, com os estudantes indígenas, também é muito importante, já que a gente conta até hoje com a mediação do professor Cleiton. É uma pessoa que a gente aprendeu a gostar muito, a gente aprendeu a sempre levar as nossas

demandas, as nossas dificuldades e fazer mesmo essa mediação de universidade, estudantes e comunidades. E ele foi, a gente sempre cita ele, eu sempre cito ele muito da importância do papel que ele exerce entre universidade e comunidade, já que ele ouve muito o nosso lado, quais são as nossas prioridades de curso, qual é a demanda que a comunidade tem em relação a cursos, quais são as dificuldades, faz o cursinho. No último ano, a gente teve o vestibular na própria comunidade também, que é uma conquista visando o bem estar desses alunos, candidatos indígenas. Então, é uma comunicação também importantíssima que ainda acontece desde o período que eu entrei e até hoje ainda acontece essa mediação bastante positiva que ele também sempre tenta levar a cultura para dentro da universidade e isso também é uma alegria para nós vermos a importância que nós temos para a universidade.

8) Você acredita que o(a) estudante indígena deve cursar uma universidade? Por quê?

Eu não só acredito que o estudante indígena deve cursar uma faculdade, como também ele sim é capaz de cursar uma universidade, independentemente do curso, se é um curso que talvez seja impossível na visão dos jovens, desse adolescente que vai entrar nessa profissão que seja um sonho dele. Ele deve, sim, não só para o lado profissional, mas também para alcançar com o seu próprio mérito. Eu sempre toco nessa mesma tecla de que que nós somos capazes de alcançar vários lugares. Muitas vezes, além do que pensamos que somos capazes. Hoje, a gente tem as nossas “armas” de sucesso, que não são o nosso lado cultural, que é muito rico, e a inteligência que nós possuímos e o estudante deve cursar uma universidade para trazer benefícios para a sua própria comunidade. Muitas comunidades se vêem hoje em déficit de profissionais atuando na sua própria comunidade. São indígenas, não indígenas, que atuam na própria comunidade. Então, se faz essa necessidade de ter profissionais voltados com a demanda das comunidades, professores, enfermeiros, dentista, médico, advogado e tantas outras diversas profissões que as comunidades ainda necessitam, e é por isso também que na escola indígenas sempre instigamos em nossos alunos indígenas para exercer profissões que beneficia suas próprias comunidades.

9) Você tem alguma sugestão para melhorar o processo de educação ou de comunicação da universidade com os(as) estudantes indígenas?

E a sugestão que eu tenho para melhorar o processo de educação ou comunicação entre universidades e estudantes indígenas, talvez seriam mais práticas, mais vivências mesmo dentro

das nossas comunidades, visitação, rodas de conversa, vivências mesmo das nossas práticas, das nossas culturas, para ter esse melhor entendimento entre culturas, porque é uma visão além da sala de aula, além do próprio conhecimento do professor. Então, precisamos ainda mais ser ouvidos. Necessitamos de que as nossas vozes alcancem mais pessoas, mais lugares, mais escolas, mais professores que são os agentes de troca de conhecimentos, de saberes.   importantíssimo a capacita o profissional desses professores que vão atuar com estudantes indígenas, porque o indígena tem um modo de vida diferente do não indígena, uma maneira de se comunicar, talvez, diferente dos outros alunos. Então, é mais nessa parte de trocas de saberes práticos mesmo de vivências, que eu acho que deve, fica aí como uma sugestão, mas sempre tivemos um excelente acolhimento dentro da universidade, dentro do espaço escolar mesmo de universidade, nunca tivemos nenhum aspecto negativo quanto a convivência nessa parte de espaço escolar,   só uma sugestão mesmo de prática e vivências dentro das próprias comunidades.

Nome: Arar 

Curso: Pedagogia

Idade: 35

Gênero: Masculino

Aldeia/Comunidade de vínculo: Nimuindaju

Ocupa o atual: Professor CGP / Escola indígena

1) Por que você decidiu fazer um curso universitário e qual foi a importância dele para você e para a sua comunidade? Conte sua história de vida.

É assim, bom. Primeiro, a gente, como toda criança, se espelha nos mais velhos. E eu sou de uma época em que o mundo veio mudando. A gente tinha um modo de vida, a gente teve que se adequar a outro. E a gente teve os espelhos também, pra mim, assim, um professor, n , que não indígena, que eu não me recordo muito bem se era pela FUNAI que eles trabalhavam dentro da comunidade, n , com o ensino que não era o tradicional indígena, o ensino convencional, e foi um dos espelhos pra mim. Com o tempo, já com a educa o indígena dentro da reserva, dentro das aldeias, eu fui indicado depois que, ao término do meu ensino médio, a professor das crianças da minha própria comunidade. De início foi espantoso para mim, bastante assustado, não sabia o que fazer, não sabia como agir, uma coisa assim, muito diferente do que eu estava acostumado, mas que depois eu abracei, n , abracei a causa ali com muita

ajuda dos demais que já estavam ali, né, o próprio Cacique deu um suporte muito grande e a vice-diretora, porque aqui a gente não tem diretor, tem vice, né, mas que também deu um suporte muito grande para isso. Eu entrei trabalhando com os alunos mais velhos dos anos da EJA, né? Então, uma etapa muito complicada na aprendizagem. Logo mais, eu comecei a trabalhar com as crianças aí, em torno do ensino fundamental, né, nos finais ali. É uma etapa mais tranquila para se trabalhar, porque eles já contêm uma aprendizagem, né, já tem um longo caminho, uma longa trajetória aí na educação, eles estão mais avançados. É a etapa da quinta série, no caso, da quinta à oitava série, que agora é o nono ano. Mas logo eu mudei de turmas, fui trabalhar com os anos iniciais, que é o de primeiro ao quinto ano atualmente. Uma etapa totalmente diferente da que eu estava acostumado já a trabalhar e isso eu me fez procurar uma... um curso, né, direcionado a essas crianças, né, dos anos iniciais, então, foi quando eu procurei o professor Clayton e pedi para ele se eu teria a oportunidade de estar participando do projeto, né, uma vez que, quando trabalhando com os anos finais, eu já tive uma oportunidade na Unesagrado, no curso de matemática. Eu caminhei, acho que um semestre, um ano, não me recordo bem, porque isso daí foi entre 2013 e 2014, mais ou menos, e não consegui caminhar devido à dificuldade mesmo.

Eu escolhi pedagogia devido a eu estar trabalhando com as crianças mais pequenas já, né, então, é um curso que eu gostei demais, né, nessa segunda passagem pela UniSagrado, então, e a UniSagrado me abriu essa oportunidade pela segunda vez, eu falei, agora eu tenho que agarrar com as duas mãos e não deixar escapar mais, né, e foi aí que eu fui até o final do sou muito grato a tudo, a Unesagrado pela segunda oportunidade, a própria aldeia por ter me designado ali, ou ter me escolhido como professor das crianças da minha própria comunidade. Então, foi essa minha trajetória, e o ano passado eu fui, eu fiquei muito feliz em estar concluindo a pedagogia.

2) Depois de concluir a sua formação universitária, o que mudou na sua vida e na vida da sua comunidade?

Acredito que não só por conta lógica, você tem um peso a mais, né? Você tem uma formação, então assim, você é visto como, digamos, é igual a gente olhar para um médico, um doutor, sei lá, alguma coisa assim, você vê a como uma figura muito importante, né? Pra mim, tem essa visão também, mas assim, eu já sou uma pessoa que, digamos assim, eu já sou uma figura carimbada na comunidade por conta de trabalhar com o cacique, eu sou também liderança junto com ele, né? E dentro da comunidade, não só enquanto professor dentro da escola, mas

dentro da comunidade, eu sempre me esforcei ao máximo para ser um espelho, não só para os alunos, mas para toda a comunidade. E assim, eu tenho um grande respeito do pessoal da comunidade também, e principalmente das crianças. Eu tenho um primo meu, que eu não dou aula para ele, mas assim, ele estuda à tarde e eu acompanho essas turmas, tanto de manhã quanto à tarde. E um dia a gente fez uma brincadeira, eu participei com a professora, a gente brincou com eles e teve uma pergunta assim, o que você quer ser quando você crescer? Ele olhou pra mim, que a gente chama Limboéá, né, na língua, Limboéá, que é o professor. Ele falou, Limboéá Gleidson, eu queria ser você, né? Aí a professora perguntou pra ele por quê. Ele falou, não, porque o Limboéá, ele é de respeito, né, e ele é formado, e é uma pessoa que eu gostaria de ser também. Então, assim, é algo que... Muito gratificante, né? Demais, demais. Então, é algo que motiva a gente cada vez mais, né? estudos e tudo mais, e aí me fez partir para essa outra etapa, né, de fazer uma pós em psicopedagogia.

3) Você acredita que o ensino superior contribuiu para a valorização de sua cultura e sua empregabilidade?

Sim, contribui para tudo, né? Não só para a questão do emprego, mas a questão da vida, ela muda, né? A própria rotina, você é mais visado, né? Para muitas coisas, né? E na comunidade também, a vivência, né? A gente é professor, né? Eu ser professor, ligado à comunidade. tem uma mudança aí relacionada a tudo isso, né, com a formação aí.

4) Você teve alguma dificuldade durante o seu curso universitário? Qual foi?

Ah, sim. Eu acredito que a maior dificuldade é você se, primeiro, se adequar ao modo de estudo, né, ao modo de estudo. Outra dificuldade aí é você sair dessa zona de conforto, né, ou esse choque de realidade onde você tá mais acostumado à sua convivência aí, né. A gente, digamos, a gente tem um mundo onde a gente que é o mundo que a gente conhece, e esse mundo é um outro mundo que você tem que explorar, é onde você vai conviver com pessoas que você não conhece, né, você vai conhecer ao decorrer, ao longo do curso, é um outro mundo diferente, né, e principalmente você vai aprender a trabalhar com a oralidade, né, a oratória, e que você precisa tá trabalhando no meio do pessoal, que o mundo do não indígena, ele já é esse mundo. Pra nós não, nós temos um outro mundo diferente, então você tem que sair dessa bolha que a gente vive e para partir para esse mundo aberto aí, que a gente precisa se adequar a ele. são algumas das dificuldades, né, entre outras, o próprio jeito de estudo, né, que você tem que se

debruçar nos estudos, tem vezes que você passa do horário, às vezes, estudando aí, né, e a gente aqui, para nós, a maioria dos universitários, eles já trabalham, principalmente na área da educação, então, né, por isso essa busca muito grande pela, pelos cursos da educação, mas tem outros também, né, curso de saúde, mas eles têm alguma ligação já com as suas áreas de escolha, então, assim, geralmente trabalham, né, até às 5, no máximo às 6, a condução já está passando na rodovia para levar o pessoal para a universidade, então, assim, é puxado, né, então, tudo isso a gente tem que se adequar, então, assim, eu encaro tudo isso como dificuldades, né, isso aí.

5) Na sua visão, a universidade e os professores estão preparados para receber e trabalhar com estudantes indígenas? Por quê?

Olha, uma grande maioria ali que, mesmo que talvez possa encontrar dificuldade, esforçam na melhor maneira possível. Dos que eu estudei, eu pude acompanhar aí. Lógico que você tem aqueles que conseguem dar mais atenção devido, talvez, à disciplina que eles atuam, que conseguem dar mais ênfase à questão para a gente, por exemplo. Mas o indígena é, digamos assim, um ser diferenciado. Porém, o mundo que a gente vive, para mim, por exemplo, serviu muito essa questão. de sair da minha zona de conforto, de poder estar conhecendo um outro mundo paralelo ao meu, que eu estava acostumado a viver, sair da minha zona de conforto. Então, assim, para mim foi bom, mesmo que teve professor, por exemplo, que pode ser que não tenha conseguido atingir o seu objetivo em relação a nós indígenas, porque dentro da sala, a gente entende que não tem só nós ali, tem vários colegas ali, cada um com, de algum lugar diferente, né? Eu, por exemplo, estudei com os colegas que eram da África, né? Então, Moçambique. Então, assim, são totalmente culturas diferentes, né? Então, imagina que o professor lidar com tudo isso. Então, acredito que em questão de preparação, se for específico para indígena, né? É mais mas você pensar dentro de uma sala de aula, no qual você tem que dar conta do conteúdo, né, e dar conta que o aluno aprenda, eu acredito que, assim, foi, conseguiram, os professores conseguiram atender, né, a necessidade. Agora, se for para indígena próprio, né, aí já é mais difícil, mais complicado.

6) Na sua opinião, como você avalia (vê) a sua comunicação com os(as) professores na época do seu curso? E como era a comunicação deles com você?

Uma vez entrando até em uma conversa, acho que eu acredito que foi com a Prof Flávia,

Ariello, ela comentou comigo que um dos alunos, já que já haviam passado pela disse algo assim que é muito relevante, a questão da língua portuguesa, que virou uma língua única, onde você consegue se comunicar com vários povos aí, sem ter algum problema. Porque eu disse pra ela que nós, por exemplo, nós do povo Guarani-Niandela, a gente tem os parentes próximos na língua, que são a Guarani, mas que a gente quase não conversa na língua por conta de ter algumas diferenças, então a gente tem medo de conversar na língua com eles e chatear alguém de repente, né, então a gente tem esse receio, né, por mais que a língua seja parecida. E ela relatou isso que um ex-aluno, no caso, né, já finalizou, inclusive ele é da aldeia do Davi, e ele falou, falou que a língua portuguesa, né, foi ruim, porque assim, afastou um pouco a dos indígenas, né, mas também foi bom para você ter uma comunicação com todos os povos aí. Então, a gente se comunicava bem, eu com os professores, né, da minha parte, assim, sempre procurei, sempre que procurei fui atendido, então, essa questão de comunicação comigo, assim, não teve nenhum problema.

7) Na sua opinião, como você avalia (vê) a comunicação da universidade com os estudantes indígenas na época em que realizou o curso? Por quê?

Olha, acredito que também na universidade, né, enquanto, por exemplo, secretaria, essas questões aí, Às vezes poderia dar uma atrasadinha ou outra, né? Mas sempre tava dando ali o feedback pra gente também. O único problema que teve foi mais quando tava a pandemia, né? Acredito que o sistema sobrecarregou porque todo mundo tava remoto, né? E quando tava essa passagem aí, principalmente do Sílabus, né? Pro Connect. aí atrapalhou bastante, aí teve, a gente teve bastante problema em relação à instituição nesse sentido, né, porque a gente precisava fazer uma visita virtual, por exemplo, na biblioteca, essas questões aí, então, teve todo esse problema, acabava travando, então, teve alguns problemas de tarefa até, né, mas os professores também entenderam que não era culpa nossa, então, mas foi mais isso daí, né, a questão das pessoas que trabalham ali também, sempre atenderam bem, que tiveram os seus tempos para poder estar ali respondendo alguma coisa para a gente também, dando retorno, a gente sempre teve esse retorno, tirando esse problema que vinha disso do período de pandemia, esse período de transferência, de sílabos para conecte.

8) Você acredita que o(a) estudante indígena deve cursar uma universidade? Por quê?

Com Certeza! Hoje, na verdade, se faz necessário, né? O indígena ele se apropriar dos

estudos também, né? A gente A gente tem a cultura diferente apenas, né? Nós somos seres humanos também, né? E necessitamos dessa habilidade que o mundo impõe pra gente, né? Então a gente precisa desse aprendizado também. Então, assim, é de extrema importância que o indígena faça a universidade, né? Ele cursa aí a universidade, e a gente, hoje, a gente fica muito contente, né, eu falando, por exemplo, enquanto liderança, eu vejo na minha comunidade, hoje, nós estamos com seis universitários na UniSagrado, né, só da minha comunidade, os que não estão pela bolsa, é devido ao incentivo, né, a esse grande espelho que a gente estava conversando na questão anterior ali, tem alunos que quase sem ter condição, eles ingressaram pagando, né, isso para fazer o curso na UniSagrado, né? Então, assim, é muito, muito gratificante só o fato de eles se interessarem, né, da cursando na universidade, e assim, a gente tem espaços, né, que nós precisamos ocupar, mas que, para a gente dar conta de tudo isso, é necessário que a gente tenha esse estudo, né, cada um na sua área, ou na sua área de escolha aí, ou a área necessária, porque hoje em dia também a gente vê a necessidade. Então, às vezes a gente precisa entrar num curso que você precisa, no caso, a necessidade ela impõe isso, né, então tem essas questões, tem o gosto, que a pessoa gosta, né, que ela quer fazer, mas também tem a necessidade, né. Então, de extrema importância que os indígenas se formem em uma universidade.

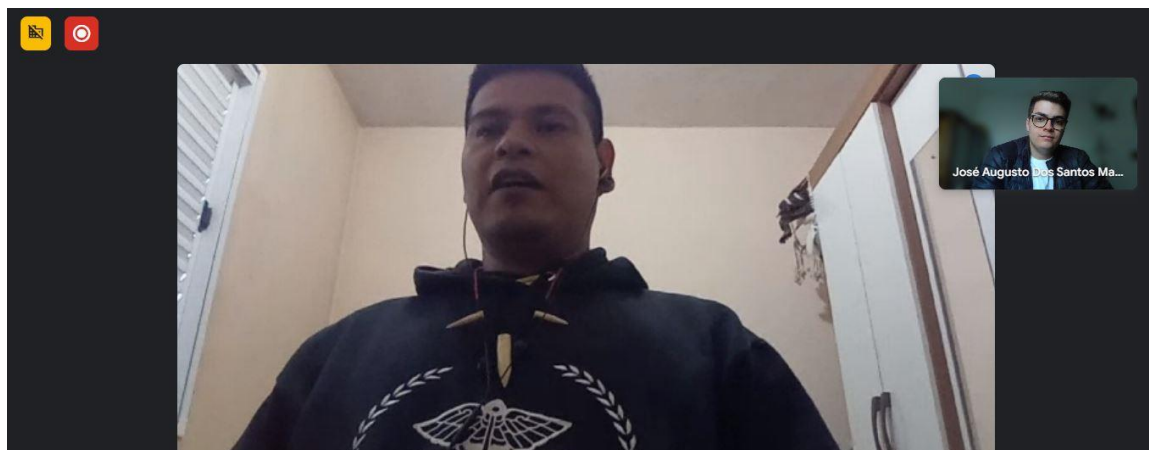
9) Você tem alguma sugestão para melhorar o processo de educação ou de comunicação da universidade com os(as) estudantes indígenas?

Na verdade, é difícil falar nessa questão de melhoria, por conta que a universidade, ela estende a mão pra gente, né? Então, esse é o mais complicado. Mas, assim, se for falar de melhoria, acredito que eles conseguiram fazer até aqui, né? Já, para mim, para mim, por exemplo, já é de grande, de grande valia, né? Em relação a essa união universidade e reserva, né? Se fosse para melhorar isso daí, seria algo mais voltado para indígena mesmo, mas assim, aí deixa de ser a instituição no caso, né? Deixa de ser a universidade, ela vira, teria que ser mais voltada ao indígena, então assim, e como eu disse na outra resposta lá, a gente tá num mundo, né? que ele exige da gente também essa questão de ser como um não indígena, por exemplo, essa vivência. Não tem jeito, a gente não vai fugir disso, a tendência é cada vez mais isso ficar mais forte, e nós, enquanto indígenas, temos que lutar para manter o que nós temos. as nossas crenças, a nossa cultura no geral, né? Então, em partes, o que eles conseguirem adaptar pra gente vai ser, lógico, vai ser de grande ajuda, né? E o que não conseguir, a gente também tem que se adaptar, não tem outro jeito, né? Se a gente quer não, a gente tem que participar dessa

vivência, desse mundo que tá aí, a gente tem que se adequar também, não tem jeito, né? Então, assim, questão de... de sugestão, assim, eu não vejo uma que falar, não, essa é que vai... vai sanar todas as dificuldades, não tem, né? É uma questão de hora a hora a universidade consegue fazer algo por nós e hora que não conseguir, a gente tem as coisas pelas nossas próprias pernas, né, então acredito que é assim, não tem jeito, né, já que a universidade, ela não é uma universidade indígena, né, isso que a gente tem que deixar bem claro, então por isso que eu tô dizendo que fica difícil você cravar uma sugestão, assim, específica, não tem.

Quero agradecer a você pelo convite. Obrigado pelos elogios. A gente fica muito feliz. E assim, o meu pensamento é deixar a criança também, o futuro jovem de amanhã, a parte da realidade. Não adianta a gente ficar camuflando o mundo das crianças, não vai adiantar. Depois a gente pode sofrer mais ainda, porque você vai ver aquele seu parente ali que você tanto cuidou, e se deparar com uma realidade muito complicada, Então, por isso que eu acredito que não adianta você camuflar nada. Tem que mostrar a realidade do jeito que ela é, né? E enfatizar a importância de nós, seres indígenas, em manter o que nós temos. E mostrar esses dois mundos aí pra eles que não tem jeito, né? Tá aí, principalmente depois que entrou esse mundo capitalista, onde o que manda é o dinheiro, não tem jeito. Não tem jeito, né? Hoje você, até entrar numa comunidade, você vê que se faz necessário, inclusive, você ter... Hoje, por exemplo, eu tô falando com você pelo tablet aqui, né? E o meu celular tá lá no alto, roteando pra melhorar o sinal. Então, assim, é a tecnologia, né? Tá aí. Então, se você perguntar, por exemplo, pra qualquer indígena dentro da comunidade, você vai ver que tem pelo menos um celular, né? Então, celular e um computador aí, um notebook, ele se faz muito necessário. a tecnologia tá aí, a inovação, e tá nesse mundo aí que não é o nosso, por exemplo, o mais que hoje já tá fazendo parte, então não adianta você camuflar essa vivência das crianças que estão aí. Vai ser muito utilizado, você vê, por exemplo, na rede, vou te dar um exemplo, a própria rede hoje, de ensino, ela criou um aplicativo que chama CMSP, que é o Centro de Mídia do Estado de São Paulo, onde todas as crianças de São Paulo do estado de São Paulo, ele tem acesso a um aplicativo onde tem muitas plataformas lá que você tem que dar conta. Então, assim, é a evolução, né? Então, e a criança tá nesse meio, né? Ao que a gente batalha bastante pra que ela cresça com esse pensamento, mesmo que o pensamento que a gente tem, principalmente de preservar o que nós já temos, né? Então, e tentar acompanhar esse mundo que não é nosso, mas que nós estamos fazendo parte dele também. e isso não vai mudar.

Figura 7: Entrevista com Ararê



Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **COMUNICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E SUA RELAÇÃO COM AÇÕES AFIRMATIVAS DE INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS**

Nesta pesquisa pretendemos analisar a comunicação desenvolvida por instituições de ensino superior públicas identificando os princípios que fundamentam a relação entre sua responsabilidade social e a inserção e permanência dos estudantes indígenas no ensino superior. O motivo que nos leva a estudar é compreender que para as instituições Públicas, apenas transmitir informações, não representa de fato a eficácia de uma comunicação que garanta um relacionamento, onde as questões de interesse público, em especial dos povos indígenas, deve ser assegurada de forma a proporcionar uma comunicação democrática e participativa e principalmente atenda às suas necessidades. Para esta pesquisa serão adotados os seguintes procedimentos: no presente estudo serão realizadas algumas etapas fundamentais, em um primeiro momento a realização de pesquisa bibliográfica na obtenção de material teórico, e posteriormente a pesquisa qualitativa por meio de entrevista em profundidade com os representantes de Instituições de Ensino Superior Públicas. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em não conseguir contato com as IES para prosseguimento da pesquisa e para evitar ou reduzir os riscos o maior número de IES está sendo contatada por meio de diversas estratégias em seus meios de comunicação oficiais. A pesquisa contribuirá para auxiliar Instituições de Ensino Superior a se relacionarem de forma mais assertiva, igualitária, eficaz e harmônica com os povos indígenas.

Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito a indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado (a) de forma particular e individual em nenhuma publicação dos resultados da pesquisa.

Este termo de consentimento encontra-se em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao Sr. (a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde) e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), utilizando as informações somente

para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, Bruno Siberico, portador do documento de Identidade 8082094718/SJS-RS fui informado (a) dos objetivos da pesquisa COMUNICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E SUA RELAÇÃO COM AÇÕES AFIRMATIVAS DE INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Caso seja necessário o contato imediato com o(a) pesquisador(a) da pesquisa para esclarecer dúvidas ou relatar algo sobre os procedimentos recebidos durante ou após a pesquisa, entrar em contato com José Augusto dos Santos Magalhães pelos meios:
Endereço residencial: Rua Antonio Garcia 1545- Bauru-SP

Contato eletrônico: jose.as.magalhaes@unesp.br

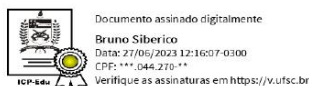
Contato telefônico: (18) 996357938

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Florianópolis, 27 de junho de 2023.

Nome do(a) participante da pesquisa: Bruno Siberico

Assinatura do(a) participante:



Data: 27/06/2023

Nome do(a) pesquisador(a) responsável: José Augusto dos Santos Magalhães

Assinatura do(a) pesquisador(a):

Assinado de forma digital por JOSE
AUGUSTO DOS SANTOS
MAGALHAES:43369776820
Dados: 2023.06.29 12:28:08 -03'00'

Data: 27/06/2023

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **COMUNICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E SUA RELAÇÃO COM AÇÕES AFIRMATIVAS DE INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS**

Nesta pesquisa pretendemos analisar a comunicação desenvolvida por instituições de ensino superior públicas identificando os princípios que fundamentam a relação entre sua responsabilidade social e a inserção e permanência dos estudantes indígenas no ensino superior. O motivo que nos leva a estudar é compreender que para as instituições Públicas, apenas transmitir informações, não representa de fato a eficácia de uma comunicação que garanta um relacionamento, onde as questões de interesse público, em especial dos povos indígenas, deve ser assegurada de forma a proporcionar uma comunicação democrática e participativa e principalmente atenda às suas necessidades. Para esta pesquisa serão adotados os seguintes procedimentos: no presente estudo serão realizadas algumas etapas fundamentais, em um primeiro momento a realização de pesquisa bibliográfica na obtenção de material teórico, e posteriormente a pesquisa qualitativa por meio de entrevista em profundidade com os representantes de Instituições de Ensino Superior Públicas. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em não conseguir contato com as IES para prosseguimento da pesquisa e para evitar ou reduzir os riscos o maior número de IES está sendo contatada por meio de diversas estratégias em seus meios de comunicação oficiais. A pesquisa contribuirá para auxiliar Instituições de Ensino Superior a se relacionarem de forma mais assertiva, igualitária, eficaz e harmônica com os povos indígenas.

Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito a indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado (a) de forma particular e individual em nenhuma publicação dos resultados da pesquisa.

Este termo de consentimento encontra-se em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao Sr. (a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde) e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), utilizando as informações somente

para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, Mirella Villa, portadora do documento de Identidade 821058 SSP/MS fui informado (a) dos objetivos da pesquisa COMUNICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E SUA RELAÇÃO COM AÇÕES AFIRMATIVAS DE INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Caso seja necessário o contato imediato com o(a) pesquisador(a) da pesquisa para esclarecer dúvidas ou relatar algo sobre os procedimentos recebidos durante ou após a pesquisa, entrar em contato com José Augusto dos Santos Magalhães pelos meios:

Endereço residencial: Rua Antonio Garcia 1545- Bauru-SP

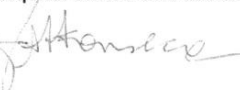
Contato eletrônico: jose.as.magalhaes@unesp.br

Contato telefônico: (18) 996357938

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Campo Grande, 26 de junho de 2023.

Nome do(a) participante da pesquisa: Mirella Villa de Araujo Tucunduva da Fonseca

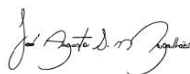
Assinatura do(a) participante: 

Data: 26/06/2023

Nome do(a) pesquisador(a) responsável: José Augusto dos Santos Magalhães

Assinatura do(a) pesquisador(a):

Data: 19/06/2023



Assinado de forma digital por JOSE
AUGUSTO DOS SANTOS
MAGALHAES43369776820
Dados: 2023.06.29 12:28:44 -03'00'

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **COMUNICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E SUA RELAÇÃO COM AÇÕES AFIRMATIVAS DE INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS**

Nesta pesquisa pretendemos analisar a comunicação desenvolvida por instituições de ensino superior públicas identificando os princípios que fundamentam a relação entre sua responsabilidade social e a inserção e permanência dos estudantes indígenas no ensino superior. O motivo que nos leva a estudar é compreender que para as instituições Públicas, apenas transmitir informações, não representa de fato a eficácia de uma comunicação que garanta um relacionamento, onde as questões de interesse público, em especial dos povos indígenas, deve ser assegurada de forma a proporcionar uma comunicação democrática e participativa e principalmente atenda às suas necessidades. Para esta pesquisa serão adotados os seguintes procedimentos: no presente estudo serão realizadas algumas etapas fundamentais, em um primeiro momento a realização de pesquisa bibliográfica na obtenção de material teórico, e posteriormente a pesquisa qualitativa por meio de entrevista em profundidade com os representantes de Instituições de Ensino Superior Públicas. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em não conseguir contato com as IES para prosseguimento da pesquisa e para evitar ou reduzir os riscos o maior número de IES está sendo contatada por meio de diversas estratégias em seus meios de comunicação oficiais. A pesquisa contribuirá para auxiliar Instituições de Ensino Superior a se relacionarem de forma mais assertiva, igualitária, eficaz e harmônica com os povos indígenas.

Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito a indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado (a) de forma particular e individual em nenhuma publicação dos resultados da pesquisa.

Este termo de consentimento encontra-se em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao Sr. (a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde) e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), utilizando as informações somente

para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, Nathalia Savione Machado com portador do documento de Identidade nº 06736633613fui informado (a) dos objetivos da pesquisa COMUNICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E SUA RELAÇÃO COM AÇÕES AFIRMATIVAS DE INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Caso seja necessário o contato imediato com o(a) pesquisador(a) da pesquisa para esclarecer dúvidas ou relatar algo sobre os procedimentos recebidos durante ou após a pesquisa, entrar em contato com José Augusto dos Santos Magalhães pelos meios:
Endereço residencial: Rua Antonio Garcia 1545- Bauru-SP

Contato eletrônico: jose.as.magalhaes@unesp.br

Contato telefônico: (18) 996357938

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Curitiba, 29 de Junho de 2023 .

Nome do(a) participante da pesquisa: Nathalia Savione Machado

Assinatura do(a) participante:

Documento assinado digitalmente
gov.br NATHALIA SAVIONE MACHADO
Data: 29/06/2023 17:11:09 -0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Data: 29/06/2023

Nome do(a) pesquisador(a) responsável: José Augusto dos Santos Magalhães

Assinatura do(a) pesquisador(a):

Assinado de forma digital por JOSE
AUGUSTO DOS SANTOS
MAGALHAES:43369776820
Dados: 2023.06.29 17:46:03 -03'00'

Data: 29/06/2023

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa COMUNICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E SUA RELAÇÃO COM AÇÕES AFIRMATIVAS DE INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS

Nesta pesquisa pretendemos analisar a comunicação desenvolvida por instituições de ensino superior públicas identificando os princípios que fundamentam a relação entre sua responsabilidade social e a inserção e permanência dos estudantes indígenas no ensino superior. O motivo que nos leva a estudar é compreender que para as instituições Públicas, apenas transmitir informações, não representa de fato a eficácia de uma comunicação que garanta um relacionamento, onde as questões de interesse público, em especial dos povos indígenas, deve ser assegurada de forma a proporcionar uma comunicação democrática e participativa e principalmente atenda às suas necessidades. Para esta pesquisa serão adotados os seguintes procedimentos: no presente estudo serão realizadas algumas etapas fundamentais, em um primeiro momento a realização de pesquisa bibliográfica na obtenção de material teórico, e posteriormente a pesquisa qualitativa por meio de entrevista em profundidade com os representantes de Instituições de Ensino Superior Públicas. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em não conseguir contato com as IES para prosseguimento da pesquisa e para evitar ou reduzir os riscos o maior número de IES está sendo contatada por meio de diversas estratégias em seus meios de comunicação oficiais. A pesquisa contribuirá para auxiliar Instituições de Ensino Superior a se relacionarem de forma mais assertiva, igualitária, eficaz e harmônica com os povos indígenas.

Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito a indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado (a) de forma particular e individual em nenhuma publicação dos resultados da pesquisa.

Este termo de consentimento encontra-se em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao Sr. (a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde) e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____ com portador (a) do documento de Identidade nº _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa COMUNICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E SUA RELAÇÃO COM AÇÕES AFIRMATIVAS DE INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Caso seja necessário o contato imediato com o(a) pesquisador(a) da pesquisa para esclarecer dúvidas ou relatar algo sobre os procedimentos recebidos durante ou após a pesquisa, entrar em contato com José Augusto dos Santos Magalhães pelos meios:
Endereço residencial: Rua Antonio Garcia 1545- Bauru-SP

Contato eletrônico: jose.as.magalhaes@unesp.br

Contato telefônico: (18) 996357938

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Campinas, 04 de Agosto de 2023.

Nome do(a) participante da pesquisa:

Assinatura do(a) participante:

Data: 09/08/2023

Nome do(a) pesquisador(a) responsável: José Augusto dos Santos Magalhães

Assinatura do(a) pesquisador(a):

Data: ____/08/2023

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **COMUNICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E SUA RELAÇÃO COM AÇÕES AFIRMATIVAS DE INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS**

Nesta pesquisa pretendemos analisar a comunicação desenvolvida por instituições de ensino superior públicas identificando os princípios que fundamentam a relação entre sua responsabilidade social e a inserção e permanência dos estudantes indígenas no ensino superior. O motivo que nos leva a estudar é compreender que para as instituições Públicas, apenas transmitir informações, não representa de fato a eficácia de uma comunicação que garanta um relacionamento, onde as questões de interesse público, em especial dos povos indígenas, deve ser assegurada de forma a proporcionar uma comunicação democrática e participativa e principalmente atenda às suas necessidades. Para esta pesquisa serão adotados os seguintes procedimentos: no presente estudo serão realizadas algumas etapas fundamentais, em um primeiro momento a realização de pesquisa bibliográfica na obtenção de material teórico, e posteriormente a pesquisa qualitativa por meio de entrevista em profundidade com os representantes de Instituições de Ensino Superior Públicas. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em não conseguir contato com as IES para prosseguimento da pesquisa e para evitar ou reduzir os riscos o maior número de IES está sendo contatada por meio de diversas estratégias em seus meios de comunicação oficiais. A pesquisa contribuirá para auxiliar Instituições de Ensino Superior a se relacionarem de forma mais assertiva, igualitária, eficaz e harmônica com os povos indígenas.

Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito a indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá rebrar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado (a) de forma particular e individual em nenhuma publicação dos resultados da pesquisa.

Este termo de consentimento encontra-se em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao Sr. (a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde) e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, Tiago de Oliveira com portador (a) do documento de identidade nº 4256576-1 fui informado (a) dos objetivos da pesquisa: COMUNICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E SUA RELAÇÃO COM AÇÕES AFIRMATIVAS DE INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Caso seja necessário o contato imediato com o(a) pesquisador(a) da pesquisa para esclarecer dúvidas ou relatar algo sobre os procedimentos recebidos durante ou após a pesquisa, entrar em contato com José Augusto dos Santos Magalhães pelos meios:
Endereço residencial: Rua Antonio Garcia 1545- Bauru-SP

Contato eletrônico: jose.as.magalhaes@unesp.br

Contato telefônico: (18) 996357938.

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

P. B. SILVA 17 de Agosto de 2023.

Nome do(a) participante da pesquisa: Tiago de Oliveira

Assinatura do(a) participante: [Assinatura]

Data: 17/08/2023

Nome do(a) pesquisador(a) responsável: José Augusto dos Santos Magalhães

Assinatura do(a) pesquisador(a):

Data: 17/08/2023

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa COMUNICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E SUA RELAÇÃO COM AÇÕES AFIRMATIVAS DE INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS

Nesta pesquisa pretendemos analisar a comunicação desenvolvida por instituições de ensino superior públicas identificando os princípios que fundamentam a relação entre sua responsabilidade social e a inserção e permanência dos estudantes indígenas no ensino superior. O motivo que nos leva a estudar é compreender que para as instituições Públicas, apenas transmitir informações, não representa de fato a eficácia de uma comunicação que garanta um relacionamento, onde as questões de interesse público, em especial dos povos indígenas, deve ser assegurada de forma a proporcionar uma comunicação democrática e participativa e principalmente atenda às suas necessidades. Para esta pesquisa serão adotados os seguintes procedimentos: no presente estudo serão realizadas algumas etapas fundamentais, em um primeiro momento a realização de pesquisa bibliográfica na obtenção de material teórico, e posteriormente a pesquisa qualitativa por meio de entrevista em profundidade com os representantes de Instituições de Ensino Superior Públicas. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em não conseguir contato com as IES para prosseguimento da pesquisa e para evitar ou reduzir os riscos o maior número de IES está sendo contatada por meio de diversas estratégias em seus meios de comunicação oficiais. A pesquisa contribuirá para auxiliar Instituições de Ensino Superior a se relacionarem de forma mais assertiva, igualitária, eficaz e harmônica com os povos indígenas.

Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito a indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado (a) de forma particular e individual em nenhuma publicação dos resultados da pesquisa.

Este termo de consentimento encontra-se em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao Sr. (a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde) e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, *Jonise Nunes Santos*, portadora do documento de Identidade nº **2286586-1** fui informado a dos objetivos da pesquisa COMUNICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E SUA RELAÇÃO COM AÇÕES AFIRMATIVAS DE INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Caso seja necessário o contato imediato com o(a) pesquisador(a) da pesquisa para esclarecer dúvidas ou relatar algo sobre os procedimentos recebidos durante ou após a pesquisa, entrar em contato com José Augusto dos Santos Magalhães pelos meios:
Endereço residencial: Rua Antonio Garcia 1545- Bauru-SP

Contato eletrônico: jose.as.magalhaes@unesp.br

Contato telefônico: (18) 996357938

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Manaus (AM), 21 de Agosto de 2023.

Nome do(a) participante da pesquisa: **JONISE NUNES SANTOS**

Assinatura do(a) participante: *Jonise Nunes Santos*

Data: **21/08/2023**

Nome do(a) pesquisador(a) responsável: José Augusto dos Santos Magalhães

Assinatura do(a) pesquisador(a):

Data: ____/08/2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO

INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Orientações Gerais e Modelo indicado principalmente às pesquisas nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras, Artes e Engenharias.

Orientações ao pesquisador ou pesquisadora responsável.

1. O cabeçalho e o rodapé deste documento devem ser identificados pelo vínculo institucional do(a) proponente da pesquisa, havendo então referência à instituição (universidade/órgão/faculdade/programa de pós-graduação);
2. O **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/TCLE** é o documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa na qual se propõe participar;
3. Definição de "Consentimento Livre e Esclarecido" - anuência do participante da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após esclarecimento completo e pormenorizado sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar;
4. O **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido** deverá ser elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado(a) a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo(a) pesquisador(a) responsável, ou pela(s) pessoa(s) por ele delegada(s);
5. Em pesquisas envolvendo crianças, adolescentes, portadores de perturbação ou doença mental e pessoas em situação de substancial diminuição em suas capacidades de consentimento, o TCLE deverá ser assinado por seus representantes legais, sem suspensão do direito de informação dos indivíduos, no limite de sua capacidade, que devem confirmar sua anuência em **Termo de Assentimento Livre e Esclarecido/TALE** (*modelo disponível em outro arquivo*);
6. A seguir encontra-se à sua disposição uma sugestão de modelo para composição do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Adeque a redação do modelo sugerido e **remova as orientações ao(à) pesquisador(a) e os campos sinalizados em vermelho**.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você/Sr./Sra. (ou o/a seu filho/filha) está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada "A comunicação em instituições de ensino superior e sua relação com ações afirmativas de inserção e permanência de estudantes indígenas". Meu nome é José Augusto dos Santos Magalhães sou o(a) pesquisador(a) responsável e minha área de atuação é Relações Públicas, Comunicação e Ensino Superior. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao(a) pesquisador(a) responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) responsável(is), via e-mail jose.as.magalhaes@unesp.br e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (18) 996357938. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp, Campus de Bauru, São Paulo, pelo telefone (14)3103-4825.

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

Nesta pesquisa pretendemos analisar a comunicação desenvolvida pela instituição de ensino superior- Centro Universitário Sagrado Coração, identificando os princípios que fundamentam a relação entre sua responsabilidade social e a inserção e permanência dos estudantes indígenas no ensino superior. O motivo que nos leva a estudar é compreender que para as instituições, apenas transmitir informações, não representa de fato a eficácia de uma comunicação que garanta um relacionamento, onde as questões de interesse público, em especial dos povos indígenas, deve ser assegurada de forma a proporcionar uma comunicação democrática e participativa e principalmente atenda às suas necessidades. Para esta pesquisa serão adotados os seguintes procedimentos: no presente estudo serão realizadas algumas etapas fundamentais, em um primeiro momento a realização de pesquisa bibliográfica na obtenção de material teórico, e posteriormente a pesquisa qualitativa por meio de entrevista em profundidade com os estudantes indígenas, docentes e egressos da instituição. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em não conseguir contato com essas pessoas para prosseguimento da pesquisa e para evitar ou reduzir os riscos o maior número de pessoas está sendo contatada por meio de diversas estratégias em seus meios de comunicação oficiais. A pesquisa contribuirá para auxiliar Instituições de Ensino Superior a se relacionarem de forma mais assertiva, igualitária, eficaz e harmônica com os povos indígenas.

Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito a indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado (a) de forma particular e individual em nenhuma publicação dos resultados da pesquisa.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO

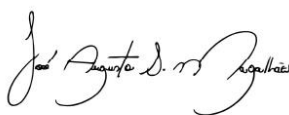
1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu, **Antonio Walter Ribeiro de Barros Junior** inscrito(a) sob o RG nº **18035373-1** SSP/SP CPF **101.642.888-05**, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “A comunicação em instituições de ensino superior e sua relação com ações afirmativas de inserção e permanência de estudantes indígenas”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) responsável José Augusto dos Santos Magalhães sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Bauru, 01 de maio de 2024

Documento assinado digitalmente
gov.br ANTONIO WALTER RIBEIRO DE BARROS JUNIOR
Data: 09/05/2024 01:27:39-0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Antonio Walter Ribeiro de Barros Junior



Assinado de forma digital por
JOSE AUGUSTO DOS SANTOS
MAGALHAES:43369776820
Dados: 2024.05.09 10:21:28
-03'00'

José Augusto dos Santos Magalhães pesquisador(a) responsável

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO

INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Orientações Gerais e Modelo indicado principalmente às pesquisas nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras, Artes e Engenharias.

Orientações ao pesquisador ou pesquisadora responsável.

1. O cabeçalho e o rodapé deste documento devem ser identificados pelo vínculo institucional do(a) proponente da pesquisa, havendo então referência à instituição (universidade/órgão/faculdade/programa de pós-graduação);
2. O **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/TCLE** é o documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa na qual se propõe participar;
3. Definição de "Consentimento Livre e Esclarecido" - anuência do participante da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após esclarecimento completo e pormenorizado sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar;
4. O **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido** deverá ser elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado(a) a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo(a) pesquisador(a) responsável, ou pela(s) pessoa(s) por ele delegada(s);
5. Em pesquisas envolvendo crianças, adolescentes, portadores de perturbação ou doença mental e pessoas em situação de substancial diminuição em suas capacidades de consentimento, o TCLE deverá ser assinado por seus representantes legais, sem suspensão do direito de informação dos indivíduos, no limite de sua capacidade, que devem confirmar sua anuência em **Termo de Assentimento Livre e Esclarecido/TALE** (*modelo disponível em outro arquivo*);
6. A seguir encontra-se à sua disposição uma sugestão de modelo para composição do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Adeque a redação do modelo sugerido e **remova as orientações ao(à) pesquisador(a) e os campos sinalizados em vermelho**.

ENDEREÇO E TELEFONE DA INSTITUIÇÃO A QUE O/A PESQUISADOR/A ESTÁ VINCULADO

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você/Sr./Sra. (ou o/a seu filho/filha) está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada "A comunicação em instituições de ensino superior e sua relação com ações afirmativas de inserção e permanência de estudantes indígenas". Meu nome é José Augusto dos Santos Magalhães sou o(a) pesquisador(a) responsável e minha área de atuação é Relações Públicas, Comunicação e Ensino Superior. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao(a) pesquisador(a) responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) responsável(is), via e-mail jose.as.magalhaes@unesp.br e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (18) 996357938. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp, Campus de Bauru, São Paulo, pelo telefone (14)3103-4825.

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

Nesta pesquisa pretendemos analisar a comunicação desenvolvida pela instituição de ensino superior- Centro Universitário Sagrado Coração, identificando os princípios que fundamentam a relação entre sua responsabilidade social e a inserção e permanência dos estudantes indígenas no ensino superior. O motivo que nos leva a estudar é compreender que para as instituições, apenas transmitir informações, não representa de fato a eficácia de uma comunicação que garanta um relacionamento, onde as questões de interesse público, em especial dos povos indígenas, deve ser assegurada de forma a proporcionar uma comunicação democrática e participativa e principalmente atenda às suas necessidades. Para esta pesquisa serão adotados os seguintes procedimentos: no presente estudo serão realizadas algumas etapas fundamentais, em um primeiro momento a realização de pesquisa bibliográfica na obtenção de material teórico, e posteriormente a pesquisa qualitativa por meio de entrevista em profundidade com os estudantes indígenas, docentes e egressos da instituição. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em não conseguir contato com essas pessoas para prosseguimento da pesquisa e para evitar ou reduzir os riscos o maior número de pessoas está sendo contatada por meio de diversas estratégias em seus meios de comunicação oficiais. A pesquisa contribuirá para auxiliar Instituições de Ensino Superior a se relacionarem de forma mais assertiva, igualitária, eficaz e harmônica com os povos indígenas.

Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito a indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado (a) de forma particular e individual em nenhuma publicação dos resultados da pesquisa.

ENDEREÇO E TELEFONE DA INSTITUIÇÃO A QUE O/A PESQUISADOR/A ESTÁ VINCULADO

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu, Cleiton José Senem, inscrito(a) sob o RG/ CPF 029.602.599-20, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “A comunicação em instituições de ensino superior e sua relação com ações afirmativas de inserção e permanência de estudantes indígenas”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) responsável José Augusto dos Santos Magalhães sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Bauru, 06 de maio de 2024

Documento assinado digitalmente
 **CLEITON JOSE SENEM**
Data: 06/05/2024 17:53:04-0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Nome e Assinatura do(a) participante



Assinado de forma digital por
JOSE AUGUSTO DOS SANTOS
MAGALHAES:43369776820
Dados: 2024.05.09 10:22:39
-03'00'

José Augusto dos Santos Magalhães pesquisador(a) responsável

ENDEREÇO E TELEFONE DA INSTITUIÇÃO A QUE O/A PESQUISADOR/A ESTÁ VINCULADO

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO

INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Orientações Gerais e Modelo indicado principalmente às pesquisas nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras, Artes e Engenharias.

Orientações ao pesquisador ou pesquisadora responsável.

1. O cabeçalho e o rodapé deste documento devem ser identificados pelo vínculo institucional do(a) proponente da pesquisa, havendo então referência à instituição (universidade/órgão/faculdade/programa de pós-graduação);
2. O **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/TCLE** é o documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa na qual se propõe participar;
3. Definição de "Consentimento Livre e Esclarecido" - anuência do participante da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após esclarecimento completo e pormenorizado sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar;
4. O **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido** deverá ser elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado(a) a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo(a) pesquisador(a) responsável, ou pela(s) pessoa(s) por ele delegada(s);
5. Em pesquisas envolvendo crianças, adolescentes, portadores de perturbação ou doença mental e pessoas em situação de substancial diminuição em suas capacidades de consentimento, o TCLE deverá ser assinado por seus representantes legais, sem suspensão do direito de informação dos indivíduos, no limite de sua capacidade, que devem confirmar sua anuência em **Termo de Assentimento Livre e Esclarecido/TALE** (*modelo disponível em outro arquivo*);
6. A seguir encontra-se à sua disposição uma sugestão de modelo para composição do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Adeque a redação do modelo sugerido e **remova as orientações ao(à) pesquisador(a) e os campos sinalizados em vermelho**.

ENDEREÇO E TELEFONE DA INSTITUIÇÃO A QUE O/A PESQUISADOR/A ESTÁ VINCULADO

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você/Sr./Sra. (ou o/a seu filho/filha) está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada "A comunicação em instituições de ensino superior e sua relação com ações afirmativas de inserção e permanência de estudantes indígenas". Meu nome é José Augusto dos Santos Magalhães sou o(a) pesquisador(a) responsável e minha área de atuação é Relações Públicas, Comunicação e Ensino Superior. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao(a) pesquisador(a) responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) responsável(is), via e-mail jose.as.magalhaes@unesp.br e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (18) 996357938. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp, Campus de Bauru, São Paulo, pelo telefone (14)3103-4825.

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

Nesta pesquisa pretendemos analisar a comunicação desenvolvida pela instituição de ensino superior- Centro Universitário Sagrado Coração, identificando os princípios que fundamentam a relação entre sua responsabilidade social e a inserção e permanência dos estudantes indígenas no ensino superior. O motivo que nos leva a estudar é compreender que para as instituições, apenas transmitir informações, não representa de fato a eficácia de uma comunicação que garanta um relacionamento, onde as questões de interesse público, em especial dos povos indígenas, deve ser assegurada de forma a proporcionar uma comunicação democrática e participativa e principalmente atenda às suas necessidades. Para esta pesquisa serão adotados os seguintes procedimentos: no presente estudo serão realizadas algumas etapas fundamentais, em um primeiro momento a realização de pesquisa bibliográfica na obtenção de material teórico, e posteriormente a pesquisa qualitativa por meio de entrevista em profundidade com os estudantes indígenas, docentes e egressos da instituição. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em não conseguir contato com essas pessoas para prosseguimento da pesquisa e para evitar ou reduzir os riscos o maior número de pessoas está sendo contatada por meio de diversas estratégias em seus meios de comunicação oficiais. A pesquisa contribuirá para auxiliar Instituições de Ensino Superior a se relacionarem de forma mais assertiva, igualitária, eficaz e harmônica com os povos indígenas.

Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito a indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado (a) de forma particular e individual em nenhuma publicação dos resultados da pesquisa.

ENDEREÇO E TELEFONE DA INSTITUIÇÃO A QUE O/A PESQUISADOR/A ESTÁ VINCULADO

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO

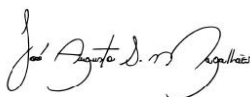
1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu, Flávia Santos Arielo, inscrito(a) sob o RG/ CPF21504489802, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado ""A comunicação em instituições de ensino superior e sua relação com ações afirmativas de inserção e permanência de estudantes indígenas". Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) responsável José Augusto dos Santos Magalhães sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Bauru, 16 de maio de 2024



Flávia Santos Arielo



Assinado de forma digital por JOSE
AUGUSTO DOS SANTOS
MAGALHAES:43369776820
Dados: 2024.05.16 15:07:24 -03'00'

José Augusto dos Santos Magalhães pesquisador(a) responsável

ENDEREÇO E TELEFONE DA INSTITUIÇÃO A QUE O/A PESQUISADOR/A ESTÁ VINCULADO

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO

INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Orientações Gerais e Modelo indicado principalmente às pesquisas nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras, Artes e Engenharias.

Orientações ao pesquisador ou pesquisadora responsável.

1. O cabeçalho e o rodapé deste documento devem ser identificados pelo vínculo institucional do(a) proponente da pesquisa, havendo então referência à instituição (universidade/órgão/faculdade/programa de pós-graduação);
2. O **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/TCLE** é o documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa na qual se propõe participar;
3. Definição de "Consentimento Livre e Esclarecido" - anuência do participante da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após esclarecimento completo e pormenorizado sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar;
4. O **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido** deverá ser elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado(a) a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo(a) pesquisador(a) responsável, ou pela(s) pessoa(s) por ele delegada(s);
5. Em pesquisas envolvendo crianças, adolescentes, portadores de perturbação ou doença mental e pessoas em situação de substancial diminuição em suas capacidades de consentimento, o TCLE deverá ser assinado por seus representantes legais, sem suspensão do direito de informação dos indivíduos, no limite de sua capacidade, que devem confirmar sua anuência em **Termo de Assentimento Livre e Esclarecido/TALE** (*modelo disponível em outro arquivo*);
6. A seguir encontra-se à sua disposição uma sugestão de modelo para composição do **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**. Adeque a redação do modelo sugerido e **remova as orientações ao(à) pesquisador(a) e os campos sinalizados em vermelho**.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

ENDEREÇO E TELEFONE DA INSTITUIÇÃO A QUE O/A PESQUISADOR/A ESTÁ VINCULADO

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO

Você/Sr./Sra. (ou o/a seu filho/filha) está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada "A comunicação em instituições de ensino superior e sua relação com ações afirmativas de inserção e permanência de estudantes indígenas". Meu nome é José Augusto dos Santos Magalhães sou o(a) pesquisador(a) responsável e minha área de atuação é Relações Públicas, Comunicação e Ensino Superior. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao(a) pesquisador(a) responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) responsável(is), via e-mail jose.as.magalhaes@unesp.br e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (18) 996357938. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp, Campus de Bauru, São Paulo, pelo telefone (14)3103-4825.

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

Nesta pesquisa pretendemos analisar a comunicação desenvolvida pela instituição de ensino superior- Centro Universitário Sagrado Coração, identificando os princípios que fundamentam a relação entre sua responsabilidade social e a inserção e permanência dos estudantes indígenas no ensino superior. O motivo que nos leva a estudar é compreender que para as instituições, apenas transmitir informações, não representa de fato a eficácia de uma comunicação que garanta um relacionamento, onde as questões de interesse público, em especial dos povos indígenas, deve ser assegurada de forma a proporcionar uma comunicação democrática e participativa e principalmente atenda às suas necessidades. Para esta pesquisa serão adotados os seguintes procedimentos: no presente estudo serão realizadas algumas etapas fundamentais, em um primeiro momento a realização de pesquisa bibliográfica na obtenção de material teórico, e posteriormente a pesquisa qualitativa por meio de entrevista em profundidade com os estudantes indígenas, docentes e egressos da instituição. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em não conseguir contato com essas pessoas para prosseguimento da pesquisa e para evitar ou reduzir os riscos o maior número de pessoas está sendo contatada por meio de diversas estratégias em seus meios de comunicação oficiais. A pesquisa contribuirá para auxiliar Instituições de Ensino Superior a se relacionarem de forma mais assertiva, igualitária, eficaz e harmônica com os povos indígenas.

Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito a indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado (a) de forma particular e individual em nenhuma publicação dos resultados da pesquisa.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

ENDEREÇO E TELEFONE DA INSTITUIÇÃO A QUE O/A PESQUISADOR/A ESTÁ VINCULADO

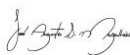
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO

Eu jedean luiz inscrito(a) sob o RG/ 47418861-9 CPF...42007433885....., abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “A comunicação em instituições de ensino superior e sua relação com ações afirmativas de inserção e permanência de estudantes indígenas”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) responsável José Augusto dos Santos Magalhães sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Cidade, Avaí s/p 8 de maio de 2024

jedean luiz

e Assinatura do(a) participante



Assinado de forma digital por JOSE
AUGUSTO DOS SANTOS
MAGALHAES:43369776820
Dados: 2024.05.09 10:25:40 -03'00'

José Augusto dos Santos Magalhães pesquisador(a) responsável

ENDEREÇO E TELEFONE DA INSTITUIÇÃO A QUE O/A PESQUISADOR/A ESTÁ VINCULADO

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu, Gleiden Alves Marcolino (preencher),
inscrito(a) sob o RG/ CPF 383.836.138-57 (preencher), abaixo assinado,
concordo em participar do estudo intitulado "A comunicação em instituições de ensino superior e sua relação com ações afirmativas de inserção e permanência de estudantes indígenas". Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) responsável José Augusto dos Santos Magalhães sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Cidade, 31 de Maio de 2024

Gleiden Alves Marcolino 
Nome e Assinatura do(a) participante

José Augusto dos Santos Magalhães pesquisador(a) responsável

ENDEREÇO E TELEFONE DA INSTITUIÇÃO A QUE O/A PESQUISADOR/A ESTÁ VINCULADO

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO

INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Orientações Gerais e Modelo indicado principalmente às pesquisas nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras, Artes e Engenharias.

Orientações ao pesquisador ou pesquisadora responsável.

1. O cabeçalho e o rodapé deste documento devem ser identificados pelo vínculo institucional do(a) proponente da pesquisa, havendo então referência à instituição (universidade/órgão/faculdade/programa de pós-graduação);
2. O **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/TCLE** é o documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa na qual se propõe participar;
3. Definição de "Consentimento Livre e Esclarecido" - anuência do participante da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após esclarecimento completo e pormenorizado sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar;
4. O **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido** deverá ser elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado(a) a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo(a) pesquisador(a) responsável, ou pela(s) pessoa(s) por ele delegada(s);
5. Em pesquisas envolvendo crianças, adolescentes, portadores de perturbação ou doença mental e pessoas em situação de substancial diminuição em suas capacidades de consentimento, o TCLE deverá ser assinado por seus representantes legais, sem suspensão do direito de informação dos indivíduos, no limite de sua capacidade, que devem confirmar sua anuência em **Termo de Assentimento Livre e Esclarecido/TALE** (*modelo disponível em outro arquivo*);
6. A seguir encontra-se à sua disposição uma sugestão de modelo para composição do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Adeque a redação do modelo sugerido e **remova as orientações ao(à) pesquisador(a) e os campos sinalizados em vermelho**.

ENDEREÇO E TELEFONE DA INSTITUIÇÃO A QUE O/A PESQUISADOR/A ESTÁ VINCULADO

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você/Sr./Sra. (ou o/a seu filho/filha) está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada "A comunicação em instituições de ensino superior e sua relação com ações afirmativas de inserção e permanência de estudantes indígenas". Meu nome é José Augusto dos Santos Magalhães sou o(a) pesquisador(a) responsável e minha área de atuação é Relações Públicas, Comunicação e Ensino Superior. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao(a) pesquisador(a) responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) responsável(is), via e-mail jose.as.magalhaes@unesp.br e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (18) 996357938. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp, Campus de Bauru, São Paulo, pelo telefone (14)3103-4825.

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

Nesta pesquisa pretendemos analisar a comunicação desenvolvida pela instituição de ensino superior- Centro Universitário Sagrado Coração, identificando os princípios que fundamentam a relação entre sua responsabilidade social e a inserção e permanência dos estudantes indígenas no ensino superior. O motivo que nos leva a estudar é compreender que para as instituições, apenas transmitir informações, não representa de fato a eficácia de uma comunicação que garanta um relacionamento, onde as questões de interesse público, em especial dos povos indígenas, deve ser assegurada de forma a proporcionar uma comunicação democrática e participativa e principalmente atenda às suas necessidades. Para esta pesquisa serão adotados os seguintes procedimentos: no presente estudo serão realizadas algumas etapas fundamentais, em um primeiro momento a realização de pesquisa bibliográfica na obtenção de material teórico, e posteriormente a pesquisa qualitativa por meio de entrevista em profundidade com os estudantes indígenas, docentes e egressos da instituição. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em não conseguir contato com essas pessoas para prosseguimento da pesquisa e para evitar ou reduzir os riscos o maior número de pessoas está sendo contatada por meio de diversas estratégias em seus meios de comunicação oficiais. A pesquisa contribuirá para auxiliar Instituições de Ensino Superior a se relacionarem de forma mais assertiva, igualitária, eficaz e harmônica com os povos indígenas.

Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito a indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado (a) de forma particular e individual em nenhuma publicação dos resultados da pesquisa.

ENDEREÇO E TELEFONE DA INSTITUIÇÃO A QUE O/A PESQUISADOR/A ESTÁ VINCULADO

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu Suiyane Sobrinho Txukarramae **(preencher)**, inscrito(a) sob o RG/ CPF347.836.628-35 **(preencher)**, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “A comunicação em instituições de ensino superior e sua relação com ações afirmativas de inserção e permanência de estudantes indígenas”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) responsável José Augusto dos Santos Magalhães sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Brasília, 12 de junho de 2024

Documento assinado digitalmente
gov.br SUIYANE SOBRINHO TXUKARRAMAE
Data: 12/06/2024 15:08:06-0300
verifique em <http://validar.itl.gov.br>

Nome e Assinatura do(a) participante



Assinado de forma digital por
JOSE AUGUSTO DOS SANTOS
MAGALHAES:43369776820
Dados: 2024.06.12 16:45:46
-03'00'

José Augusto dos Santos Magalhães pesquisador(a) responsável

ENDEREÇO E TELEFONE DA INSTITUIÇÃO A QUE O/A PESQUISADOR/A ESTÁ VINCULADO

APÊNDICE F - CARTA COM AUTORIZAÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO – UNISAGRADO



DECLARAÇÃO

Eu, **Prof.^a Dra. Ir. Vânia Cristina de Oliveira**, Reitora do Centro Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO, declaro que autorizo o desenvolvimento da pesquisa de José Augusto dos Santos Magalhães sob orientação da Prof.^a Dra. Raquel Cabral da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) do Programa de Pós-graduação em Comunicação - Mestrado Acadêmico, sob o título (provisório) A COMUNICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E SUA RELAÇÃO COM AÇÕES AFIRMATIVAS DE INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS com realização de entrevistas com estudantes, egressos e docentes da Instituição.

Não obstante, a presente autorização não equivale ao compromisso dos egressos e docentes na colaboração, sendo que a decisão final permanecerá ao critério de cada um.

Bauru, 19 de abril de 2024.

VANIA CRISTINA DE OLIVEIRA:28815758
895

Assinado de forma digital
por VANIA CRISTINA DE
OLIVEIRA:28815758895
Dados: 2024.04.19 09:08:29
-03'00'

Prof.^a Dra. Ir. Vânia Cristina de Oliveira
Reitora